



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A Evolução das Informações em Portugal: da Ditadura à Democracia

Autor: Rúben Guerreiro

Orientador: Rui Pereira

Coorientador: António Filipe

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Estratégia

Lisboa
2017

VALORIZAMOS PESSOAS



A Evolução das Informações em Portugal: da Ditadura à Democracia

Autor: Rúben Miguel Vasconcelos Guerreiro

Orientador: Rui Carlos Pereira

Coorientador: António Filipe Gaião Rodrigues

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estratégia
do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Lisboa

2017

VALORIZAMOS PESSOAS



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Dedicatória

Em memória do meu avô,

pelo exemplo de vida.



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Agradecimentos

Depois de concluído o trabalho árduo, este capítulo encerra, pela sua abrangência, algumas dificuldades adicionais. Isto porque ao escrevê-lo o autor está ciente que será impossível agradecer a todos quantos contribuíram, directa ou indirectamente, para o êxito desta dissertação. Feita esta ressalva, existe um conjunto de agradecimentos mais específicos que não podem ser esquecidos:

O primeiro e simplesmente fundamental é endereçado aos meus pais, por serem eles os sustentáculos de todas as conquistas da minha vida. Muito obrigado por tudo!

À minha irmã, à minha avó, ao meu irmão e, no fundo, ao resto da minha família, pelo papel que tiveram no meu crescimento enquanto pessoa.

À Eva, a minha companheira de sempre que, do jeito dela, esteve lá sempre para me amparar quando mais precisei. Obrigado pelo exemplo e por todo o apoio que me dás!

Aos meus orientadores, Professores Doutores Rui Pereira e António Filipe pela ajuda que me proporcionaram desde o princípio e pela disponibilidade inexcedível que tiveram para comigo.

À Júlia e ao Abílio, pelo suporte que me deram pois sem eles nada disto teria sido possível.

A todos os meus amigos, donde não consigo deixar de nomear aquele grupo com quem convivo diariamente: Bruno Mendes, Daniel Lopes, Diogo Rodrigues, Diogo Tomás, Filipe Santos, João Ribeiro e Tiago Barra. A estes, mas também a todos os outros que não tenho oportunidade de individualizar, o meu sincero obrigado pelo que significam para mim!

Um agradecimento especial a todos os professores com os quais tive oportunidade de aprender ao longo do meu percurso escolar, já que todos eles me ensinaram a ser melhor a cada dia. Obrigado pelo papel que desempenham na educação de tantos jovens como eu.

Ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, na pessoa dos seus docentes, funcionários e alunos. E aqui permitam-me que destaque os Senhores Professores Manuel Meirinho Martins, António de Sousa Lara e José Adelino Maltez que, como sempre me habituaram, acederam aos pedidos de entrevista e, com os seus conhecimentos, contribuíram para o desenvolvimento da



análise empreendida. Ainda neste ponto, gostaria de deixar um agradecimento especial à Senhora Professora Nilza de Sena, bem como, focando essencialmente na frequência do Mestrado, aos Senhores Professores Heitor Romana, António Silva Ribeiro, Luís Amado, Pedro Borges Graça, Teresa de Almeida e Silva, Sandra Balão e Cláudia Vaz.

Obrigado, igualmente, aos meus colegas de Universidade com quem tive oportunidade de partilhar cinco bons anos da minha vida. Da Licenciatura o Rui Campos, o Luís Dias, a Patrícia Paulino, a Susana Amador e a Adriana Correia; do Mestrado o Bruno Sousa, o Hermenegildo Mella Bento e o Vencislau Kussumua.

Ao Clube Atlético Queluz, na pessoa dos seus atletas, treinadores e dirigentes pelos ensinamentos para a vida que me transmitiram e onde cresci decisivamente como homem. O meu muito obrigado!

Agradecer à Exma. Doutora Helena Rêgo por toda a sua amabilidade em me ajudar sempre que precisei, obrigado por toda a sua atenção para comigo.

Ao Exmo. Major-General Estevão Alves, pelos conselhos e impulso iniciais que foram determinantes para o arranque deste projecto.

Ao Exmo. Doutor Paulo Noguês, pela pronta disponibilização de vários números da Revista Segurança e Defesa.

Em síntese, a todo um colectivo de pessoas amigas e conhecidas que, não tenho dúvidas, contribuíram decisivamente para que conseguisse levar a bom porto a presente dissertação. Sei que poderei estar a esquecer-me de muitos, mas acreditem que isso é apenas no papel. O meu mais sincero obrigado a todos!

“Liberdade com responsabilidade: este foi um dos princípios orientadores do esforço de pedagogia do General Pedro Cardoso. É também uma condição inultrapassável para a eficácia e credibilização de um sistema de informações numa democracia liberal”

(Esteves, 2004: 439)



Resumo

O tema da *intelligence* não é muito divulgado em Portugal, sendo que, até há pouco tempo, era tratado quase exclusivamente por militares. Só recentemente é que a Universidade deu início ao estudo destas matérias, inserido na área da Estratégia e dos Estudos Estratégicos.

A presente dissertação é disso exemplo, tendo surgido a partir do interesse académico de melhor conhecer o período da História portuguesa em que se processou a transição, ao nível das informações, da ditadura para a democracia. Num país onde persiste a síndrome da polícia política do Estado Novo, a PIDE-DGS, estudar tais matérias reveste-se sempre de especial responsabilidade.

É nesse sentido que nos propomos responder à pergunta de partida “quais as principais diferenças na produção e na utilização das informações durante o Estado Novo e após o 25 de Abril de 1974?”, procurando descrever e comparar a forma como as informações eram produzidas e utilizadas num regime ditatorial e como o são hoje num Estado de Direito democrático. Para isso, é feita uma análise das competências, dos meios e dos mecanismos de fiscalização inerentes aos serviços de informações existentes em cada um dos períodos históricos, nomeadamente a antiga PIDE-DGS e o actual SIRP.

Palavras-chave: *Intelligence*; Serviços de Informações; Estado Novo; PIDE-DGS; Revolução de 25 de Abril de 1974; SIRP.



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Abstract

The subject of intelligence is still rather unknown in Portugal, and until now only the military ones approached this theme. The University began quite recently the study of these materials, as a part of Strategy and Strategic Studies.

This essay is an example of how became of academic interest the learning of the period of the Portuguese history when the transition, at the level of intelligence, from dictatorship to democracy happen. In a country where persists the Estado Novo political police's syndrome, the PIDE-DGS, the study of such matters assumes always a major responsibility.

That is why we propose to answer the key and essential question, «what are the main differences in the production and use of the intelligence during the Estado Novo and after the Revolution of April 25th, 1974?», trying to describe and compare how the intelligence was produced and used in a dictatorial regime and as it is today in a democratic rule of the law. So, an analysis is made of the scope, means and supervisory mechanisms inherent to intelligence services in each one of the historical periods, including the former DGS and the current SIRP.

Keywords: Intelligence; Intelligence Agencies; Estado Novo; Revolution of April 25th, 1974; SIRP.



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Índice Geral

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Índice Geral	xi
Lista de Abreviaturas	xv
I. Introdução	1
II. Nota Metodológica	7
III. Evolução das Informações em Portugal	11
1. Da fundação de Portugal até ao golpe de 28 de Maio de 1926	11
1.1 De 1143 até 1415	11
1.2 De 1415 até 1822	12
1.3 De 1822 até 1926	18
2. Do Golpe de 28 de Maio de 1926 até à Revolução de 25 de Abril de 1974	24
2.1 De 28 de Maio de 1926 até 1933	24
2.2 Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)	27
2.3 Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)	30



2.4	Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI)	34
2.5	Direcção-Geral de Segurança (DGS)	37
3.	Da Revolução do 25 de Abril até à actualidade.....	41
3.1	2ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA)	41
3.2	Serviço Director e Coordenador da Informação (SDCI).....	44
3.3	Da reactivação da 2ª Divisão do EMGFA à criação do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP).....	46
3.4	Desde a criação do SIRP até aos dias de hoje	48
IV.	Informações em Ditadura e Democracia	55
V.	Conclusões.....	69
VI.	Bibliografia.....	75
VII.	Anexos.....	81
1.	Guião das Entrevistas	81
2.	Transcrição das Entrevistas	81
2.1	Professor Doutor Manuel Meirinho Martins.....	81
2.2	Professor Doutor António de Sousa Lara.....	87
2.3	Professor Doutor José Adelino Maltez	98



Índice de Figuras

Figura 1. Esquema da PIDE em 1945.	31
Figura 2. Esquema da Reorganização dos Serviços de Informação, por Álvaro Pereira Carvalho, no início da chefia de Fernando Silva Pais. 1962	33
Figura 3 - Esquema da DGS, 1972-1974.....	39



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Lista de Abreviaturas

APA – Associação Americana de Psicologia

BOSS – *South African Bureau for State Security*

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

CFDSIRP – Comissão de Fiscalização de Dados do Sistema de Informações da República Portuguesa

CIA – *Central Intelligence Agency*

CIO – *Central Intelligence Organisation of Zimbabwe*

CISMIL – Centro de Informações e Segurança Militares

CODICE – Comissão Dinamizadora Central

COMINT – *Communications Intelligence*

COPCON – Comando Operacional do Continente

CR – Conselho da Revolução

CRP – Constituição da República Portuguesa

CTT – Correios, Telégrafos e Telefones

DCCB – Direcção Central de Combate ao Banditismo

DE – Divisão Externa

DGS – Direcção-Geral de Segurança

DI – Divisão Interna

DIM – Divisão de Informações Militares



DINFO – Divisão de Informações

DNI – Departamento Nacional de Informações

DSI – Direcção de Serviços de Informação

ELINT – *Electronics Intelligence*

EMGFA – Estado-Maior-General das Forças Armadas

ETA – *Euskadi ta Askatazuna*

ETP – Escola Técnica de Polícia ou da PIDE

FBI – *Federal Bureau of Investigation*

GAL – Grupos Anti-terroristas de Libertação

GF – Guarda Fiscal

GNR – Guarda Nacional Republicana

HUMINT – *Human Intelligence*

IMINT – *Imagery Intelligence*

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

JSN – Junta de Salvação Nacional

KGB – Serviço de Informações Soviético

LQSIRP – Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa

MASINT – *Measurement and Signature Intelligence*

PCP – Partido Comunista Português

PEST – Política, Económica, Social e Tecnológica

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado



PREC – Processo Revolucionário em Curso

PSP – Polícia de Segurança Pública

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

S.W.O.T – *Strenghts, Weaknesses, Oportunities and Threats*

SCCI – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações

SCCIA – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola

SCCIM – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique

SDCI – Serviço Director e Coordenador de Informações

SDECE – *Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage*

SGSIRP – Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa

SIED – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa

SIGINT – *Signals Intelligence*

SIM – Serviço de Informações Militares

SIRP – Sistema de Informações da República Portuguesa

SIS – Serviço de Informações de Segurança

UPA – União das Populações de Angola



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

I. Introdução

A presente dissertação insere-se na linha de investigação de Informações e Segurança da área disciplinar de Estratégia, sendo o ramo das informações uma temática especialmente importante e sensível nos dias que correm. Num mundo em que o crime ganhou contornos imprevisíveis, o papel das informações reforça-se a cada dia que passa. Estejamos nós a falar de terrorismo, de criminalidade transnacional ou de cibercriminalidade, o combate a qualquer uma destas ameaças, constantes do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, tem por base um conjunto de informações que são recolhidas e tratadas no sentido de estarem disponíveis às diversas autoridades competentes. Assim, e conforme nos diz Lucena (1991: 152), “o esforço primordial e permanente dos sistemas de informações que a generalidade dos Estados não se pode dispensar de possuir será obviamente orientado no sentido de obter todo o conhecimento possível sobre as ameaças reais ou potenciais que põem ou podem vir a pôr em risco a consecução dos objectivos políticos concretos nacionais”.

Esta referência à “consecução dos objectivos políticos concretos nacionais” remete-nos, impreterivelmente, para o âmbito da Estratégia, uma palavra comumente utilizada nas mais variadas situações ainda que desprovida do seu fundamento teórico. Numa fase inicial, a Estratégia emergiu no campo militar enquanto “arte de utilizar as forças militares para atingir os objectivos fixados pela política” (Beaufre, 2004: 35). Porém, André Beaufre (2004: 35) considera essa definição limitada, pois percebe a estratégia como “a arte de utilizar a força [não exclusivamente militar]¹ para a concretização dos objectivos da política”. Prosseguindo com a sua operacionalização do conceito, Beaufre (2004: 35) reflecte também que a Estratégia é “a arte da dialéctica das vontades que utiliza a força para resolver o conflito que entre elas se estabelece”.

Segundo Abel Cabral Couto (2005: 21), o pensamento de André Beaufre faz já parte das concepções modernas de Estratégia “que centram a análise na finalidade da acção, a de fazer valer uma vontade, por imposição ou capacidade de oposição à de outrem, na consecução de objectivos em oposição”, deslocando, dessa forma, “o objecto da estratégia da guerra para a

¹ O sublinhado é nosso.

hostilidade entre as partes”. É igualmente nessa linha contemporânea que se insere a definição de António Silva Ribeiro (2009: 22), na qual a Estratégia é “a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo”. E é sobre esse ambiente de desacordo que as informações adquirem particular relevância, uma vez que são elas que permitem aos actores conhecerem, melhor ou pior, as características de tal ambiente onde conflituam interesses divergentes.

Desse modo, a transposição para o plano prático dos preceitos da Estratégia contemplados pelos diferentes autores é feita através do planeamento estratégico que, consoante o próprio nome indica, estabelece um plano de acção dividido em quatro fases: 1ª análise do ambiente; 2ª formulação estratégica; 3ª operacionalização da estratégia; e 4ª avaliação e controlo. É na primeira fase que os serviços de informações desempenham, primordialmente, as suas funções, por ser esse um período essencialmente de recolha de informações a dois níveis: ambiente externo e ambiente interno. Conforme nos foi transmitido pelo Sr. Professor António Silva Ribeiro no decorrer das aulas, leccionadas em finais de 2014, da unidade curricular de Processo Estratégico, a análise do ambiente externo consiste em monitorizar, avaliar e disseminar todas as informações relativas ao contendor, desde as actividades que desenvolve até às forças gerais.

O estudo dessas forças gerais do contendor é feito a partir da análise PEST (Política, Económica, Social e Tecnológica), que compila informações acerca das variáveis políticas, económicas, sociais e tecnológicas do oponente de forma a conhecer as respectivas oportunidades e ameaças. Esta identificação das oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) está, inclusivamente, associada a um outro tipo de ferramenta que é a análise S.W.O.T (*Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats*), responsável pelo estudo abrangente da globalidade do ambiente. No que diz respeito ao ambiente interno, o Sr. Professor Silva Ribeiro descreveu que essa análise trata de monitorizar, avaliar e disseminar as informações referentes à estrutura (cadeia de comando), à cultura (crenças, expectativas e valores) e aos recursos estratégicos (meios, competências, habilidades e conhecimentos) inerentes ao contendor e ao próprio, fazendo com que da comparação se tome consciência das forças (*strenghts*) e fraquezas (*weaknesses*) a enfrentar.

Posto isto, fica desde logo perceptível a estreita ligação que existe entre a temática das informações e a área científica da Estratégia, até porque, como podemos perceber, a Estratégia



de um Estado passa, em larga medida, pela sua capacidade de produzir informações que o permitam conhecer a realidade que o rodeia, quer no que concerne a possíveis ameaças quer no que toca a eventuais oportunidades para o Estado. Isso mesmo afirmou Sun Tzu (2007: 102), há mais de 2000 anos atrás, no seu célebre tratado de Estratégia “A Arte da Guerra”, quando discorrendo sobre as questões relacionadas com a topografia sustentava que “conhece o teu inimigo e conhece-te a ti mesmo e nunca porás a vitória em dúvida. Conhece o terreno, conhece o tempo, e a tua vitória será total.” (nº 26).

E aproveitando esse breve recuo ao passado, parece-nos pertinente assinalar que na Europa a actividade das informações desenvolveu-se, autónoma e especializadamente, nos séculos XVIII e XIX, estando intimamente ligada às áreas da defesa militar e da segurança interna. No caso da defesa militar, a actividade das informações era um instrumento para fazer a guerra, enquanto que no âmbito da segurança interna servia uma lógica repressiva de manutenção dos regimes políticos instalados. A seguinte definição de Heitor Romana (2014: 115) faz alusão a essa proximidade com as esferas da segurança e defesa, ao expor que “as informações (*intelligence*) constituem um conjunto de **3m**: metodologias; modelos e matrizes, que visam a aquisição, o processamento e a análise de fluxos informacionais críticos para a acção do Estado, especialmente nas áreas da segurança interna, da defesa, e da política externa, de uma forma exclusiva e submetida maioritariamente ao segredo”.

Quanto a estar submetida ao segredo, Michael Herman (2001: 5) refere que “*secrecy is intelligence’s trademark: the basis of its relationship with government and its own self-image*”. Esta visão não é partilhada por Gregory Treverton (2003: 2), defendendo que “*information and its sources are mushrooming, and so are the technologies for moving information rapidly around the globe*”, por isso, “*given these circumstances, the business of intelligence is no longer just to provide secrets; rather, its business is to produce high-quality understanding of the world using all sources*”. É de notar que a expressão portuguesa “informações” trata-se da tradução mais comum da palavra inglesa “*intelligence*”, esta última igualmente muito utilizada pelos especialistas nacionais na matéria e que significa, num sentido literal, conhecimento profundo, completo e abrangente. No que às questões de segurança diz respeito, a expressão *intelligence* foi conceptualizada como o conjunto de actividades que têm por objectivos pesquisar e explorar notícias em proveito de um Estado.

Assim, este último apontamento leva-nos a uma outra definição apresentada por Heitor Romana (2008: 98) que compreende “as informações como um processo de obtenção de

conhecimento fundamental à tomada de decisão quanto à salvaguarda dos interesses permanentes ou conjunturais dos Estados, assumindo natureza e finalidade ofensiva e defensiva”. Deste ponto de vista, as informações inserem-se num contexto orientado para a identificação de actores, a caracterização de fenómenos e a percepção de tendências, dando origem a um ciclo contínuo de avaliação de riscos, vulnerabilidades e graus de ameaça. Em resultado disso, Romana (2008: 98) entende que “a eficácia do sistema de decisão de um governo é medida pela capacidade em ser alimentado por informações”.

Segundo Jorge Silva Carvalho (2009: 7), “num mundo profundamente globalizado, onde o conhecimento especializado se tornou o principal bem e a principal riqueza para um país, a actividade de informações é, cada vez mais, uma das actividades centrais de qualquer Estado”, constituindo “a primeira linha da defesa e de segurança num mundo em que as ameaças que afectam os interesses dos Estados assumem contornos indefinidos”. Essa actividade é desenvolvida pelos serviços de informações que tendem a actuar em defesa dos interesses e na prossecução dos objectivos do Estado, procurando analisar, antecipadamente, fenómenos que são, ou poderão vir a ser no futuro, ameaças à segurança nacional dos Estados. A actividade de informações apresenta, então, uma dinâmica própria que está reflectida no conjunto de fases que compõem aquilo que, tecnicamente, se designa por ciclo de informações:

1^a Orientação da pesquisa – Fase em que são definidas as prioridades;

2^a Pesquisa – Fase em que, a partir da exploração dos diferentes tipos de fonte (humanas ou técnicas), se obtêm as notícias;

3^a Processamento – Fase na qual as notícias são transformadas em informações através de um processo, igualmente dinâmico, de registo, estudo, integração e interpretação analítica de todas as notícias obtidas na pesquisa;

4^a Exploração – Fase que se consubstancia na utilização das informações, procedendo-se à sua difusão.

Após a última fase, procede-se também ao estudo pormenorizado dos contrários quanto às suas capacidades no momento e às suas potencialidades futuras, nomeadamente o perigo que representam, as vulnerabilidades que apresentam ou a probabilidade de concretizarem as ameaças que lhes são identificadas. Por outro lado, Silva Carvalho (2009: 8) salienta ainda que, não obstante a anterior ordenação do ciclo de informações, “em situações específicas, quando



a urgência ou a gravidade do assunto o determinar, ou mesmo o “valor facial” da notícia – o seu grau de fidedignidade –, pode este ciclo ser interrompido e a notícia assim obtida seguir directamente para o decisor político, não passando previamente pela fase de processamento”.

Por fim, é de realçar que as informações são comumente classificadas em função da finalidade, do tempo, do objectivo e do método (Carvalho, 2009: 9-10). Quanto à finalidade, as informações são classificadas como estratégicas, operacionais ou táticas e de contra-informação. As informações estratégicas têm como objectivo auxiliar a condução da política e da Estratégia, ao nível da segurança nacional, dos Estados na cena internacional, ao determinar o poder nacional dos contrários, as suas possibilidades e também probabilidades de actuação bem como as suas vulnerabilidades. Este tipo de informações caracterizam-se pela projecção no futuro que permitem, quer a médio quer a longo prazo, abordando todas as vertentes do poder nacional como as capacidades militar e energética, o poder económico ou a estrutura sócio-política do país em causa.

As informações operacionais ou táticas facilitam a definição e percepção dos contornos das ameaças, estando, conforme o próprio nome indica, mais ligadas ao planeamento operacional das actividades a desenvolver e à condução das operações humanas e técnicas no terreno. As informações de contra-informação, ou informações negativas, são aquelas que procuram contrariar de forma activa as actividades de espionagem, terrorismo, criminalidade transnacional, proliferação de armas de destruição massiva, subversão e sabotagem.

No que ao tempo diz respeito, a classificação divide-se em informações de base, correntes e prospectivas. As informações de base correspondem, essencialmente, às informações estratégicas e são produzidas a partir de fontes abertas e de notícias sem restrições de acesso, tratando-se de elementos com alguma estabilidade que podem ser relativos a situações passadas e actuais. As informações correntes ajudam na definição da situação presente visto que tratam os acontecimentos que ocorrem continuamente, pelo que a sua projecção é limitada a períodos mais curtos de tempo.

As informações prospectivas são, não raras vezes, associadas à razão de ser dos serviços de informações, desempenhando, igualmente, um papel central na actividade governamental da maioria dos países seja na tomada de decisões seja em todo o processo que antecede essas mesmas decisões. Este tipo de informações tende a eliminar a existência do factor surpresa, facilitando que se projectem, a partir do conhecimento aprofundado do que aconteceu e do que



está a acontecer, acontecimentos futuros. Assim, ao ser possível prever, não o que vai fazer a curto prazo, mas sim o que o contrário pode vir a fazer futuramente, as informações prospectivas permitem que se elaborem cenários e se coloquem hipóteses que determinam as possibilidades e as probabilidades de ocorrerem um conjunto de acontecimentos concretos.

No que toca aos objectivos, as informações podem ser externas, quando tratam de adquirir conhecimento sobre o poder, as actividades e as organizações de outros Estados que constituam ameaças seja para a defesa nacional seja para os interesses estratégicos do país, ou internas, quando se referem ao conhecimento das actividades desenvolvidas por contrários que se reflectam no contexto da segurança interna do Estado.

Por último, e quanto aos métodos utilizados na sua obtenção, a pesquisa das informações pode ter origem em fontes humanas, denominando-se por HUMINT (*Human Intelligence*), ou em meios técnicos, sob a denominação de SIGINT (*Signals Intelligence*) que engloba formas específicas como COMINT (*Communications Intelligence*), ELINT (*Electronics Intelligence*), MASINT (*Measurement and Signature Intelligence*), IMINT (*Imagery Intelligence*), entre outras.

Para terminar, um dos problemas que se tem posto à *intelligence* mundial são os casos que têm sido descobertos e, naturalmente, tornados públicos de acções de espionagem entre países aliados, gerando ondas de choque junto de uma opinião pública perfeitamente globalizada. A repetição periódica desse tipo de casos tem vindo a recolocar na agenda mediática o tema dos serviços de informações, ao ponto de adquirir uma preponderância tal que deve ser reflectida na produção de estudos que incrementem o conhecimento e o debate destas matérias. A tentativa com este trabalho é dar um contributo nesse sentido, ainda que abordando uma questão muito particular das informações. Trata-se do estudo comparativo sobre a produção e a utilização de informações durante o Estado Novo e após a Revolução de 25 de Abril de 1974, numa análise que, cingindo-se ao caso português, poderá servir para melhor compreender alguns dos comportamentos adoptados pelos regimes ditatoriais ao nível das informações, bem como possíveis contradições que existam actualmente entre os valores democráticos do presente e as práticas levadas a cabo pelos serviços de informações nos dias de hoje.

II. Nota Metodológica

Esta dissertação de Mestrado teve início com as exigências de avaliação da unidade curricular de Métodos de Investigação em Estratégia, tendo-se procedido a algumas leituras exploratórias numa área de interesse como é a das informações. Tratando-se qualquer projecto desta natureza de um processo longo e complexo, podemos dizer que o desenvolvimento da problemática foi a primeira grande incursão num caminho que culminou, primeiramente, com o pedido de admissão à preparação do trabalho final em sede de Conselho Científico.

No desenvolvimento da problemática fomos confrontados com as primeiras preocupações metodológicas, uma vez que tivemos de elaborar uma questão de partida bem como os objectivos gerais e específicos que servem de linhas orientadoras ao longo de toda a dissertação. Face à natureza do objecto de estudo, parece-nos clara a opção de recorrermos, quase em exclusivo, a uma metodologia qualitativa, não antevendo o recurso a dados quantitativos na análise que pretendemos realizar.

Posto isso, a questão de partida que norteou todo o trabalho desenvolvido nesta tese foi “quais as principais diferenças na produção e na utilização das informações durante o Estado Novo e após o 25 de Abril de 1974?”, à qual se juntaram os objectivos gerais, que foram descrever e comparar a forma como as informações são produzidas e utilizadas em regimes ditatoriais e em regimes democráticos; e os objectivos específicos, que passam por analisar as competências, os meios e os mecanismos de fiscalização inerentes à polícia política do Estado Novo, as antigas Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) e Direcção-Geral de Segurança (DGS), e ao actual Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP).

Definido que estava o cerne da investigação a realizar, procurou-se estruturar um índice que permitisse encadear todo o trabalho para o fim último de dar resposta tanto à pergunta de partida como aos objectivos que se haviam estabelecido. Desse modo, dividiu-se a dissertação em dois grandes capítulos: um primeiro subordinado à “Evolução das Informações em Portugal”, no qual se procurou fazer uma análise histórica ao percurso da *intelligence* nacional desde o período da fundação de Portugal até aos dias de hoje; e um segundo centrado exclusivamente na temática das “Informações em Ditadura e Democracia”, em que pegando no



caso português se procedeu à comparação das competências, dos meios e dos mecanismos de fiscalização existentes outrora para a PIDE-DGS e presentemente para o SIRP.

A escolha do presente tema não apresentou uma razão única, ainda que a principal tenha pendido para o interesse pessoal do autor pelas matérias ligadas à segurança e defesa. Nesse sentido, a área das informações e, conseqüentemente, dos serviços de informações foi uma escolha natural, ainda que a questão de partida trate um aspecto muito particular dentro dessa mesma temática. Assim, podemos dizer que na origem desta problematização inicial esteve uma breve análise feita por um docente, numa ocasião que não conseguimos precisar, na qual foram abordadas algumas das dificuldades que Portugal enfrentou em retomar o normal funcionamento dos seus serviços de informações num período pós-ditatorial. É nesse âmbito que, apesar de muito superficialmente, encontrámos desde logo correspondência no sítio da *internet* do SIS com a referida questão de partida:

“No dealbar da IIIª República Constitucional a questão dos Serviços de Informações era um tema que levantava suspeições e más memórias dum passado recente em que as estruturas dirigentes transformaram os Serviços, existentes à data, em polícias políticas do Estado. (...) O reconhecimento da necessidade de criar um sistema de informações foi largamente influenciado pela sucessão de atentados registados em território nacional” (Serviço de Informações de Segurança, 2010: s.p.)

Existindo esta motivação de estudo, prontamente procurou-se auscultar alguns docentes especialistas na área, obtendo um conjunto de reflexões que contribuíram para a elaboração da questão de partida final. Quanto à construção dos objectivos, quer gerais quer específicos, esta seguiu toda a linha de pensamento que aqui foi sendo enunciada, pelo que esses não podiam fugir, ou pelo menos não havia interesse em que fugissem, à questão de partida anteriormente desenvolvida. Quanto às palavras-chave ao longo de toda a dissertação, identificámos seis: *intelligence*; serviços de informações; Estado Novo; PIDE-DGS; Revolução de 25 de Abril de 1974; e SIRP.

As leituras exploratórias, atrás mencionadas, foram resultado de pesquisas efectuadas, essencialmente, na *internet*, a partir das quais foi possível começar a conhecer o estado da arte existente sobre a matéria a tratar. É de realçar que as fontes encontradas na primeira fase de pesquisa foram, maioritariamente, secundárias, ainda que com o desenrolar do trabalho o



âmbito das pesquisas tenha sido, naturalmente, alargado e, desse modo, procurou-se que as fontes primárias existentes não fossem descuradas.

Conforme referido, numa primeira fase recorreu-se a artigos científicos, livros e artigos de imprensa publicados *online* em diferentes sítios da *internet*, porém, posteriormente deu-se início a uma pesquisa cuidada de obras publicadas nesta área de estudo que se encontra devidamente plasmada nas referências bibliográficas. Para esse efeito, começámos por recorrer a um leque de bibliotecas, desde a biblioteca pessoal ou de pessoas próximas até à biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), à Biblioteca da Assembleia da República ou à Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa, onde nos foi possível aceder a essas mesmas obras que aprofundam questões relevantes para o objecto de estudo.

A principal técnica qualitativa de recolha de dados tratou-se, tendencialmente, da análise documental, que “do ponto de vista da fonte, pode tratar-se de documentos manuscritos, impressos ou audiovisuais, oficiais ou privados, pessoais ou provenientes de um organismo, contendo colunas de números ou textos” (Quivy & Campenhoudt, 2008: 202). Essa recolha de documentos em forma de textos, provenientes quer de instituições e organismos públicos e privados quer de particulares, implicou um controlo atento quanto à sua credibilidade e quanto à sua adequação aos objectivos estipulados.

Nesse sentido, e segundo Quivy & Campenhoudt (2008: 203), a nossa atenção teve que incidir “sobre a sua autenticidade, sobre a exactidão das informações que contêm, bem como sobre a correspondência entre o campo coberto pelos documentos disponíveis e o campo de análise da investigação”. De salientar a pertinência desta técnica qualitativa de recolha de dados em trabalhos que têm como objectivos “a análise das mudanças sociais e do desenvolvimento histórico dos fenómenos sociais” (Quivy & Campenhoudt, 2008: 203).

Para além da análise documental, levantou-se a possibilidade de realizar entrevistas tanto a especialistas no tema do presente projecto, como a personalidades intervenientes no período concreto da transição, ao nível das informações, da ditadura para a democracia em Portugal. Essa possibilidade concretizou-se, ainda que em moldes diferentes dos inicialmente previstos: a opção recaiu na escolha de personalidades de reconhecida capacidade académica e com conhecimentos na área das informações. Assim, realizaram-se três entrevistas aos Professores Doutores Manuel Meirinho Martins, António de Sousa Lara e José Adelino Maltez. O guião dessas entrevistas foi elaborado em função das várias dimensões que se pretenderam



conhecer aprofundadamente, tendo sido construído principalmente com perguntas de desenvolvimento que permitissem incrementar os conhecimentos na área. Dessa forma, existiu uma tentativa de estruturar a conversa tentando abordar as questões centrais ao tema em análise, tendo sempre presentes os objectivos delineados para a dissertação.

Tendo em conta que nos interessava, essencialmente, a “interpretação que os próprios participantes têm da situação sob estudo” (Dalfovo et.al., 2008: s.p.), a opção recaiu sobre a realização de entrevistas semi-estruturadas pela “vantagem no emprego de métodos que auxiliam a ter uma visão mais abrangente dos problemas” (Neves, 1996: 5). O guião deste tipo de entrevistas não segue um esquema rígido, daí serem semi-estruturadas uma vez que nos permitiu acrescentar as perguntas que considerámos pertinentes em face das próprias respostas dos entrevistados (Kvale, 1996: 1-5).

Para terminar, torna-se indispensável fazer referência à preocupação que nos acompanhou ao longo de todo o trabalho no sentido de apresentar opiniões, visões e teorias diferentes acerca das mesmas questões, num exercício académico que consideramos fundamental em qualquer trabalho científico e, com especial incidência, na área das Ciências Sociais. Quanto ao sistema de referência adoptado, a escolha recaiu sobre o sistema APA, também por ser este o sistema recomendado pelo ISCSP.

III. Evolução das Informações em Portugal

1. Da fundação de Portugal até ao golpe de 28 de Maio de 1926

1.1 De 1143 até 1415

À semelhança do que foi descrito introdutoriamente acerca das origens da *intelligence*, também ao nível de Portugal se torna difícil precisar quando teve início a história das informações. Ainda assim, Pedro Cardoso (2004: 20) refere que logo desde o período da fundação de Portugal existem diversos factos que apontam para o recurso a informações enquanto instrumento de suporte às sucessivas incursões militares lideradas por D. Afonso Henriques. Um dos primeiros e melhores exemplos disso foi o plano de conquista de Santarém em 1147, plano esse que foi desenvolvido num ambiente de quase total secretismo onde só os homens de maior confiança de D. Afonso Henriques estavam envolvidos. Nesse sentido, e fazendo-se valer das relações cordiais que conseguira estabelecer com os mouros que na época controlavam Santarém, D. Afonso Henriques enviou inclusivamente um homem desse círculo restrito da sua confiança a Santarém para avaliar todos os aspectos que pudessem ter relevância tanto na preparação como depois no decorrer da própria ofensiva militar. Para essa tarefa D. Afonso Henriques tratou de escolher alguém que dominasse a língua árabe e que fosse capaz de recolher com sucesso a maior quantidade possível de informações, o que acabou por acontecer na figura de Mem Ramires que, entre outras coisas, conseguiu identificar quais os locais mais indicados para penetrar as muralhas que rodeavam Santarém. Ainda que se possa pensar tratar-se apenas de um episódio muito concreto, a verdade é que o mesmo permite-nos começar a depreender a importância do papel desempenhado pelas informações desde a fundação de Portugal seja ao nível da percepção da necessidade de manter em segredo determinadas questões fulcrais seja no que toca à preocupação de manter por perto pessoas dotadas de capacidades de adaptação a diferentes línguas e culturas.

Após a morte de D. Afonso Henriques subiu ao trono o seu filho D. Sancho I, rei que viria a dar seguimento ao caminho até então trilhado no que ao papel das informações dizia respeito. Dessa forma, D. Sancho I procurou incrementar a dinâmica de informações iniciada pelo seu pai, no sentido de com o auxílio dela prosseguir o processo de expulsão dos muçulmanos dos territórios que pretendia dominar e, simultaneamente, consolidar a sua política de povoamento desses mesmos territórios conquistados garantindo a segurança das populações aí colocadas.

A partir de D. Sancho I e até ao reinado de D. Dinis as informações foram alvo de menor atenção por parte da coroa portuguesa, isto apesar dos enormes desafios que o reino teve que ir enfrentando ao longo da sua formação enquanto tal: a começar pelos exigentes contactos com a Cúria Romana ou pelas sempre tensas negociações e constantes conflitos com os Reinos de Castela, Leão e Aragão; passando pela guerra encetada contra os muçulmanos, finda apenas depois de consumada a vitória sobre estes no Algarve; e terminando na forma hábil e diplomática com que estrategicamente tentaram ser planeados os sucessivos matrimónios de príncipes e princesas. Assim, e recorrendo às palavras de Pedro Cardoso (2004: 24), podemos concluir que “esta complexa, permanente e diversificada acção diplomática não pôde deixar de se ter apoiado numa intensa e eficiente actividade de informações que se pode considerar notável”.

1.2 De 1415 até 1822

Com a chegada de D. Dinis ao poder, Portugal conheceu um conjunto de desenvolvimentos estruturais que foram desde a reorganização da marinha de guerra, a edificação da floresta nacional, a institucionalização da língua portuguesa como língua oficial, a criação da primeira universidade no reino, até à nacionalização das ordens militares. Pegando neste último ponto, é preciso notar que uma das principais funções das ordens militares passava, em tempos de paz, por tarefas de vigilância e informação sobre o território nacional, pelo que a decisão de as nacionalizar foi mais um passo relevante no sentido da construção de um sistema de *intelligence* ao serviço do Estado. Para além disso, foi também D. Dinis que atribuiu ao cargo de adail-mor, enquanto oficial militar empossado comandante-geral da cavalaria, a



responsabilidade de organizar e dirigir o serviço de informações, tanto em períodos de paz como em tempo de guerra.

Apesar dos seus sucessores terem percebido as potencialidades das políticas seguidas por D. Dinis e, por isso, terem procurado dar seguimento às mesmas, foi preciso esperar por D. João, mestre de Avis, para se voltar a encontrar um rei com verdadeira sensibilidade no que à matéria de informações dizia respeito. Um dos primeiros exemplos disso pode ser encontrando no desenrolar dos acontecimentos que culminou com a Batalha de Aljubarrota em 1385, já que antes do derradeiro confronto militar existiram diversas operações militares como as de recolha de informações que passaram pelo envio de patrulhas de descoberta e de parlamentários até às linhas do inimigo. Desta forma foi possível acompanhar os passos das forças de Castela e preparar antecipadamente aquilo que podiam ser as melhores soluções para o embate com estas, o que acabou por ser favorável a Portugal visto que o resultado final foi a derrota completa das tropas castelhanas. Esta vitória fez com que D. João I consolidasse a sua legitimidade enquanto rei e permitiu que começasse a concentrar esforços num projecto que viria a alterar o rumo da História: a expansão marítima, propulsora da época dos descobrimentos portugueses. Para tal, os intentos reais tiveram que ser coadjuvados por uma forte dinâmica de informações e contra-informações, nomeada e respectivamente a partir do envio prévio de emissários para fazerem o reconhecimento de toda a situação dos territórios desejados e através da propagação de notícias falsas que ocultassem as verdadeiras intenções de Portugal. Recorrendo a este tipo de estratégias, D. João I comandou uma frota de mais de duzentas embarcações em direcção a África e conseguiu alcançar o objectivo que havia delineado, pois a 21 de Agosto de 1415 Ceuta foi conquistada pelos portugueses.

O sucesso dessa política fortemente auxiliada pelas actividades de informações e contra-informações teve o seu seguimento no reinado de D. João II, onde o recurso ao sigilo atingiu o auge na história portuguesa. Ao mesmo tempo que se espalhavam boatos quanto à incapacidade de navegação dos navios redondos, Portugal levava a cabo esforços para preservar o monopólio que detinha sobre a caravela latina que passavam pela proibição legal de venda ou construção destas caravelas para o estrangeiro. Situação semelhante deu-se com pilotos, mestres e marinheiros que se viram impedidos de trabalhar para estrangeiros, bem como no que dizia respeito a cartas de marear, mapas-mundo, livros náuticos ou de astrologia e roteiros que passaram a estar protegidos do exterior em virtude de serem classificados “património secreto do Estado”. Ainda ao nível da contra-informação tornou-se recorrente os portugueses

socorrerem-se de um outro instrumento como foi a fraude cartográfica, induzindo intencionalmente falhas nas cartas de marear que facilitavam a saída para fora do país.

No fundo, todas estas acções especialmente desencadeadas durante a estadia no poder de D. João II confluíam para um objectivo central: descobrir, antes dos demais, o caminho marítimo para a Índia. Para tal, o rei começou por escolher dois enviados para seguirem, por terra, até à Índia e aí recolherem informações, ainda que sem sucesso devido a sucessivas contrariedades como, a título de exemplo, as barreiras linguísticas. Confrontado com essas dificuldades, D. João II repensou os contornos da estratégia que tinha bem delineada na sua cabeça, de modo a contornar os diferentes obstáculos que naturalmente surgiriam pelo caminho. E aqui parece-nos importante realçar as palavras de José Vegar (2007: 72) quando afirma que “a epopeia marítima tem, afinal, muito mais de estratégia do que de descoberta. D. João II sabe que necessita de um exaustivo, longo e demorado reconhecimento, para adivinhar perigos, encontrar rotas, alcançar aliados, e ser eficaz no envio dos meios marítimos”.

Mais uma vez se percebe o papel fundamental que as informações desempenharam ao longo da História, o que no caso português não foi sempre compreendido por todos os seus responsáveis máximos mas que teve em diversos períodos pessoas extremamente esclarecidas capazes de perceber essa preponderância. Dessa forma, D. João II procurou encontrar homens da sua confiança que, simultaneamente, tivessem conhecimentos suficientes para desempenharem as tarefas de reconhecimento fracassadas anteriormente, o que acabou por acontecer com grande valia na pessoa de Pêro da Covilhã. Pêro da Covilhã era uma espécie de braço direito do rei, tendo conquistado esse estatuto graças à lealdade a D. João II demonstrada perante as conspirações que existiam contra este dentro do reino. Derrotados esses planos para derrubar o soberano, D. João II vê em Pêro da Covilhã as qualidades de personalidade necessárias, a juntar ao domínio da língua árabe, para o enviar até à Índia com a missão de recolher todas as informações que permitissem projectar a melhor rota marítima para alcançar esse território a Oriente.

Antes de seguir rumo à Índia, Pêro da Covilhã ainda foi incumbido de estabelecer pontes com o Norte de África, chegando mesmo a assinar entendimentos com algumas nações muçulmanas do Magrebe. Em 1487 teve então início o seu percurso por terra até à Índia, numa longa e dura caminhada que José Vegar (2007: 69) descreve, em parte, na sua obra. Dessa descrição destacamos três passagens que nos parecem especialmente ilustrativas da actividade desenvolvida por Pêro da Covilhã no decorrer da viagem:

Observa os costumes, e, nas longas tardes de sombra à volta do chá e dos figos, nos povoados e ao longo da rota, recolhe informações. (...) Interessa-lhe sobretudo saber quem manda naquela estranha parte do mundo, a origem das mercadorias, e as rotas mais seguras para as transportar. É para estes temas que encaminha os diálogos (...) Em Calecute, o português, mantendo o disfarce, introduz-se nos meios que lhe interessam. Entre mercadores, funcionários do reino e viajantes, prossegue a recolha de notícias de que tinha sido incumbido por ordem majestática. Descobre que muitas das informações dadas como certas em Lisboa eram apenas mitos directamente proporcionais à distância que separa os territórios indianos da sua capital. É assim que se inteira das paragens estranhas onde nascem as especiarias, e das verdadeiras rotas seguidas para as transportar (Vegar, 2007: 70).

Apesar de remontarem a acontecimentos do século XV, estas passagens resumem, de certa maneira, aquilo que é o trabalho de um oficial de informações, ao mesmo tempo que comprovam a pertinência dos esforços encetados por D. João II em se munir do máximo de informações possíveis tendo sempre presente o seu desígnio de expansão marítima a Oriente. E foi graças a esses esforços que, em 1494, Portugal chegou à mesa das negociações numa posição vantajosa para fazer valer os seus interesses diante dos espanhóis, o que acabou por ficar plasmado nas condições favoráveis de que se revestiu o Tratado de Tordesilhas para os anseios portugueses.

Segundo Pedro Cardoso (2004: 33), “foi a primeira vez e a última que Portugal conduziu negociações desfrutando de nítida superioridade em relação à outra parte contratante”, o que por si só nos permite concluir acerca do lugar de destaque ocupado por D. João II na história da *intelligence* portuguesa. Ainda que sem uma organização formal enquanto serviço de informações propriamente dito, a verdade é que durante o reinado daquele que ficou conhecido pelo cognome “o Príncipe Perfeito” foi montada uma rede de informações que serviu de apoio ao processo de tomada de decisão política. D. João II morreu em 1495, sendo por muitos “considerado o patrono do Serviço de Informações Português, uma vez que em sua vida e na defesa dos superiores interesses nacionais, a política de informações atingiu o mais alto grau de aperfeiçoamento e eficiência” (Cardoso, 2004: 33).

Apesar de podermos considerar naturais algumas das dificuldades consequentes à substituição de um estadista que se revelou notável no governo de um qualquer Estado, o que aconteceu em Portugal após a morte de D. João II foi como que uma tempestade autêntica. D. Manuel subiu ao trono mas não conseguiu dar seguimento à linha política do seu antecessor,



provocando um significativo *volte-face* no que toca às informações e ao secretismo de determinadas matérias. Seguindo uma medida inicialmente adoptada pela vizinha Espanha e tendo em vista a tentativa de avançar com o projecto de unificação política da Península Ibérica, o reinado de D. Manuel ficou marcado pela expulsão e perseguição dos judeus residentes em território português. Neste ponto parece-nos fulcral realçar a preponderância económica e até política que a comunidade judaica desde sempre assumiu um pouco por todo o mundo, pelo que a decisão de os expulsar de Portugal fez com que fugissem, essencialmente, para o Oriente, para Itália e para a Flandres o que, por sua vez, significou para a corte portuguesa o afastamento de alguns dos elementos mais capazes que haviam apoiado de perto a governação de D. João II.

Não obstante ter sido com D. Manuel no poder que se concretizou a tão desejada descoberta do caminho marítimo para a Índia, é preciso notar que esse feito veio ainda no seguimento da política de informações do seu antecessor materializada, a título de exemplo, por homens como Pêro da Covilhã. Isto porque durante o reinado de D. Manuel Portugal entrou num caminho de declínio que, segundo a visão de Pedro Cardoso, se prolongou até aos dias de hoje, ou seja, um caminho onde impera a ausência de planeamento prévio, consequência da falta de uma estratégia nacional devidamente definida pelos decisores políticos. A descoberta do caminho marítimo para a Índia colocou Portugal numa posição privilegiada de domínio do comércio com o Oriente, facto que provocou muita cobiça alheia e que, por isso, teve de ser defendida com recurso à força. Entre as diferentes figuras de relevo que poderíamos aqui destacar, optamos por uma que se tornou icónica em toda a história portuguesa: Afonso de Albuquerque. Posteriormente nomeado Governador da Índia, Afonso de Albuquerque foi por diversas vezes enviado para Oriente integrado nas missões de protecção das posições portuguesas no comércio marítimo dessa área geográfica, tendo sido especialmente na última que partiu de Portugal em 1506 que este fidalgo português demonstrou aquilo que muitos designam como o seu “génio militar”. Esta imagem criada em torno de Afonso de Albuquerque não é de todo refutável, no entanto parece-nos pertinente integrá-la na “vida espantosa de aventureiros, cheia de lances dos mais romanescos, toda *imprevisto* e variedade, toda pitoresco e energia heróica” de que se rodearam todas as acções portuguesas. Ao invés “de ter quem estudasse e planeasse a aplicação das suas energias e a protecção das suas actividades da forma mais rendosa”, Portugal deixou de planear que estratégia seguir e como que largou indiscriminadamente toda essa responsabilidade ao livre-arbítrio de cada homem à semelhança do que aconteceu com Afonso de Albuquerque (Cardoso, 2004: 39).

O rei que se seguiu à morte de D. Manuel foi D. João III, sendo que as primeiras opções que tomou podiam dar a entender alguma visão estratégica que, porém, não se veio a confirmar. As suas primeiras e principais decisões passaram por redefinir as zonas de maior influência portuguesa, isto na sequência das sérias dificuldades que Portugal já vinha atravessando a Oriente para defender o controlo do comércio marítimo que detinha nesta parte do globo. Assim, D. João III optou por abandonar algumas das praças do Norte de África e, simultaneamente, deslocar muito do esforço despendido com o comércio do Oriente para o Brasil, o que podia permitir centrar atenções em territórios nos quais Portugal pudesse exercer um domínio mais hegemónico, ou pelo menos não tão fortemente ameaçado, e sem obstáculos de maior.

Se estas decisões respeitantes a uma vertente predominantemente externa podiam ser consideradas acertadas, internamente o rei não conseguiu dar seguimento a essa mesma clarividência e deixou-se guiar pelas fortes crenças religiosas que perfilhava. Dessa forma, D. João III prosseguiu a política de expulsão e perseguição de judeus, tendo renovado o pedido de instauração do Tribunal do Santo Ofício em Portugal já anteriormente feito por D. Manuel. Nas negociações decorrentes desse pedido encontramos, uma vez mais, o recurso às informações ou a uma tentativa desvirtuada de o fazer, isto porque acredita-se ter sido enviado secretamente para junto da Santa Sé um espião do rei, de nome Duarte da Paz, que devia funcionar tanto como informador como negociador. E referimo-nos a uma tentativa desvirtuada de recorrer à *intelligence* uma vez que, nas palavras de Pedro Cardoso (2004: 41), “os espias do rei, as informações que estavam a ser trabalhadas e os objectivos a alcançar naquela época e no âmbito das negociações com Roma em nada se relacionavam com a defesa dos interesses nacionais”, antes seguiam a linha da intolerância consequente do fanatismo religioso de D. João III que se somava à sua ambição algo desmedida.

Do reinado de D. João III, terminado aquando da sua morte em 1557, até à independência do Brasil, em 1822, Portugal viveu um período de progressiva decadência marcado, essencialmente, pela submissão aos ditames de diferentes potências estrangeiras. A análise que fazemos estabelece uma íntima ligação entre este declínio nacional e o descrédito que foi dado à área das informações, podendo todas essas questões carecerem de uma explicação mais profunda que invariavelmente nos remete para a falta de definição de uma estratégia clara, coerente e duradoura para o país conforme muitos defendem continuar a acontecer ainda hoje. Não obstante, durante a sua estadia no poder D. José ainda conseguiu

colocar no governo um homem que procurou inverter o rumo dos acontecimentos a que o Portugal de então estava sujeito. Esse homem foi o Marquês de Pombal, uma personalidade sempre muito associada à reconstrução da cidade de Lisboa após o terramoto de 1755 mas que fez bastante para além disso. Sob a sua governação foram encetados esforços para modificar os contornos despóticos da Inquisição, para reorganizar o sector militar e, fazendo confluir todo esse conjunto de políticas esclarecidas, para libertar o país do jugo estrangeiro. Porém, depois da morte de D. José e com a ascensão de D. Maria ao trono, Marquês de Pombal viu-se destituído de todas as funções que desempenhava, o que em suma se traduziu no afastamento forçado dos destinos de Portugal do último governante da época dotado de uma visão estratégica.

O afastamento do Marquês de Pombal foi apenas mais um exemplo ilustrativo do desnorte a que o país estava entregue, devido em larga medida ao desnorte do próprio poder político que demonstrava grande falta de lucidez e de organização para desenvolver uma estratégia que restaurasse na plenitude a soberania a Portugal. Enquanto isso, os ingleses exerciam um domínio com moldes muito semelhantes ao de estilo colonial, controlando tanto a administração do Estado como os principais territórios portugueses. Esse controlo era exercido no terreno quer por cidadãos quer mesmo por agentes ingleses disseminados pelos centros de maior influência estratégica, o que permitia dominar todo o fluxo de informações que circulava em Portugal e assim conhecer ao detalhe os pontos-chave da governação do país.

1.3 De 1822 até 1926

A consequência mais próxima de toda essa desorientação foi a auto-proclamação de independência do Brasil a 7 de Setembro de 1822, facto que veio acentuar a crise que Portugal enfrentava já que retirou ao país a principal fonte de receita para o erário nacional. Entretanto Portugal vivia num clima revolucionário que em determinados períodos se converteu inclusivamente numa guerra civil entre liberais e absolutistas, o que naturalmente impedia que existisse qualquer tipo de estabilidade no país que permitisse que fosse sequer equacionada a edificação de um serviço de informações ao nível do Estado acautelando os superiores interesses nacionais. Assim, ao mesmo tempo que Portugal não se conseguia libertar das

amarras do poder estrangeiro, é preciso realçar que no que toca à área da *intelligence* essas mesmas potências estrangeiras levavam um avanço de aproximadamente trezentos anos. Os primeiros relatos da existência daquilo que podemos designar por “embriões” do que posteriormente se tornaram verdadeiros serviços de informações remontam, em França, ao reinado de Carlos V no século XIV, em Inglaterra ao reinado de Henrique VII no século XV e na Alemanha por iniciativa privada da família dos Fugger de Augsburg no século XVI. Para além destas potências com maior tradição no meio da *intelligence*, também a Espanha, a Holanda, a Rússia, os Estados Unidos ou a Suécia começavam a apresentar já nesse tempo alguma estruturação do que viriam a ser os seus futuros sistemas de informações. Um dos princípios basilares destas políticas de *intelligence* passou sempre por colocar directamente agentes no estrangeiro, capazes de *in loco* recolherem todas as informações que a cada momento fossem sendo veiculadas no seio dos diferentes países. Desse modo, conforme nos diz José Vegar (2007: 94), “as redes possuem um histórico sempre renovado, e as informações vão-se acumulando nos arquivos estatais. A base essencial de qualquer serviço secreto fica assim formada”.

Posto isto, Portugal viu-se confrontado com os projectos coloniais tanto da Inglaterra, da Alemanha como da França, projectos esses que tinham um pendor marcadamente expansionista e que se sobrepunham aos territórios portugueses no ultramar. Apesar da postura intransigente adoptada pelos seus responsáveis políticos, Portugal não tinha nem o poder nem a influência no terreno suficientes para obstar a essas pretensões coloniais das potências anteriormente mencionadas. Ainda assim, e consciente das fraquezas nacionais, em boa medida resultantes da ausência de um serviço de informações que permitisse ao Estado português ter constantemente um conhecimento abrangente de toda a situação, Portugal procurou tomar medidas que pelo menos atenuassem a posição de desvantagem na qual se encontrava perante alemães, franceses ou ingleses. A mais relevante foi o envio de militares portugueses, a partir de 1882, para o continente africano em missões de exploração terrestre, tendo como objectivo cartografar esses territórios mas mais do que isso “marcar terreno” face às potências adversárias tal como indicia José Vegar (2007: 94): “Os oficiais envolvidos nestas campanhas, dos quais os mais conhecidos são Gago Coutinho, Serpa Pinto, Capelo e Ivens, cartografaram as terras, mas, apoiando-se nas populações locais, cumpriram também acções de vigilância, especialmente dos movimentos das tropas inglesas e alemãs”.



Na sequência dessas disputas coloniais foi convocada, em 1884, a Conferência de Berlim, onde estiveram representadas não só as principais potências rivais como também algumas das forças emergentes que procuravam igualmente projectar os seus interesses para além do próprio território. Não obstante Portugal ter estado presente, o seu poder de influência foi diminuto e uma vez mais em virtude daquilo que era a ausência de investimento numa política de informações activa e devidamente estruturada, o que fez com que fosse enviada para Berlim uma delegação sem o apoio de retaguarda indispensável ao sucesso neste tipo de negociações ao mais alto nível. É nesse sentido que Pedro Cardoso (2004: 65) faz questão de comparar o desempenho português aquando do Tratado de Tordesilhas, cerca de quatro séculos antes: "Em Tordesilhas éramos a delegação mais bem apetrechada para negociar. Em Berlim éramos a mais mal apetrechada. Não tínhamos informações".

Apesar do resultado negativo que a Conferência de Berlim teve para os intentos nacionais, Portugal ainda apresentou nesta ocasião um último projecto que defendia os interesses coloniais portugueses: o mapa da "África Meridional Portuguesa", mais conhecido como o "Mapa Cor-de-Rosa". Neste mapa Portugal propunha controlar todo o território que ligava Moçambique a Angola com o objectivo de facilitar as vias de comunicação entre essas duas colónias portuguesas, o que no fundo se consubstanciava no reforço do domínio nacional naquela faixa do continente africano tendo como fim contrariar as intenções inglesas de expansão colonial em toda a região. Enquanto todas estas movimentações políticas decorriam, França, Alemanha e Inglaterra não hesitaram em fazer avançar os seus serviços de informações para África, colocando elementos dos respectivos serviços a trabalharem no terreno ao contrário de Portugal que não tinha essa mesma capacidade.

Ainda que o "Mapa Cor-de-Rosa" projectasse a defesa dos interesses do país em África, é preciso notar que da parte de outras potências com ambições coloniais este não foi muito bem recebido. Face à relevância do plano esboçado no mapa da "África Meridional Portuguesa", este interferiria sempre com algumas das aspirações expansionistas dos restantes Estados envolvidos nas disputas coloniais, o que neste caso concreto foi especialmente perceptível na reacção dos ingleses a esta intenção declarada por Portugal. Esta reacção, que durante a Conferência de Berlim começou por ser algo comedida, evoluiu rapidamente ao ponto de se tornar num ultimato ao Estado português, ultimato esse onde Inglaterra exigia o recuo das forças nacionais que no terreno concretizavam as linhas mestras subjacentes ao "Mapa Cor-de-Rosa". Confrontando-se com um ultimato lançado por tamanha potência como a inglesa, Portugal não

teve poder para enfrentar um desafio dessa envergadura e viu-se obrigado a ceder perante as consequências que um conflito aberto contra Inglaterra trariam ao país. Apesar de ao cabo de pouco mais de um século nos poder parecer uma decisão consciente dos decisores políticos que então lideravam os destinos nacionais, na época esta nova submissão ao estrangeiro causou um clima de grande indignação nas diferentes camadas da população que culminou mesmo numa revolução a 5 de Outubro de 1910.

Na sequência desse ambiente de forte agitação social, os responsáveis governamentais sentiram a necessidade de rever a organização das forças de segurança que tinham como missão assegurar o normal funcionamento da ordem pública. No plano da *intelligence* é criada a Polícia Preventiva com o objectivo de colher todas as informações que pudessem ser relevantes para preservar antecipadamente tanto esse normal funcionamento da ordem pública como também o próprio regime instituído, sendo que diversos autores referem ter-se tratado da restauração da estrutura mais próxima de um serviço de informações que existiu em Portugal aquando da passagem do intendente Pina Manique pela chefia da polícia. Ao nível militar é igualmente reorganizado o exército, contemplando no recém-criado Estado-Maior duas divisões administrativas responsáveis por assegurar a vertente das informações militares que viriam a desempenhar um papel central na *intelligence* portuguesa ao longo do século XX.

Paralelamente, e fruto da atmosfera revolucionária que se vivia em Portugal, os apoiantes dos ideais republicanos edificaram clandestinamente um conjunto de estruturas secretas designadas por “carbonárias” que, segundo a investigação de José Vegar (2007: 101), “parecem ter desempenhado um papel fundamental na recolha e transmissão de informações”. As carbonárias atingiram uma dimensão considerável ao conseguirem cativar para as suas fileiras largos milhares de militantes, o que permitiu a estas organizações para além de conspirarem contra a monarquia também criarem uma rede de informações com particular importância no seio dos quartéis militares fiéis ao regime vigente. Assim, e quanto à eficácia em matéria de *intelligence*, podemos concluir que as carbonárias se superaram à Polícia Preventiva já que a Implantação da República almejada pelos primeiros foi alcançada no dia 5 de Outubro de 1910 sem que os segundos tivessem conseguido antecipar a conjura de forma a evitá-la.

Na senda das reformas instituídas na sequência da subida ao poder dos novos ideais republicanos, um dos sectores que mais cuidados despertou foi desde logo o da segurança. Entre as diversas medidas que se foram sucedendo no tempo, na esfera específica das informações a



responsabilidade foi entregue, numa fase inicial, aos militares, o que influenciou a criação da primeira unidade autónoma de *intelligence* em Portugal. Uma vez mais parece pertinente reforçar o facto da primeira unidade autónoma de informações criada pelo Estado português ter sido nas Forças Armadas, o que no nosso entender começa desde logo por indiciar o lugar de destaque que os meios militares viriam a ocupar na *intelligence* nacional ao longo de todo o século XX. É importante referir que isto acontece num período em que, apesar das intenções republicanas de pacificar um país que nos últimos anos de monarquia havia mergulhado num clima conspirativo de grande instabilidade, a situação política e social não dava sinais de melhorar, o que contribuiu activamente para a falta de estabilidade governativa em Portugal que foi atrasando sucessivamente o processo de reformulação dos serviços de segurança.

Após o desmantelamento decorrente da Revolução de 1910 das estruturas policiais, nas quais se incluía uma pequena ramificação de informações conforme mencionado anteriormente, fundadas pelo regime monárquico, apenas em 1918 é que se procede à recomposição da orgânica policial. Desta recomposição destaca-se, para o presente tema de trabalho, uma das repartições da Direcção-Geral de Segurança Pública que fora então estabelecida pelo Governo, a Repartição de Polícia Preventiva. Recuperando uma designação já existente num dos serviços edificados pela monarquia, este corpo de polícia apresentava dimensões reduzidas mas tinha uma ligação estreita com o executivo governamental devido à principal incumbência que lhe havia sido atribuída: perseguir todo o tipo de crimes políticos e sociais. Assim, a Polícia Preventiva tinha a seu cargo um leque de funções que ia desde a vigilância, prevenção, investigação, prisão e detenção de todos os suspeitos de tentarem ou efectivamente praticarem crimes políticos e sociais, a que se juntava a tarefa de conhecer detalhadamente todas as organizações políticas e sociais bem como os elementos que as compunham para além da monitorização de suspeitos nacionais e estrangeiros ou da realização de buscas legalmente mandatadas. À imagem do que acontece com os serviços de *intelligence*, o director desta repartição estava encarregue de produzir diariamente relatórios acerca da conjuntura político-social do país. Foi nestes moldes que, tal como releva Pedro Cardoso (2004: 90), emergiu “pela primeira vez na legislação portuguesa, uma polícia política”, não totalmente pioneira em Portugal mas embrionária daquela que ainda hoje pode ser considerada um dos expoentes máximos: a Polícia Internacional de Defesa do Estado, mais conhecida pela sua sigla “PIDE”.

Não obstante terem existido historicamente organizações análogas em Portugal, o estabelecimento legal de uma estrutura como a Polícia Preventiva revestiu-se de especial



relevância por se ter tratado de um primeiro passo no sentido da autonomização de um serviço não-militar de informações e, com maior acuidade, de um passo significativo na institucionalização da polícia política portuguesa. Isto acontece numa época em que o país continuava a ser assolado por um clima de forte destabilização social e política onde imperava a desordem, desde a cúpula do Estado com a troca permanente de governos no poder até, consequentemente, à base da pirâmide reflectida nas ruas por um ambiente de estado de sítio que havia progredido desde os tempos da monarquia. Confrontada com tamanhas dificuldades em controlar o número elevado de delitos sociais e políticos que se multiplicavam diariamente por diversos pontos do país, foi sentida a necessidade de modificar, através de novo diploma legal, o modo de actuação da Polícia Preventiva resguardando-a do conhecimento público, pelo que esta organização policial adquiriu um carácter secreto passando os seus efectivos à condição de anonimato.

O contexto de instabilidade político-social supra relatado não se alterou com as diversas medidas implementadas pelas diferentes equipas ministeriais que se foram sucedendo no governo, situação que teve naturais reflexos também no que toca ao organograma da segurança nacional. Desse modo, e até ao despoletar do golpe militar de 28 de Maio de 1926, a Polícia Preventiva conheceu várias mudanças de nome, tendo sido Polícia de Segurança do Estado, Polícia de Defesa Social e, por fim, Polícia Preventiva e de Segurança do Estado. No entanto quer as atribuições quer o *modus operandi* desta força policial mantiveram-se praticamente inalterados em relação às características anteriormente descritas, permitindo-nos concluir ter-se tratado daquela “que pela primeira vez, em Portugal, volta a recuperar, depois de D. João II, as missões e o modo de trabalhar de um serviço de informações, embora com enormes deficiências, especialmente na recolha e análise de informações de segurança interna pura” sendo que “a identidade dos seus elementos é secreta, e o trabalho no terreno, de vigilância e recolha de informações, igualmente secreto, compreende todos os crimes que possam afectar o Estado, como espionagem e conspiração política” (Vegar, 2007: 102).

2. Do Golpe de 28 de Maio de 1926 até à Revolução de 25 de Abril de 1974

2.1 De 28 de Maio de 1926 até 1933

Não obstante alguns sinais de ligeiras melhorias nos indicadores económicos do país fruto de um intervalo temporal de aparente estabilização política, o ambiente instalado no seio da sociedade portuguesa continuava a ser marcado pela desconfiança e pela desordem generalizada. Simultaneamente, noutros pontos da Europa como a vizinha Espanha ou a Itália haviam-se desenvolvido correntes de pensamento extremistas que acabaram por tomar o poder, construindo a partir desses ideais aquilo que viemos a conhecer como Estados totalitários. Em Portugal vivia-se, igualmente, uma atmosfera conspirativa que foi proliferando um pouco por todo o território, acabando por serem os militares a desencadear o golpe que derrubou a I República no dia 28 de Maio de 1926. À semelhança do que aconteceu nos demais países onde o totalitarismo triunfou, esta sublevação comprometia-se com um conjunto de promessas facilmente perfilhadas pelas camadas populares, aproveitando o estado de caos social que imperava nas ruas contra o qual foi, principalmente, concebida a revolução.

Atendendo a que a principal promessa passava por restabelecer a ordem pública no seio da sociedade portuguesa, o sector da segurança foi dos que primeiramente e com maior incidência mereceu as atenções dos novos governantes. Face à sua forte vertente política a Polícia Preventiva e de Segurança do Estado foi dissolvida, dando lugar meses depois a duas unidades policiais de informações com índole secreta. Partindo de um modelo já utilizado no anterior regime, essas unidades foram projectadas para trabalharem sob a jurisdição dos governos civis, e consequentemente dos respectivos governadores, de Lisboa e Porto. Apesar da criação da Polícia de Informações do Porto estar intimamente ligada à contraofensiva lançada na cidade pelos opositores ao golpe, rapidamente se percebeu que não era funcional existirem duas estruturas autónomas com as mesmas atribuições apenas descentralizadas geograficamente. Dessa forma, em 1928 procedeu-se à união da Polícia de Informações de Lisboa e da sua homónima do Porto, resultando daí uma organização com abrangência sob a totalidade do território nacional e tutelada pelo Ministério do Interior.



No essencial esta nova polícia mantinha as competências que detinham as suas antecessoras, convergindo a maioria delas naquela que era central: a de combate aos crimes sociais. Não obstante, é de destacar o recurso do legislador ao termo “*repressão* dos crimes sociais”, o que associado ao poder de instrução criminal também pela primeira vez concedido a um serviço policial deste tipo fez com que a autoridade desta estrutura comesse a ganhar contornos significativos. Assim, o vocábulo “prevenção” foi substituído por “repressão”, tendo-se mantido o carácter subjectivo e extremamente alargado do conceito “crimes sociais”; e, por fim, foram conferidas faculdades instrutórias a esta polícia unificada, o que neste último caso fez com que Maria da Conceição Ribeiro (2000: 55) salientasse “que durante I República nenhuma das polícias políticas sucessivamente criadas, nem mesmo no período sidonista, possui poderes de instrução assinaláveis, pelo que não é demais sublinhar a importância desta medida...”

Paralelamente existia uma outra unidade de polícia que, apesar de o fazer num âmbito diferenciado de actuação, tinha igualmente a seu cargo missões de vigilância, tratava-se da Polícia Internacional Portuguesa que fora fundada em 1928 com a finalidade de assegurar o controlo das fronteiras terrestres do território nacional. Esta força policial estava dividida em duas secções, localizadas em Lisboa e no Porto, de maneira a repartir a fiscalização das fronteiras a sul e a norte do país, respectivamente. Na área que aqui nos interessa, a da *intelligence*, a Polícia Internacional Portuguesa assumia as funções de vigilância sobre cidadãos estrangeiros que se encontrassem em solo português, estando inclusivamente incumbida de manter uma base de dados sempre actualizada de todos os estrangeiros a viver no país. Ainda assim esta polícia não teve ao seu dispor os recursos necessários ao cumprimento das suas extensas tarefas, acabando por se extinguir em 1930 para posteriormente ser recuperada mas somente enquanto repartição da Polícia de Investigação Criminal.

Em virtude da falta de meios da Polícia Internacional Portuguesa a Polícia de Informações era encarregue de lhe prestar o auxílio operacional, especialmente no aspecto humano, que fosse viável, o que fez com que estas duas estruturas policiais cooperassem entre si mantendo uma relação institucional próxima. Porém, a Polícia de Informações também conheceu o mesmo fim em 1931 só que por razões diferentes, fundamentalmente devido à pressão social crescente fruto de sucessivos episódios de abuso de poder. Esta não foi uma decisão fácil para os governantes da época uma vez que a Polícia de Informações desempenhou um papel reconhecidamente relevante na contenção das várias incursões contra-revolucionárias



que se foram sucedendo em vários pontos do território nacional, cabendo-lhe reprimir os elementos responsáveis por essas tentativas de derrubar o regime perseguindo e prendendo-os para muitos deles serem exilados. Com o desmantelamento da Polícia de Informações foi a Polícia de Segurança Pública (PSP) que ficou encarregue de prosseguir as tarefas que estavam confiadas à primeira, isto é, todos os trâmites inerentes ao combate à criminalidade politico-social.

Concomitantemente, e apenas um ano após ter sido extinta, foi reactivada a Polícia Internacional Portuguesa, sendo alvo de uma reformulação organizacional. A reactivação desta polícia veio na sequência da implantação da república na vizinha Espanha, em Abril de 1931, visto que associado a isso estava o apoio declarado pelo novo poder político espanhol aos numerosos exilados políticos que as autoridades de Portugal continuavam a deportar. Face a esse apoio prestado por Espanha aos opositores do regime português, existiu a percepção de que uma das primeiras respostas a dar passaria pela capacidade de monitorização das fronteiras nacionais, o que implicava o restabelecimento de um serviço de segurança autónomo responsável pelo espaço fronteiriço de Portugal. Estas circunstâncias fizeram com que, para além do seu mero restabelecimento, a Polícia Internacional Portuguesa tivesse uma missão redobrada no combate aos actos de espionagem e ao comunismo, bem como um reforço de poderes onde a atribuição de faculdades de instrução processual foi o exemplo mais considerável.

Uma vez mais a Polícia Internacional Portuguesa não foi dotada das condições materiais e, principalmente, humanas necessárias ao cumprimento das tarefas para as quais havia sido recuperada, pelo que a cooperação com outras estruturas policiais foi desde o início a solução prevista para contornar as referidas limitações. Uma dessas estruturas policiais foi a divisão de informações da PSP que ocupara o lugar da extinta Polícia de Informações, dando origem a uma cooperação muito próxima que fez com que em 1932 se avançasse mesmo para a criação de uma unidade herdeira da Polícia de Informações no seio da própria Polícia Internacional Portuguesa. Denominada Secção de Vigilância Política e Social, esta unidade veio literalmente substituir a Polícia de Informações numa tentativa de alterar a imagem negativa que esta última deixara devido aos seus métodos de actuação: por um lado projectando a ideia de renovação do serviço para o exterior, onde seria afastado o recurso arbitrário à violência das torturas sobre os presos políticos; e por outro lado integrando este tipo de corpo policial no meio de um

organismo, como a Polícia Internacional Portuguesa, em que a conotação política era menos notória publicamente.

Não obstante, esta solução voltou a revelar-se temporária já que poucos meses depois o governo português repensou a orgânica da Secção de Vigilância Polícia e Social, optando por regressar ao modelo de autonomia que este serviço gozava quando ainda se designava Polícia de Informações. Assim, em Janeiro de 1933 foi edificada a nova Polícia de Defesa Política e Social que ficou sob a tutela do Ministério do Interior, matendo-se a sua natureza central de preservação da segurança do Estado e consequentemente da ordem política e social no país consubstanciada na perseguição de toda a criminalidade sociopolítica que fosse desenvolvida em Portugal e para a qual esta polícia estava mandatada ao nível da instrução de processos judiciais. Em suma, podemos afirmar que a criação da Secção de Vigilância Polícia e Social foi um primeiro ensaio, sem sucesso, no sentido de fundir a estrutura policial ao serviço do poder político com a Polícia Internacional Portuguesa, o que acabou por acontecer, passado pouco tempo, com o estabelecimento da Polícia de Defesa Política e Social.

2.2 Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)

Decorridos cerca de sete meses desde a edificação da Polícia de Defesa Política e Social voltou-se a dar uma tentativa de unificação com a Polícia Internacional Portuguesa, sendo que desta vez o resultado final viria a ser duradouro e, por isso, coroado de sucesso. Da unificação das duas forças policiais emergiu então, a 29 de Agosto de 1933, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, comumente conhecida pela sua sigla PVDE. Desse modo, foram agregadas num único serviço as atribuições de segurança interna, exercidas essencialmente sobre cidadãos portugueses e adstritas à Polícia de Defesa Política e Social, e as de segurança predominantemente externa, por visarem a fiscalização quer das fronteiras nacionais quer de indivíduos estrangeiros a residirem em Portugal e que estavam a cargo da Polícia Internacional Portuguesa. Para dirigir a PVDE foi escolhido Agostinho Lourenço, transitando da Polícia Internacional Portuguesa onde era também director. Apesar do papel fulcral que Agostinho Lourenço viria a assumir em todo o desenvolvimento da PVDE, esta polícia ficou sob a jurisdição do ministro do Interior tal como acontecia com a Polícia de Defesa Política e Social.



Apesar deste processo de fusão, as duas polícias não cessaram as suas actividades uma vez que cada uma delas deu corpo a uma divisão específica da PVDE: a Secção Internacional e a Secção de Defesa Política e Social. Inclusivamente o âmbito de actuação de ambas não sofreu transformações assinaláveis, pois à Secção de Defesa Política e Social continuou a caber o combate à criminalidade social e política mantendo-se difusa e, por isso, extensa a caracterização desses crimes. A juntar a esse campo de acção bastante alargado preservou-se a capacidade desta força de instruir processos penais pelos delitos que perseguia, passando para a PVDE poderes de livre-arbítrio desprendidos de limites que os balizassem. No que à Secção Internacional dizia respeito a principal nota de destaque foi o facto de lhe ter sido entregue, para além das fronteiras terrestres, também o controlo da fronteira marítima, não havendo quaisquer mudanças nas suas missões de protecção do país contra a espionagem e de contenção dos ideais comunistas provenientes do exterior.

Subjacente a essas duas secções centrais da PVDE existiam os Serviços de Informação e Ligação, vulgarmente conhecidos como serviços secretos. Estes serviços funcionavam em apoio a toda a organização sempre que era necessário encetar tarefas de reconhecimento, vigilância, cadastragem e análise de cenários e suspeitos, ou seja, tarefas inerentes a qualquer unidade de *intelligence*. Neste ponto parece-nos igualmente importante de realçar a vertente internacional inaugurada pela PVDE, isto é, o desenvolvimento de contactos formais e informais com as suas congéneres estrangeiras desde polícias políticas até serviços de informações. Quanto aos serviços de informações estrangeiros não podemos deixar de referir que, durante o período da II Guerra Mundial, estes fizeram de Portugal e, especialmente, de Lisboa o centro nevrálgico da espionagem internacional, coexistindo agentes do Eixo e agentes dos Aliados num clima de grande conspiração.

Na sequência do que já acontecia anteriormente com a Polícia Internacional Portuguesa, parte das informações que suportavam o trabalho da Secção Internacional, e com isso naturalmente de toda a restante estrutura da PVDE, provinham dos diplomatas portugueses espalhados pelo mundo. Retomando o exemplo da vizinha Espanha após a implantação da república, este foi o país a partir do qual chegou a maior corrente de informações transmitidas pelos postos diplomáticos de Portugal aí sediados, ainda que a ameaça que esse governo republicano representava para o regime português tenha mesmo levado a PVDE a estabelecer uma repartição de *intelligence* em território espanhol. Além das informações veiculadas por meios oficiais como a diplomacia ou as “antenas” da PVDE, não podemos deixar de salientar



a origem oposta de outras informações que eram utilizadas, ou seja, aquelas que chegavam officiosamente através de informadores externos à polícia.

O recurso a informadores era explicado, em parte, pela falta de meios, desde humanos a materiais passando pelos logísticos, que historicamente afectou os serviços que antecederam a PVDE e da qual esta última não foi excepção. Dessa forma, inicialmente a PVDE socorreu-se dos informadores apenas para conseguir colmatar as limitações supra mencionadas, porém, com o passar do tempo a situação foi ganhando outros contornos visto que de solução temporária os informadores passaram a deter um espaço próprio dentro da orgânica policial. É isto que nos diz Maria da Conceição Ribeiro (2000: 145) quando se refere ao carácter evolutivo desta colaboração que se tornou mais regular e sistemática ao ponto de ter permitido construir, paralelamente ao quadro de agentes da PVDE, uma autêntica rede secreta e informal de elementos recrutados em diferentes contextos políticos, sociais, económicos e sociais espalhados pelos diversos pontos do país.

Esta evolução transportou consigo um facto novo no que toca ao pagamento dessa teia de informadores pois muitos deles começaram a ser remunerados com ordenados regulares, o que cativava profissionais tão distintos como, meramente a título de exemplo, professores, motoristas, funcionários públicos, comerciantes ou porteiros que encontravam neste emprego uma resposta para ultrapassar as dificuldades decorrentes dos baixos rendimentos de que dispunham. Tendo como pano de fundo esse ponto de partida, e recorrendo às palavras de Maria da Conceição Ribeiro (2000: 145), podemos concluir que:

O constante recurso aos informadores, permitindo à PVDE uma vigilância muito mais efectiva do que o seu pessoal próprio poderia garantir, contribuiu decisivamente para a criação de um clima de medo e suspeição fortemente interiorizado que se insinuava em todas as relações sociais. A imagem, amplamente difundida, de uma polícia política omnisciente e onnipresente confunde-se, em grande medida, com a figura do informador, instrumento central – oculto e, por isso mesmo, mais receado – da sua lógica de actuação e prolongamento natural do carácter secreto que sempre se procurou imprimir à PVDE.

2.3 Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)

O fim da Segunda Guerra Mundial significou a derrota das potências do Eixo e, consequentemente, das ideologias que transportavam consigo, situação que, apesar da propagandeada neutralidade de Portugal face ao conflito, fez abalar os alicerces do regime português. Não obstante o suporte dado pela manutenção do xadrez político na vizinha Espanha, a vitória dos Aliados traduziu-se, por associação, na vitória da democracia e dos seus valores, tendo chegado ecos disso mesmo aos sectores melhor informados da sociedade portuguesa que, prontamente, procuraram aproveitar a oportunidade para colocar em xeque o regime que vigorava no país. Esta tentativa de destabilização levou o governo a estudar mudanças que, não alterando aquilo que eram as suas traves mestras, permitissem maquiar a verdadeira essência da política vigente em Portugal, passando uma ideia de abertura tanto para dentro como para fora do território nacional.

Uma dessas mudanças passou pela reforma da PVDE que, em 1945, viu ser-lhe alterado o nome para Polícia Internacional de Defesa do Estado (correntemente denominada por PIDE), deixando cair o termo “vigilância” em detrimento do regresso da expressão “internacional”. À semelhança de processos análogos anteriores, não existiu qualquer propósito de renovar os aspectos basilares desta polícia, tratando-se somente de uma operação que procurou transmitir uma mensagem de desanuviamento, decorrente do contexto pós-Segunda Guerra Mundial, na qual a queda da designação “vigilância” foi expoente máximo. No entanto a vigilância continuou a ser uma das principais funções da recém-transfigurada PIDE que, a juntar aos extensos poderes que advinham já da sua antecessora PVDE, recebeu também a faculdade de prescrever, autonomamente, a providência de prisão preventiva, num molde primado pela discricionariedade. Assim, e a despeito dos ajustes organizacionais levados a cabo, as missões desta polícia mantiveram-se inalteradas interna como externamente, transitando igualmente na chefia da mesma Agostinho Lourenço. Pelo contrário, quanto ao número de efectivos destacados deu-se uma verdadeira transformação posto que a PVDE contou sempre com poucos elementos, perto de 30 em 1935, nos seus quadros, enquanto que à PIDE foram, logo desde 1947, atribuídos cerca de 541 agentes e 150 funcionários administrativos (Pimentel, 2011: 31).

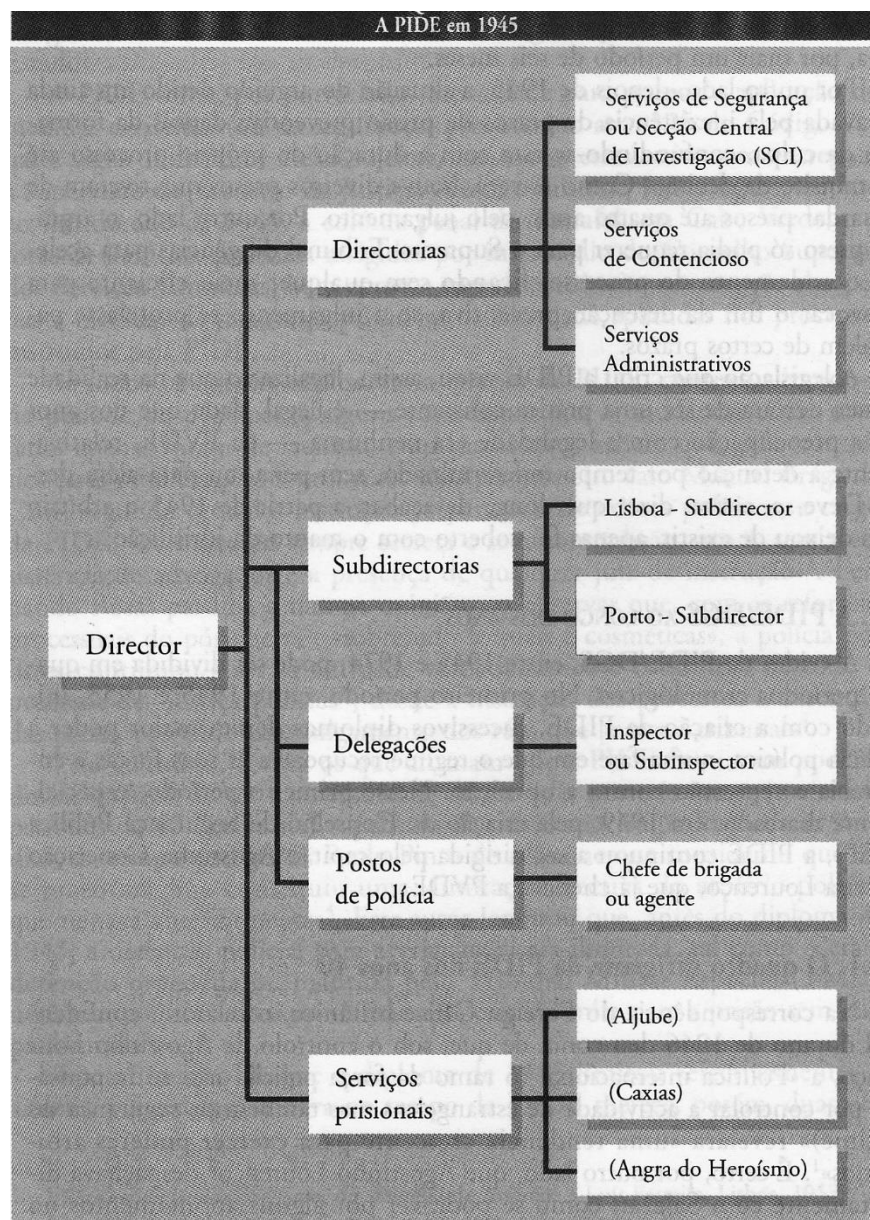


Figura 1. Esquema da PIDE em 1945. (Pimentel, 2011: 34)

Seguindo a linha de pensamento de Irene Pimentel, a história da PIDE apresenta três fases diferenciadas na sua evolução, sendo elas relativamente bem definidas no tempo. A primeira, entre a sua fundação em 1945 e 1953, ficou marcada pelo progressivo reforço de poderes desta polícia, explicado essencialmente pelo esforço do regime em ultrapassar, apertando a malha repressiva contra os seus opositores, as repercussões que a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial tinham tido na governação de Portugal. O segundo período, entre 1954 e 1960, não diferiu muito do primeiro, tendo ficado marcado por novo alargamento de competências, equiparadas às dos juízes ao nível da instrução preparatória dos

processos, e pelo endurecimento da PIDE ao longo dos anos 50. Nesta fase deram-se duas trocas na directoria da polícia, a primeira delas devido à aposentação de Agostinho Lourenço que foi substituído, em 1956, por António Neves Graça. Quatro anos depois António Neves Graça apressou-se a apresentar o seu pedido de reforma, pelo que em 1960 foi indigitado para director da PIDE Homero de Matos. Ao assumir o cargo, Homero de Matos elaborou um parecer, que endereçou directamente a Salazar, acerca da polícia que iria chefiar, destacando-se “a sua intenção de transformar a PIDE numa verdadeira organização de informações e acabar com a proliferação dos vários «serviços secretos», que se guerreavam entre si e dispunham de informações de que só a «sua» polícia podia e devia dispor” (Pimentel, 2011: 39).

A terceira, e derradeira, fase antes da sua conversão em Direcção-Geral de Segurança dividiu-se em dois períodos, o primeiro referente aos anos de 1961 e 1962 e o segundo entre 1962 e 1968. O primeiro período ficou marcado pelo início do conflito colonial, começado em Angola após alguns ataques dispersos, que levou a PIDE a encetar medidas de resposta territorial como o estabelecimento quer de subdelegações quer de postos de fronteiras e vigilância nas colónias de Angola e Moçambique. Entretanto, em 1962 Homero de Matos abandonou a chefia desta polícia, ocupando o cargo Fernando da Silva Pais. E foi com a chegada de Silva Pais a director da PIDE que esta entrou no segundo período supra mencionado, pontuado pela reformulação da orgânica policial por si implementada. Em matéria de informações Silva Pais partilhava as preocupações do seu antecessor, nomeadamente quanto à dispersão de serviços policiais que detinham unidades de *intelligence* e que, no entender de ambos, deveria ser da exclusiva competência da PIDE. Nesse sentido Silva Pais procurou concentrar esforços no incremento genérico da vertente de informações em toda a estrutura da polícia, existindo, porém, uma divisão unicamente vocacionada para a *intelligence* que, na sequência da reorganização geral de 1962, foi entregue à responsabilidade de Álvaro Pereira de Carvalho. De seguida deixamos um esquema da disposição da mesma, sendo que por esta divisão passaram agentes, como José Gonçalves, António Rosa Casaco, Agostinho Tienza ou Ernesto Lopes Ramos, com papéis de destaque no percurso da PIDE:

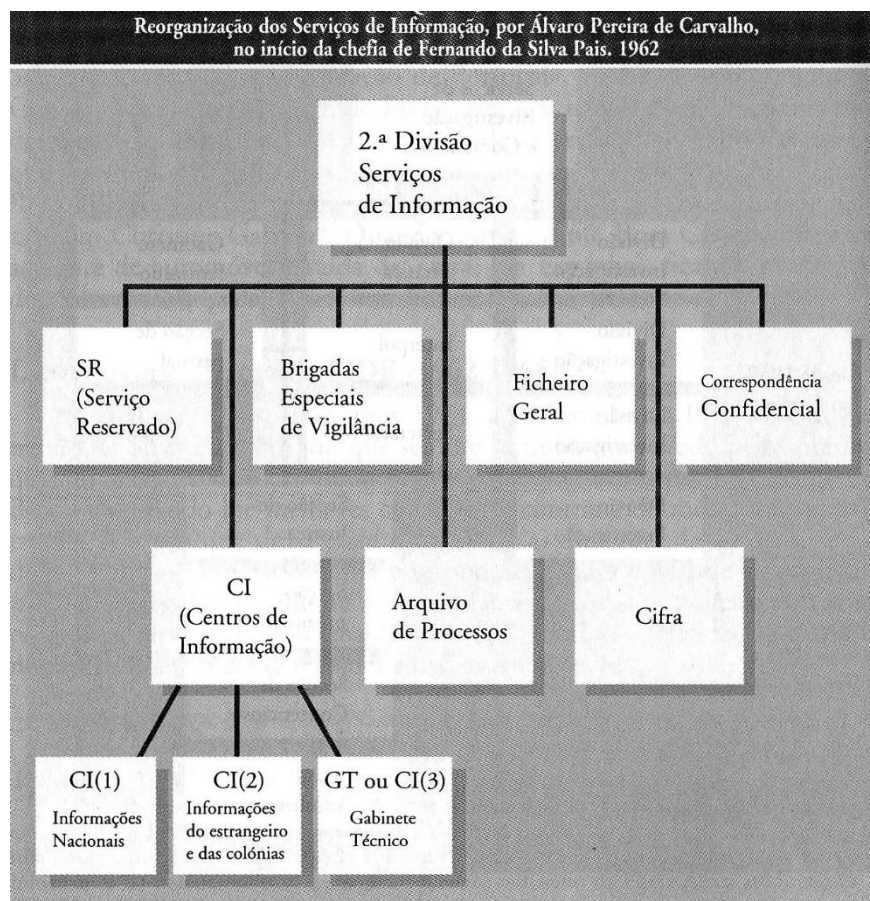


Figura 2. Esquema da Reorganização dos Serviços de Informação, por Álvaro Pereira Carvalho, no início da chefia de Fernando Silva Pais. 1962 (Pimentel, 2011: 44)

No que à formação dizia respeito, a generalidade dos elementos que entravam para a PIDE vinham desprovidos de grandes habilitações, pelo que em 1948, ainda sob a direcção de Agostinho Lourenço, foi criada a Escola Técnica de Polícia ou da PIDE (ETP). Esta escola serviu as várias funções de formação interna que começavam na escolha e instrução daqueles que procuravam entrar nos quadros desta polícia, e iam até patamares de ensino superiores acessíveis a partir da frequência de cursos elementares, de aperfeiçoamento e de especialização para os agentes da PIDE que se pretendessem graduar. É de salientar que a edificação da ETP, e o posterior desenvolvimento de que foi sendo alvo, teve uma ligação estreita ao campo da cooperação internacional da PIDE com as suas congéneres estrangeiras, uma vez que foi aos serviços amigos de maior tradição e, por isso, munidos de mais experiência que a polícia portuguesa recorreu para perceber os respectivos modelos de funcionamento passíveis de serem aplicados à escala nacional. Desse modo, e tal como acontecia anteriormente com a PVDE, a PIDE relacionava-se com polícias de outros países, espalhados pelos diferentes continentes, no

sentido da partilha mútua de informações, tendo em vista, oficialmente, o combate à criminalidade universal mas não descurando o controlo e a vigilância dos numerosos portugueses exilados no estrangeiro. Para além de ter sido a força de segurança escolhida pelo regime para representar as polícias de Portugal junto da International Criminal Police Organization (mundialmente conhecida como Interpol), consta que a PIDE mantinha relações transversais com diversos serviços de informações onde se incluíam, apenas para dar quatro exemplos, o norte-americano FBI, o sul-africano BOSS, os israelitas Shin Bett e Mossad ou o CIO da Rodésia.

Para terminar, parece-nos interessante destacar o papel que esta polícia desempenhava, desta feita internamente, na selecção dos candidatos a integrarem a função pública, visto que era à PIDE que cabia analisar a integridade moral e política de quantos concorriam a lugares na máquina do Estado. Ao colocar a polícia da sua confiança a recolher informações tendencialmente orientadas para despistar a participação em estruturas ou episódios de oposição ao regime, o governo procurou blindar a administração pública a possíveis funcionários catalisadores de desestabilização. Não obstante as suas características peculiares, este trabalho de *intelligence* exigiu bastante aos operacionais da PIDE pois era o Estado que dava emprego a um largo número de cidadãos, o que resultou frequentemente na prestação de informações erradas “sobre alguém, que, a partir de então, podia pura e simplesmente ficar desempregado e sem hipóteses de arranjar trabalho” (Pimentel, 2011: 88).

2.4 Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI)

Conforme foi introdutoriamente abordado no subcapítulo anterior, os primeiros acontecimentos hostis que vieram a marcar o início da Guerra do Ultramar ocorreram a 15 de Março de 1961 no município de Dembos, situado a norte de Angola, com o desencadear de múltiplas investidas, coordenadas entre si pelo movimento anti-colonial União das Populações de Angola (UPA), a povoações, fazendas e postos administrativos que resultaram num número elevado de perdas humanas. Apesar destes ataques terem precipitado algumas respostas securitárias nos territórios ultramarinos, é preciso referir que, ao nível da *intelligence*, as primeiras medidas que foram tomadas datam de 1936 quando a 4ª Repartição, destinada à



vertente dos negócios políticos, da Direcção-Geral da Administração Política e Civil do Ministério das Colónias assumiu a responsabilidade de analisar os contornos da política colonial. Para além disso, numa fase posterior a instituição militar e a polícia política haviam já desenvolvido unidades de informações nesses territórios, ainda que sem uma devida condução superior que assegurasse a cooperação e a partilha de dados entre as diferentes organizações com tarefas de *intelligence*.

Assim, e atendendo ao clima de tensão latente que existia nas colónias, não é crível que as autoridades portuguesas tenham sido apanhadas desprevenidas aquando do despoletar das operações armadas, mas antes que a dispersão de informações, decorrente da ausência de uma entidade centralizadora das mesmas, possa ter “induzido muitas vezes o Governo central em erro relativamente a várias situações” (Garcia, 2004: 235). A essas dificuldades juntou-se a evolução do conflito para moldes de guerra efectiva, pelo que a conjugação dos dois factores tornou imprescindível repensar o modelo da *intelligence* existente nos territórios ultramarinos. Neste ponto surge indubitavelmente a figura do então Major Pedro Cardoso, que na época se encontrava em Angola nomeado para Director do Centro de Informação e Turismo dessa colónia, como destacado impulsionador da criação de um organismo que coordenasse as informações provenientes da administração pública, das Forças Armadas e das estruturas policiais. Nesse sentido, deslocou-se a Lisboa para, conjuntamente com o Capitão Serpa Rosa que ocupava o cargo de Secretário-Geral do Ministério do Ultramar, examinar todas as questões que envolviam a formação daquele tipo de organismo e, a partir disso, elaborar um projecto de diploma que o concretizasse. Cumprida essa missão, com sucesso pois o documento foi bem recebido pelos decisores políticos, e concluída a posterior tramitação legal, ficou estabelecida, a 29 de Junho de 1961, a edificação dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI) nas colónias sob a alçada de Portugal.

Os primeiros SCCI a serem fundados foram os de Angola, processo que coincidiu sensivelmente com a entrada em funções do General Venâncio Deslandes como Governador-Geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas desse território na sequência dos incidentes supra enunciados. Porém, só em Junho de 1962 é que os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA) iniciaram o pleno funcionamento, dirigidos pelo Major Silva e Sousa. Tal como sintetiza Proença Garcia (2004: 236), estes SCCI “tinham como missão centralizar, coordenar, estudar, interpretar e difundir informações que interessassem à política, à administração e à defesa das respectivas províncias. Estes serviços

procediam à análise das informações de carácter estratégico e produziam estudos específicos”. À imagem do que acontece presentemente no sistema de informações português, foi também contemplada a composição de comissões de informações, nas quais estavam integrados elementos escolhidos pelo Governo-Geral da respectiva colónia, para trabalharem de perto com os SCCI no sentido de, reunindo periodicamente, nortear a acção a desenvolver por aqueles serviços.

Indo de encontro ao que estava previsto no diploma que contemplou a existência dos SCCI, cabia ao governador de cada província ultramarina proceder à avaliação do desenrolar dos acontecimentos, no sentido de decidir da criação daqueles serviços no momento que considerasse ser mais pertinente. Posto isto, os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM) foram logo formados igualmente em 1961, enquanto que os serviços homólogos da Guiné tiveram que esperar até 1969 para serem edificados não obstante a sua solicitação por parte do Governo-Geral desta colónia remontasse a 1963. Esta última questão remete-nos, de forma indelével, para o rol de dificuldades que os SCCI tiveram de enfrentar, centradas principalmente na relação daqueles com as demais forças de segurança. Tendo em conta o que havia sido estipulado quanto às restantes polícias, entre elas a PIDE-DGS, a PSP ou a Guarda Fiscal, terem de transmitir as notícias que iam obtendo aos SCCI correspondentes, tornava-se indispensável construir um ambiente que, no mínimo, fosse pautado pelo respeito inter-institucional.

No entanto esses requisitos não se verificaram, pelo que aqueles serviços “nunca conseguiram fazer-se aceitar perante os canais militares e/ou a PIDE (depois DGS) como orientador do esforço de pesquisa ou mesmo impor-se aos canais da administração civil” (Garcia, 2004: 237). No caso específico da polícia política, a razão comumente associada a essa animosidade prende-se com o papel secundário que lhe era atribuído no projecto de sistema de informações a ser implementado na metrópole. Este projecto veio no seguimento dos relatórios, solicitados pelo General Venâncio Deslandes que entretanto fora afastado do posto de Governador-Geral em Angola e assumira o lugar de Secretário-Adjunto da Defesa Nacional, sobre o modelo de *intelligence* vigente na metrópole. Segundo a avaliação pessoal feita por Pedro Cardoso (2004: 135), o facto da PIDE não ter sido incluída nesse novo sistema de informações projectado “foi o golpe fatal na estruturação dos SCCI a nível nacional e deu início a uma campanha informal e encoberta contra os SCCI em Angola, em Moçambique e até na Guiné”. Em síntese, e convergindo com a tese apresentada, Renato Marques Pinto (2004: 477)

diz-nos que “a ideia de criação dos SCCI foi extremamente válida, mas não contou com a oposição da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) que se considerava responsável pela segurança interna e externa do Estado”.

2.5 Direcção-Geral de Segurança (DGS)

Depois do fim da Segunda Guerra Mundial e das consequências que o desfecho da mesma tiveram para o regime instalado em Portugal, a Guerra do Ultramar veio reacender alguns focos de insatisfação no seio da sociedade portuguesa. Para muitos tratava-se de um conflito inusitado e do qual dificilmente o país poderia sair vitorioso, considerando mais sensata a via política como meio de solucionar o diferendo colonial. Perante essa situação, os opositores do governo, permanentemente reprimidos e perseguidos pela autoridade estatal, aproveitaram nova oportunidade para pôr em causa a legitimidade do regime, procurando fragilizá-lo com o fomento da instabilidade social e política. Dentro desse contexto já de si crescentemente desfavorável, a 3 de Agosto de 1968 Salazar sofreu um acidente quando se encontrava no Forte de Santo António localizado no Estoril. Do sucedido resultaram mazelas psico-motoras que o Presidente do Conselho não conseguiu ultrapassar, impossibilitando-o de continuar a exercer as atribuições que lhe estavam inerentes. Posto isso, a 27 de Setembro de 1968 o Presidente da República, Américo Tomás, viu-se forçado a afastar Salazar, convidando Marcello Caetano para assumir a liderança do governo.

Apesar do período conturbado que Portugal enfrentava, Marcello Caetano aceitou o convite pois acreditava ser capaz de recuperar o regime, deveras debilitado tanto dentro como fora de portas. Desse jeito, Caetano projectou uma campanha mediática baseada na implementação de reformas estruturais no país, desdobrando-se num conjunto de promessas reformadoras e de liberalização do regime que na prática não se concretizaram. Ainda assim, um dos principais vectores dessa jogada política começou por passar pela polícia afecta ao governo, polícia essa que mereceu, desde 1943, sucessivas críticas de Marcello Caetano que percepcionava no seu violento *modus operandi* uma demonstração de debilidade do regime. Perante isso, uma das primeiras decisões de Caetano logo em 1969 foi a de encerrar a PIDE, substituindo-a pela Direcção-Geral de Segurança. Esta força de segurança manteve-se tutelada



pelo ministro do Interior, à excepção das suas extensões nos territórios ultramarinos que estavam debaixo da tutela do Ministério do Ultramar.

Esse processo servia os propósitos de Marcello Caetano quanto à necessidade de reabilitar a opinião, extremamente negativa, que a sociedade civil tinha da PIDE, procurando com a sua extinção dar uma imagem de ruptura em relação ao passado da mesma. Porém, e focando-nos essencialmente no nosso objecto de estudo, a criação da DGS produziu somente duas alterações dignas de registo: uma referente à natural reorganização dos seus serviços e outra relativa à divulgação pública das listas de agentes que compunham as suas fileiras. Ambas ocorreram em 1972, sendo que no caso da reorganização, e tal como o nome indica, consistiu numa rearrumação das secções que distinguiam as diferentes áreas de actuação daquela polícia. Nessa rearrumação deu-se uma mudança reveladora da orientação que Caetano pretendia dar à DGS, isto é, a passagem da anterior 2ª Divisão, responsável pelos serviços de informações, a 1ª Direcção de Serviços de Informação (DSI). Recorrendo às palavras de Irene Pimentel (2011: 49), “o facto é revelador não só da importância crescente de Álvaro Pereira de Carvalho, como de uma vontade de fazer da polícia política uma organização de inteligência, em que a informação fosse o sector principal”. Acerca da divulgação pública dos actos de gestão dos recursos humanos, fosse dos candidatos admitidos fosse das promoções nas carreiras dos seus funcionários, que estava prevista legalmente, essa deixou de existir. Indo de encontro às preocupações de sigilo da identidade dos elementos policiais já manifestadas por Homero de Matos, pelo menos durante os dois anos em que dirigiu a PIDE, o governo suprimiu a obrigatoriedade de publicação, nos canais oficiais do Estado, das acções administrativas atrás enunciadas.

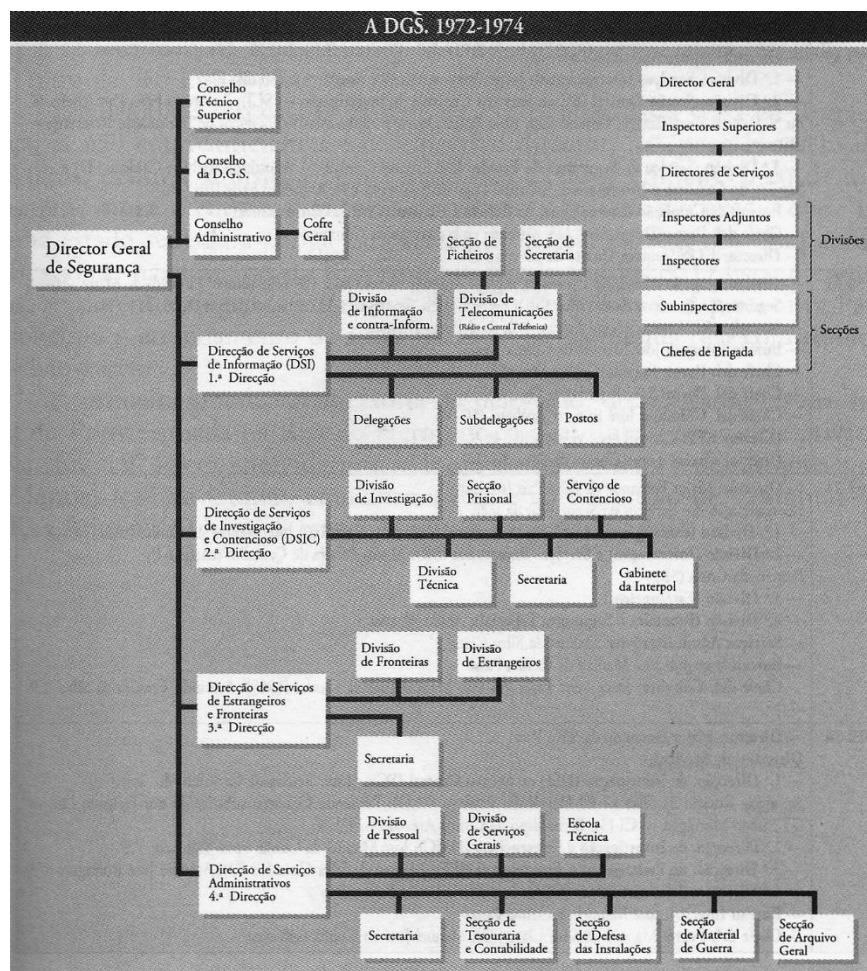


Figura 3 - Esquema da DGS, 1972-1974 (Pimentel, 2011: 49)

Regressando à Direcção de Serviços de Informação, e à posição de primeiro plano que havia conquistado na hierarquia da DGS, esta contemplava as actividades ligadas aos informadores, à interceptação postal, ao arquivo de ficheiros, às escutas telefónicas ou à vigilância no terreno. De forma inédita em Portugal esta polícia tomou para si as incumbências adjacentes a qualquer serviço de informações, estando a cargo da sua 1ª direcção

assegurar a pesquisa, a recolha, o estudo e a difusão das informações que interessassem à política externa e interna, à defesa das instituições, à administração e à defesa do território nacional. Era, assim, o órgão único de difusão e troca de serviços e de informações com organizações congéneres estrangeiras, bem como o serviço receptor das notícias recolhidas pela GNR, PSP, GF, pela administração civil ou por outros organismos com meios de recolhas de notícias, para estudo e elaboração. Era ainda à DSI que competia a salvaguarda da segurança pessoal do chefe de Estado, do presidente



do Conselho e de altas individualidades estrangeiras que visitassem o país, bem como a gestão dos serviços de contra-informação (Pimentel, 2011: 310).

É preciso notar que a conotação política da DGS manteve-se sempre inalterada devido à importância do seu trabalho repressivo na manutenção do regime vigente no país, no entanto, e dando seguimento a ideias outrora defendidas por antigos dirigentes desta, fica perceptível que com o reordenamento de 1972 foi alargado o espaço dedicado à *intelligence* numa ligeira aproximação aos modelos de serviços de informações que predominavam internacionalmente. Nesta matéria parece-nos relevante aludir à proposta que Álvaro Pereira de Carvalho fez, quando a DGS se viu confrontada com fenómenos díspares de oposição como o consentimento do governo a determinadas manifestações de desagrado e o despoletar de movimentos de luta armada, sobre a pertinência de separar a Direcção de Serviços de Informação, autonomizando-a ou transferindo para outras polícias as restantes tarefas das demais direcções, de modo a conferir-lhe maioritariamente missões de prevenção à semelhança do que é comum nas agências de *intelligence*.

Gorada essa possibilidade face à recusa da tutela em acolher os contributos do director do departamento encarregue dos serviços de informações, tornaram-se insuficientes as mudanças realizadas na disposição das repartições de *intelligence* na DGS. Esta polícia teve que enfrentar a crescente necessidade de informações que se foi fazendo sentir, não tendo meios nem técnicos nem logísticos para responder ao aumento da complexidade das ameaças ao regime. Para contornar tamanhas limitações a DGS recorria a uma densa rede de informadores que estava disseminada de norte a sul do território nacional, constituindo historicamente o veículo central de obtenção de informações por parte daquela bem como das que a antecederam. A comprovar a preponderância adquirida pela teia de informadores esteve a elaboração, em sede da Escola Técnica de Polícia, de compêndios e guias práticos com a explicação dos aspectos considerados fulcrais para todos aqueles que colaboravam, voluntária ou involuntariamente, na recolha de informações destinadas à DGS.

À Rua António Maria Cardoso, localizada na cidade de Lisboa e que ficou intrinsecamente associada como morada da polícia política portuguesa, chegavam constantemente inúmeras informações provenientes de cidadãos com origens geográficas, sociais, profissionais e económicas distintas ou inclusive opostas. A despeito disso, um serviço de *intelligence* não pode estar dependente da imprevisibilidade decorrente de uma rede de informadores, fenómeno demasiado presente no quotidiano da DGS. De facto, foram os seus

próprios agentes que, anos volvidos após ter sido extinta, vieram a público confirmar as debilidades que o sector das informações enfrentava, com especial incidência na derradeira fase de combate às vastas franjas de opositores. Em suma, a inoperância da polícia que melhor garantia a perpetuação do regime que vigorava em Portugal contribuiu para o seu fim, fracassando a propalada renovação assente na continuidade que Marcello Caetano tentou implementar mas que se deteve enquanto mera intervenção de cosmética.

3. Da Revolução do 25 de Abril até à actualidade

3.1 2ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA)

Não obstante o papel central que a DGS assumia no funcionamento do Estado Novo e, por conseguinte, na *intelligence* do mesmo, existia igualmente um conjunto de outros organismos com responsabilidades no campo das informações. Na resenha histórica que fez, Vizela Cardoso (2015: 496) apresenta-nos o seguinte elenco:

- No Ministério da Defesa Nacional existia a 2ª Divisão do Secretariado-Geral, responsável por centralizar e coordenar a actividade do Serviço de Informações Militares (SIM);
- No Ministério do Ultramar, o Gabinete de Negócios Políticos centralizava e coordenava as informações recebidas dos SCCI, tratados no ponto 2.4 da presente dissertação, existentes nas Províncias Ultramarinas em que decorriam operações militares;
- No Ministério dos Negócios Estrangeiros existia a Direcção-Geral dos Negócios Políticos, responsável por centralizar e coordenar as informações obtidas por via diplomática e consular;
- No Ministério do Interior, para além da DGS que centralizava e coordenava as informações que interessavam à segurança interna e externa do Estado, existiam também a Legião Portuguesa, que gradualmente havia perdido efectividade nessa área,



a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a PSP, estas últimas responsáveis por centralizarem e coordenarem as informações de interesse para a ordem pública;

- E por fim, na dependência do Ministério das Finanças, existia a Guarda Fiscal (GF) com responsabilidades análogas às da GNR e da PSP.

Conforme foi feita breve alusão no já referido ponto 2.4, o autor destaca a inexistência de uma estrutura autónoma incumbida de centralizar as informações produzidas pelos serviços anteriormente enunciados e que, simultaneamente, assumisse a coordenação superior da actividade por eles desenvolvida. Apesar disso, era esta a organização da *intelligence* nacional quando, a 25 de Abril de 1974, se consumou a Revolução que pôs termo ao regime do Estado Novo, 41 anos após a sua instauração. Ainda que focando o objecto da análise somente ao sector das informações, torna-se importante salientar as palavras de António de Sousa Lara (entrevista pessoal, anexo 2.2) quando realça que, consequência da revolução levada a cabo em Portugal, “deitou-se fora a água do banho e o bebé, fenómeno que é normal acontecer” mas que levou ao desmantelamento de grande parte do edifício administrativo do Estado.

Assim, ao nível da segurança e defesa ocorreram significativas transformações, a começar pela pronta extinção, decretada pela Junta de Salvação Nacional (JSN), das instituições afectas ao Estado Novo como eram a DGS e a Legião Portuguesa. Por corresponder a uma fase imediatamente seguinte à Revolução, não se afigurou possível erguer de raiz novos órgãos, pelo que a 2.^a Divisão do Secretariado-Geral da Defesa Nacional foi a alternativa encontrada para garantir a manutenção das tarefas de *intelligence* enquanto um todo. Nesse sentido, devia ser “apoiada pelas Repartições ou Divisões de Informações dos Ramos das Forças Armadas na Metrópole e dos Quartéis-Generais dos Comandantes-Chefes nos Teatros de Operações”, porém, acrescenta Renato Marques Pinto (2004: 482), “era tarefa que não podia cumprir por falta de pesquisa humana e de analistas em número e qualidade”.

Entretanto, foi formado o Comando Operacional do Continente (COPCON) a cargo do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e que tinha “no seu Estado-Maior uma 2.^a Repartição que trabalhava em íntima colaboração com as 2.^{as} Repartições [competentes pela produção de informações militares]² dos três ramos [Exército, Marinha e Força Aérea]³ das Forças Armadas...” (Cardoso, 2004: 206). Posteriormente, o Decreto-Lei nº

^{2/3} O sublinhado é nosso.



400/74 no nº 1 do seu artigo 6º criou o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), no qual foram integrados “os organismos do antigo Secretariado-Geral da Defesa Nacional, que, em conformidade com o disposto neste diploma, devem subsistir...” (artigo 11º, nº 2) Posto isto, a 2ª Divisão do Secretariado-Geral transitou para o EMGFA, tendo sido o órgão encarregue de assegurar a *intelligence* nacional durante um período de natural instabilidade.

Marques Pinto (2004: 482) recorda que os trabalhos preparatórios, encetados no Palácio da Ajuda onde viria a ficar instalada a 2ª Divisão, dessa unidade do EMGFA foram iniciados antes sequer da criação do próprio EMGFA, acabando por adquirir a seguinte composição: um Gabinete de Estudos e Planeamento; três Repartições, uma de informações internas, outra de informações externas e uma terceira de contra-informação; um Centro de Instrução; um Conselho Administrativo; e uma Secção de Apoio, orientada para a pesquisa interna, que, a despeito de já existir, foi aglomerada. Primeiramente, foi ao Tenente-Coronel Belchior Vieira que coube orientar esta divisão que, procurando não reproduzir a incapacidade com que se deparou a antiga 2ª Repartição do Secretariado-Geral, mereceu um reforço de meios humanos, tanto de militares dos três ramos como de civis vindos dos gabinetes ministeriais (Cardoso, 2004: 141). Numa segunda fase, e em linha com aquilo que estava plasmado no Decreto-Lei nº 400/74 (ao estipular, no nº 2 do seu artigo 12º, que “os cargos de chefes de divisão são desempenhados por brigadeiros ou coronéis ou por oficiais da Armada de postos correspondentes”), avançou-se com a opção de nomear o Coronel Pedro Cardoso para dirigir a mesma, mas sem que este conseguisse atingir os objectivos por si delineados:

Apesar de todos os esforços realizados no sentido de estruturar um verdadeiro serviço de informações, constituído por pessoal instruído, devidamente organizado, centralizando, coordenando e estudando as informações internas da Metrópole e do Ultramar, as informações externas e a contra-informação, e tendo sido iniciados bons contactos com os partidos políticos e os sindicatos, não foi possível evitar a acção oportunista de diversos grupos que também desenvolviam actividades de informações, algumas com orientação partidária e às vezes sindical e com apoio superior (...), o que provocou uma situação de anarquia que deu origem à impossibilidade de centralizar e recortar as informações, entrando-se em regime de desconfiança generalizada” (Cardoso, 2004: 141-142).

Na sequência de repetidas movimentações desencadeadas pelos diferentes grupos opositores que disputavam o controlo do poder político no Portugal revolucionário de então, a 28 de Setembro de 1974, o Presidente da República, General António de Spínola, viu-se forçado

a resignar e foi sucedido pelo Chefe do Estado-Maior-General, General Costa Gomes, que acumulou as duas funções. Dessa forma, entrelaçando esse clima político e o mal-estar predominante no sector das informações, em Outubro, por ocasião de um encontro governamental, surgiu uma proposta do Primeiro-Ministro, Brigadeiro Vasco Gonçalves, no sentido de ser implementado um Departamento Nacional de Informações (DNI). Em virtude dos constrangimentos supra explicitados, essa proposta de criar um organismo que, centralmente, concentrasse e coordenasse a esfera das informações não reuniu o apoio da 2ª Divisão, divisão esta que, com o desenrolar dos acontecimentos no país, não escapou aos efeitos da luta político-ideológica.

3.2 Serviço Director e Coordenador da Informação (SDCI)

No seguimento do ambiente de crispação em torno da disputa pela liderança do poder político no Portugal pós-25 de Abril, a 11 de Março de 1975 deu-se uma tentativa de golpe militar, liderada pelo antigo Presidente da República, General Spínola, que visava imprimir uma linha política de direita no país. Essa tentativa falhou e, resultado disso, as forças de esquerda, que naquele período predominavam no Governo, viram-se fortalecidas, sendo criado o Conselho da Revolução (CR) e nacionalizada a banca. No que às informações diz respeito, o 11 de Março significou a extinção da 2ª Divisão que, não obstante isso, manteve-se em funcionamento até ser edificado, a 23 de Maio e por decisão do Conselho recém-formado, uma nova estrutura: o Serviço Director e Coordenador da Informação (SDCI).

De resto, o Conselho da Revolução estipulou que o SDCI teria que ser chefiado por três membros do próprio Conselho que assumiriam os cargos de director e subdirectores do mesmo, adquirindo esses três elementos faculdades equiparadas às dos ministros. Esses lugares foram ocupados pelo Capitão-Tenente Almeida Contreiras, enquanto director, pelo Major Pereira Pinto e pelo Capitão Ferreira de Macedo, estes dois desempenhando as funções de subdirectores. Controlado superiormente pelo Almirante Rosa Coutinho, o SDCI tinha nos seus quadros perto de 260 efectivos em que, conforme faz alusão Paula Serra (1998: 39), “mais de metade dos quais eram militares, e os restantes civis, estes quase todos próximos do PCP e dos principais partidos de extrema-esquerda”. Este serviço instalou-se no edifício Grão-Pará,



número 50 da Rua Castilho, em pleno coração da cidade de Lisboa, que partilhava com a Comissão Dinamizadora Central (CODICE) da 5ª Divisão do EMGFA, divisão esta fundada, igualmente, na sequência do 11 de Março como um departamento de propaganda e acção psicológica do Conselho da Revolução.

A organização do SDCI dividia-se em duas grandes secções, uma responsável pela vertente interna e outra pela externa. A Divisão Externa (DE) subdividia-se em três áreas de trabalho, uma que contemplava a análise económica, outra o recorte da imprensa estrangeira e uma terceira as actividades hostis. Já a Divisão Interna (DI), que em relação à congénere externa contava com um dispositivo de operacionais maior, estava incumbida quer da pesquisa e tratamento de informações por todo o território nacional quer das tarefas de contra-informação (Serra, 1998: 40). Segundo defende Vizela Cardoso (2015: 497), o SDCI foi construído “com estrutura e métodos de actuação semelhantes ao modelo dos serviços de informações soviéticos (KGB) em que se baseava”. Apesar de concordar com Vizela Cardoso quanto ao facto “da legislação que suportara o SDCI ser uma cópia adaptada do regulamento do KGB”, Pedro Serradas Duarte, que dirigiu 12 anos a unidade de pesquisa da divisão sucessora do SDCI, “lamenta que ela tenha sido abandonada já que, com algumas pequenas alterações, serviria para se arrancar para um novo serviço institucionalizado” (Serra, 1998: 39).

Porém, e de acordo com aquilo que se encontra plasmado em textos de diferentes autores, é possível concluir que o SDCI suscitou forte oposição junto de diversos sectores da sociedade portuguesa porque, na opinião de Renato Marques Pinto (2001: 309), “a imagem deixada pelo SDCI, que o público confundia com a 5ª Divisão por haver uma parte desta no edifício Grão-Pará, era má. Além de ser um serviço de informações, transformava-se num fórum de reuniões e de tomada de decisões político-militares”. Tal imagem muito negativa devia-se, nas palavras uma vez mais de Vizela Cardoso (2015: 497), não apenas à mencionada conotação política mas também “às práticas arbitrárias de detenção e interrogatório que se verificaram”.

3.3 Da reactivação da 2ª Divisão do EMGFA à criação do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP)

Entretanto, continuava-se a assistir em Portugal a um clima de forte tensão revolucionária onde as clivagens político-ideológicas dominavam o desencadear dos acontecimentos, contribuindo, adicionalmente, para o ambiente de reprovação que pendia sobre o SDCI. Por essa ordem de razões, o período do Processo Revolucionário em Curso (PREC) revestiu-se de uma intensa actividade de informações, desmultiplicando-se o número e o tipo de organizações que asseguravam a sua própria produção autónoma de *intelligence*. Foi nesse contexto que, a 25 de Novembro de 1975, se deu nova tentativa de golpe militar, dessa feita conotada com sectores próximos da extrema-esquerda mas com idêntico resultado final. O fracasso dessa tentativa de garantir o controlo do rumo político do país permitiu, uma vez mais, que, depois de ultrapassada a situação, o lado oposto da barricada saísse com a sua posição reforçada. Dessa forma, o triunfo das denominadas “forças moderadas” significou, ao nível das informações, o fim imediato do SDCI que funcionou somente durante 6 meses.

Conforme consta do Decreto-Lei nº 385/76, a solução encontrada passou por restabelecer a 2ª Divisão do EMGFA, tendo sido ainda esse mesmo diploma que formalizou a extinção do SDCI. Porém, entre a data em que o SDCI foi desactivado, 26 de Novembro de 1975, e a aprovação do referido decreto, no dia 21 de Maio de 1976, decorreu um intervalo de, aproximadamente, também 6 meses em que, segundo Paula Serra (1998: 33), “o país viveu sem Informações. Ou melhor, sob uma barafunda de notícias”. Não obstante isso, e face à pronta convicção de recuperar o papel da 2ª Divisão para substituir o SDCI, logo a 26 de Novembro foi confiada ao Coronel Marques Pinto a responsabilidade de, procedendo a uma avaliação daquilo que podia ser aproveitado do SDCI, começar a reestruturar a 2ª Divisão. Simultaneamente, foi outra vez lançado o debate, sem consequências práticas, quanto à edificação de um serviço coordenador e centralizador de todas as informações produzidas em Portugal, desde internas a externas até militares e civis (Cardoso, 2015: 497).

Sensivelmente em Dezembro, havia já um esboço do modelo organizativo que a 2ª Divisão ia tomar, contemplando um Gabinete, Repartições de Informações Internas e Externas, um Centro de Documentação, uma Repartição Administrativa e uma Secção de Segurança. Apesar disso, a principal preocupação passava pela carência de elementos tecnicamente



preparados e imunes à envolvimento caracterizada por uma disputa ideológica que prevalecia no país. Renato Marques Pinto (2004: 484) refere que se conseguiram captar alguns oficiais e sargentos, contudo em número insuficiente, pelo que foi preciso recorrer a antigos funcionários civis dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações tanto de Angola como de Moçambique. Finalmente, em Maio de 1976, a 2ª Divisão abandonou o edifício Grão-Pará, transferindo-se para a Avenida da Ilha da Madeira, sede do EMGFA localizada no Restelo, à excepção do seu departamento de pesquisa que permaneceu no número 50 da Rua Castilho.

A estabilidade inicial desta divisão recém-reconstituída criou condições para que fossem firmadas relações institucionais com serviços de informações estrangeiros, com as forças de segurança portuguesas, em especial a Polícia Judiciária, e com as unidades de informações dos três ramos das Forças Armadas. Enquanto isso, numa linha de debate semelhante à anteriormente mencionada, foi sondada a hipótese de fundir as quatro divisões, ou repartições, de informações existentes nas Forças Armadas, e que tornavam o sistema quer naturalmente dispendioso quer nalguns momentos redundante, num directório único. A despeito de contar com o parecer favorável do então Presidente da República, General Ramalho Eanes, que em Novembro de 1976 tomou, inclusivamente, uma posição de princípio nesse sentido, esta possibilidade não se efectivou por dois grandes motivos: “porque os Ramos não estavam preparados para “perder” as suas informações e porque a 2.ª Divisão não estava ainda em condições de se reorganizar para receber as outras” (Pinto, 2004: 485).

No seguimento desta discussão, ficou instituída a percepção de que antes de se avançar com uma medida dessa natureza era indispensável criar um serviço, ou vários, de carácter civil, que evitasse a concentração da totalidade de informações, de âmbito estratégico, operacional e tático, na esfera da 2ª Divisão. Posto isso, o Presidente da República convidou o Brigadeiro Pedro Cardoso para analisar as contingências inerentes à formação de um sistema de informações nacional, sendo formado para tal, em Maio de 1977, um grupo de trabalho que, no espaço de cerca de 1 ano, concebeu 19 versões diferentes do documento no qual estatuiu os moldes do projectado Serviço de Informações da República (SIR). Moldes esses que, no conjunto das 19 versões rejeitadas, sempre se basearam na existência de um só serviço de informações de índole civil e na manutenção da 2ª Divisão do EMGFA, esta última que, a partir de Junho de 1977, havia adquirido a designação de Divisão de Informações (comumente conhecida por DINFO). Consoante descreve Vizela Cardoso (2015: 497),

Apesar do reconhecimento generalizado da necessidade da sua implementação, havia fortes divergências quanto à dependência do serviço a criar e à coordenação das actividades dos vários organismos a ele ligados. Estes aspectos, aliados à instabilidade política ainda existente na época e à falta de vontade política para criar o SIR, por receio e complexos em relação ao anterior sistema policial, explicam parcialmente a não aprovação deste projecto.

E aproveitando a alusão que este autor faz à falta de vontade política, derivada do receio e dos complexos que subsistem em relação ao sistema policial do Estado Novo, consideramos pertinente destacar a seguinte reflexão de Sónia Reis e Manuel Botelho da Silva (2007: 3):

Os principais alvos da actuação de tais Polícias [PIDE-DGS]⁴ foram os opositores e dissidentes do Estado Novo. Da História recente retira-se que muitos desses visados se tornaram figuras de relevo da cena política nacional no pós 25 de Abril de 1974. Não é por isso de estranhar que a experiência dessa classe política emergente, a par da ânsia de liberdade total do povo, tenha influenciado a não elevação a prioridade da nova ordem a estruturação de novos serviços de informações.

Em síntese, foi a comunhão dos diversos factores que aqui foram sendo explanados que protelou, ano após ano, a actividade das informações na dependência dos militares, tendo ficado, exclusivamente, a DINFO encarregue de prosseguir com a produção de informações, na sua globalidade, em Portugal na fase subsequente às movimentações supra enunciadas. Nesse sentido, e atendendo à cronologia da evolução histórica, que Jorge Bacelar Gouveia (2013: 69–70) divide em 5 períodos distintos, da *intelligence* portuguesa depois de Abril de 1974, este ciclo que se seguiu à Revolução ficou marcado pela “ausência de serviços de informações, com a ocupação desse espaço vazio por parte dos serviços de informações militares”.

3.4 Desde a criação do SIRP até aos dias de hoje

Encerrado o debate e posteriores diligências no sentido de fundar um serviço de informações civil que coexistisse com a DINFO, esse assunto apenas voltou a ser reequacionado após 1982 e por razões de natureza bastante diferenciada. Por um lado, a revisão constitucional

⁴ O sublinhado é nosso.

de 1982, na qual foi extinto o Conselho da Revolução e, desse modo, também as incumbências políticas que as Forças Armadas vinham desempenhando na condução dos destinos de Portugal, abriu caminho à edificação de um sistema de informações que, por outro lado, despontara do imperativo de dar resposta aos fenómenos de insegurança que se propagavam crescentemente em território nacional. E Jorge Silva Carvalho (2009: 12-13) faz referência, precisamente, a esta última questão ao recordar “que, à altura, a conjuntura de segurança de Portugal tinha sido caracterizada por um conjunto de eventos que criaram as condições para o desenvolvimento de um sistema de informações nacional”, donde, para além das acções domésticas levadas a cabo pela “Rede Bombista do Norte” e pelas “Forças Populares 25 de Abril” (FP25), destaca:

13 de Novembro de 1979 – Atentado contra o Embaixador de Israel;

7 de Junho de 1982 – Atentado, com sucesso, contra um adido comercial da Turquia e sua mulher;

10 de Abril de 1983 – Assassinato do líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Issam Sartawi, num hotel do Algarve;

27 de Junho de 1983 – Assalto à Embaixada da Turquia em Lisboa, na sequência do qual foram mortos um agente da PSP, a esposa do encarregado de negócios e os cinco terroristas responsáveis pelo assalto.

Foi este contexto que fomentou a aprovação, em 1984, da Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (LQSIRP), Lei nº 30/84, de 5 de Setembro, que, no nº 2 do seu artigo 2º relativo às finalidades, incumbia aos serviços de informações então formados “assegurar, no respeito da Constituição e da lei, a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e à garantia da segurança interna”, contemplando para a prossecução desses fins a criação de seis organismos enumerados pela seguinte ordem:

- Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, eleito pela Assembleia da República com o intuito de assegurar o controlo dos serviços de informações;
- Conselho Superior de Informações, enquanto “órgão interministerial de consulta e coordenação em matéria de Informações” (artigo 18º, nº 1);
- Comissão Técnica, com competências para “coordenar tecnicamente a actividade dos serviços, de acordo com as orientações provenientes do Conselho Superior de

Informações” e emitir os pareceres que lhe fossem solicitados por esse mesmo conselho (artigo 22º, nº 4);

- Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), “incumbido da produção das informações necessárias a garantir a independência nacional e a segurança externa do Estado Português” (artigo 19º, nº 1);
- Serviço de Informações Militares (SIM), “constituído pelos departamentos incumbidos da produção de informações militares necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas, incluindo a garantia de segurança militar” (artigo 20º, nº 1);
- Serviço de Informações de Segurança (SIS), “incumbido da produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido” (artigo 21º, nº 1).

Na sequência disso, foram igualmente publicados, a 4 de Julho de 1985, diplomas separados que determinavam a organização, o funcionamento, os quadros de pessoal e os estatutos do SIED (Decreto-Lei nº 224/85), do SIM (Decreto-Lei nº 226/85) e do SIS (Decreto-Lei nº 225/85). Não obstante, somente o SIS é que foi, e ao fim de cerca de 2 anos, efectivamente constituído, começando a trabalhar em Fevereiro de 1986 e tendo como primeiro director Ramiro Ladeiro Monteiro. O SIED e o SIM permaneceram num estágio de nado-mortos, ainda que no caso do SIM este tenha sido rendido pela DINFO que se limitou a dar continuidade à sua actividade de produção de informações mas circunscrita às vertentes externa e militar. É importante ressaltar que isto colocava-se num plano teórico onde se incluía, por exemplo, a transferência das atribuições ligadas às informações de carácter interno para o SIS, porém, e embora o SIS fosse o único serviço de informações de segurança interna, assistiu-se na prática a uma partilha dessas responsabilidades, pelo menos durante os anos 80, com a DINFO ao nível militar e com a PJ, mais concretamente a sua antiga Direcção Central de Combate ao Banditismo (DCCB), na dimensão civil.

Estas foram as circunstâncias que envolveram o segundo período da supra mencionada evolução cronológica traçada por Bacelar Gouveia (2013: 70), seguindo-se um terceiro “de estabilização apenas de dois serviços de informações” com origem na reforma legislativa do SIRP em 1995. Pelo meio, um caso mediático abalou a imagem da DINFO cujas chefias foram

acusadas de estarem ao corrente do recrutamento e participação de portugueses nos Grupos Anti-terroristas de Libertação (GAL), uma espécie de braço armado das autoridades espanholas que desenvolvia operações de combate ao movimento independentista do País Basco, a Euskadi ta Askatazuna (vulgarmente conhecida pela sua sigla, ETA), das quais resultaram diversas mortes de elementos bascos. Apesar de rejeitadas essas acusações de conivência com a actuação dos GAL, particularmente em solo português, a conotação da DINFO a estes acontecimentos afectou a sua estrutura, que passaria, a partir da reformulação da Lei Orgânica do EMGFA em 1993, a repartir funções com a recém-estabelecida Divisão de Informações Militares (DIMIL).

Quanto à reforma legislativa do SIRP em 1995, e face à incapacidade de ter feito arrancar o SIED e o SIM conforme previa a LQSIRP de 1984, a Lei 4/95, de 21 de Fevereiro, que modificou a Lei Orgânica do SIRP, procedeu à extinção formal do SIM e, simultaneamente, à criação do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM). Ao SIEDM caberia a “produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais, da segurança externa do Estado Português, para o cumprimento das missões das Forças Armadas e para a segurança militar” (Lei 4/95, artigo 19º, nº 1), sendo aprovado, a 30 de Setembro, o Decreto-Lei nº 254/95 que definia os moldes em que o mesmo seria edificado. A Lei 4/95 estatuiu a exclusividade da produção de informações por parte dos organismos do SIRP, restringindo à DINFO e à DIMIL “as actividades de informação de natureza operacional específica, desenvolvidas pelas Forças Armadas, no âmbito estrito das suas necessidades internas de funcionamento e do desempenho das missões que lhes estão legalmente conferidas” (artigo 6º, nº 2).

Com esta reformulação do sistema procurou-se dar um novo impulso à formação, de facto, dos serviços que até aquela altura não haviam saído do papel, objectivo que se voltou a revelar difícil atendendo aos dois anos que demorou a fundar o SIEDM. Ultrapassados todos os constrangimentos, a 5 de Maio de 1997 foi activado o SIEDM sob a direcção do embaixador António Monteiro Portugal. Dois anos decorridos e surgiram logo os primeiros sinais de irregularidades na gestão denunciados pelos próprios funcionários do SIEDM, fazendo com que o ministro da Defesa da época, Veiga Simão, abrisse um inquérito para averiguar a situação. Desse inquérito resultou um relatório final que, acompanhado da classificação de segurança por nele constarem tanto a lista completa dos operacionais do serviço como um encadeamento das principais manobras já empreendidas, foi entregue à Assembleia da República no sentido de ser devidamente escrutinado. Porém, aquando da sua chegada ao Parlamento o relatório acabou por

ser revelado publicamente, visto que antes de ser distribuído pelos grupos parlamentares o mesmo já havia sido facultado aos órgãos de comunicação social.

Este episódio, que provocou inclusivamente a demissão de Veiga Simão, acentuou as dificuldades de consolidação do SIEDM, quer interna quer externamente. É importante referir que, de uma forma paralela, recaía sobre este serviço um clima de grande instabilidade, consequência de disputas muito acesas pela conquista de uma posição predominante na sua liderança. Uns dos protagonistas centrais nessas disputas eram os militares que, aquando da fusão dos fracassados SIM e SIED, acreditaram ser possível assumirem o comando do SIEDM e, desse modo, adquirirem influência no seio do SIRP. Tais expectativas não se vieram a confirmar, uma vez que o cargo de director-geral daquele serviço foi, sucessivamente, confiado a diplomatas e o de director-geral adjunto, esse sim, entregue genericamente a militares. Consoante se torna facilmente perceptível, o modelo que foi tentado implementar no SIRP suscitou para si anticorpos multirresistentes que obstaram, decisivamente, ao êxito da solução testada.

Finda essa terceira fase do percurso histórico delineado por Jorge Bacelar Gouveia (2013: 70), entrou-se num quarto ciclo “de aproximação da atividade dos dois serviços de informações – o SIED e o SIS – através da criação do cargo do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SGSIRP)”. Esta derradeira reforma do SIRP cedeu a algumas das pressões que foram brevemente abordadas, tendo retirado a componente militar ao SIEDM, que voltou a designar-se SIED, para a recolocar na dependência do EMGFA e concentrá-la, nomeadamente, na DIMIL. Para além disso, a Lei Orgânica nº 4/2004, de 6 de Novembro, estipulava, à semelhança da LQSIRP aprovada em 1984, que “aos serviços de informações incumbe assegurar, no respeito da Constituição e da lei, a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e à garantia da segurança interna” (artigo 2º, nº 2).

A diferença fundamental estava nos meios que subordinava para a prossecução de iguais fins, elencando as seis entidades competentes donde, por ser novidade, se sobressai uma delas: a figura do SGSIRP. No nº 1 do seu artigo 19º, a Lei ditava que o posto de Secretário-Geral do SIRP era equiparado, excepto no que respeitava à sua nomeação e exoneração, ao de Secretário de Estado, inscrevendo de seguida no nº 2 serem, por exemplo, funções deste:

- Conduzir superiormente, através dos respectivos directores, a actividade do SIED e do SIS e exercer a sua inspecção, superintendência e coordenação em ordem a assegurar a efectiva prossecução das suas finalidades institucionais (alínea a);
- Executar as determinações do Primeiro-Ministro e as deliberações dos órgãos de fiscalização previstos naquela lei, bem como transmitir informações pontuais e sistemáticas às entidades que lhe forem indicadas pelo Primeiro-Ministro (alíneas b e c);
- Garantir a articulação entre os serviços de informações e os demais órgãos do SIRP (alínea d);
- Dirigir a actividade dos centros de dados do SIED e do SIS (alínea g);
- Nomear e exonerar, sob proposta dos respectivos directores, o pessoal do SIED e do SIS, com excepção daquele cuja designação compete ao Primeiro-Ministro (alínea h);
- Exercer o poder disciplinar dentro dos limites que a lei determinar (alínea i).

Segundo Bacelar Gouveia (2013: 71–72), esta reformulação da LQSIRP veio introduzir “profundas alterações com vista a melhorar a eficiência da produção de informações, ao mesmo tempo reforçando os poderes de fiscalização sobre essa mesma atividade”, sintetizando as cinco alterações que considera essencialmente determinantes:

- A centralização da coordenação da actividade de informações, até então directamente tutelada por ministros sectoriais, ao nível do próprio Primeiro-Ministro, ao actuar por intermédio do SGSIRP, por ele livremente nomeado e exonerado;
- A condução da actividade de cada um dos serviços de informações, SIS e SIED, atribuída ao SGSIRP que, para o efeito, dispõe de um gabinete de apoio, com estruturas administrativas comuns a esses serviços, em matéria de gestão administrativa, financeira e patrimonial;
- A manutenção da autonomia administrativa e financeira de cada um dos dois serviços, SIED e SIS, e o reforço dos recursos financeiros e de meios humanos com vista ao aperfeiçoamento das suas actividades;

- A exclusão das informações militares do SIRP, embora mantendo uma conexão com a sua vertente fiscalizadora;
- A criação, em 2009, das estruturas administrativas comuns permitidas pela LQSIRP, obtendo-se com isso ganhos de eficiência no campo da actividade não operacional.

E culminando o capítulo referente a esse quarto período, parece-nos relevante fazer alusão à escolha, logo em Novembro de 2004, de Domingos Jerónimo para primeiro SGSIRP que, contudo, foi substituído, perto de 6 meses depois, pelo actual secretário-geral, Júlio Pereira. Para terminar, fazemos uma rápida incursão na quinta e última fase, marcada pela “criação de estruturas administrativas comuns no âmbito do SIRP, além do reforço de meios operacionais dos serviços de informações” (Gouveia, 2013: 70). Rápida por ter sido iniciada ainda recentemente com a aprovação, a 19 de Fevereiro de 2007, da Lei nº 9/2007 que regulamenta as normas de funcionamento do SGSIRP, do SIED e do SIS, revogando os supra enunciados Decretos-Leis nºs 225/85, de 4 de Julho, e 254/95, de 30 de Setembro.

Assim, a Lei nº 9/2007 não só aglutinou a legislação independente de cada serviço, como também deu mais um passo no sentido da fusão, alvo de intensos debates e recorrentemente defendida por vários especialistas na área da *intelligence*, ao instituir, no nº 1 do artigo 17º, quatro “departamentos administrativos comuns de apoio às atividades do SIED e do SIS”: os departamentos comuns, plasmados no nº 2 do artigo 17º, de recursos humanos (alínea a); de finanças e apoio geral (alínea b); de tecnologias de informação (alínea c); e de segurança (alínea d). Concomitantemente, mas no que toca às informações militares, a 15 de Setembro de 2009 foi aprovada a nova Lei Orgânica do EMGFA, na qual a Divisão de Informações Militares (denominada DIMIL) transformou-se em Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL). Finalmente, a 13 de Agosto de 2014 foi aprovada a Lei Orgânica nº 4/2014 que deu seguimento à linha de reforço dos mecanismos de fiscalização sobre todo o sistema de informações nacional, uma preocupação especialmente notada desde a reforma do SIRP em 2004.

IV. Informações em Ditadura e Democracia

À semelhança do espaço internacional, também em Portugal se tem assistido a alguns episódios mediáticos que tendem a descredibilizar os serviços de informações, fragilizando a sua indispensável independência e autonomia face a qualquer tipo de interesses que não os de segurança do Estado. Aos olhos da opinião pública portuguesa os serviços de informações passaram a ser vistos com uma certa desconfiança, situação que não é inédita no nosso país e nos faz recuar ao período de transição da ditadura para a democracia. Segundo Rui Pereira (1998: 5), “volvidos mais de vinte anos [actualmente são já mais de quarenta]⁵ sobre a instauração do regime democrático em Portugal, ainda hoje se questiona a legitimidade, a necessidade e a utilidade da produção de informações de segurança, isto é, de informações tendentes a salvaguardar a segurança interna do Estado português”.

Na origem dessa desconfiança está, de uma forma bastante acentuada, o longo período de ditadura que o país conheceu e, concomitantemente, as práticas repressivas da polícia política do regime, um passado que, a juntar-se ao desconhecimento presente do papel dos serviços de informações, perpetua essa falta de confiança num sector de actividade central à salvaguarda do Estado de Direito democrático. É importante realçar que a dura experiência em que se traduziram os prolongados anos de polícia política em Portugal teve como característica essencial a centralização de tarefas tão distintas como são as de produção de informações, manutenção da ordem pública, investigação criminal e direcção do processo penal sob a responsabilidade de uma única autoridade onipotente.

Assim, e tendo em conta as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 35:046 de 22 de Outubro de 1945 que fundou a PIDE, destacava-se desde logo o enfoque que era dado à equiparação de competências em relação à Polícia Judiciária, frisada na atribuição dos “mesmos poderes e funções que a lei confere à polícia judiciária”. Essas competências encontravam-se plasmadas no Decreto-Lei n.º 35:042 de 20 de Outubro de 1945 que criou a Polícia Judiciária, de onde seleccionamos as seguintes:

⁵ O sublinhado é nosso.

- “Proceder (...) à instrução preparatória”, isto é, “recolher as provas indiciárias que permitem ao acusador público atribuir ao arguido a prática de uma infracção” (artigo 14º);
- Investigação e instrução preparatória (artigo 15º) de “crimes de homicídio voluntário, roubo, furto, burla, abuso de confiança, falência fraudulenta e fogo pôsto” (nº 1), “crimes de associação de malfeitores ou cometidos por associação de malfeitores, quadrilha ou bando organizado” (nº 2) e “quaisquer crimes públicos a que corresponde processo correccional ou de querela, se a sua averiguação ou a descoberta dos seus autores se apresentar particularmente difícil” (nº 3);
- De forma exclusiva, e “em todo o território do continente, a instrução preparatória dos processos relativos aos crimes de falsificação de moeda, notas de banco e títulos de dívida pública e tráfico de estupefacientes, de mulheres e menores e de publicações obscenas” (artigo 16º);
- No âmbito das funções de prevenção da criminalidade habitual, a vigilância de uma ampla panóplia de situações que ia desde cidadãos cadastrados, estabelecimentos comerciais até espaços públicos e ainda a fiscalização dos supra enunciados estabelecimentos comerciais bem como “de estabelecimentos de penhóres e de agências de informação” (artigo 21º);
- E, por fim, “propor aos tribunais de execução de penas ou aos tribunais de comarca (...) a aplicação de medidas de segurança relativamente” a um conjunto de cidadãos sinalizados por associação à prática criminal (artigo 22º).

Para além deste rol de competências inerentes à Polícia Judiciária e que por ser equiparada à mesma cabiam igualmente à PIDE, o Decreto-Lei n.º 35:046 de 22 de Outubro de 1945 contemplava um lote de outras especificamente incumbidas a esta última:

- Na vertente administrativa, funções intrínsecas “à emigração, compreendendo o licenciamento das agências e passaportes”, “à passagem das fronteiras terrestres e marítimas” e “ao regime de permanência e trânsito de estrangeiros em Portugal” (artigo 3º);

- “Em matéria de repressão criminal (...) a instrução preparatória dos processos respeitantes: às infracções praticadas por estrangeiros...”, “às infracções relativas ao regime de passagem nas fronteiras...”, “aos crimes de emigração clandestina e aliciamento ilícito de emigrantes” e “aos crimes contra a segurança exterior e interior do Estado” (artigo 4º);
- “(...) organizar os processos relativos à extradição dos criminosos e colaborar com a polícia judiciária e com as polícias estrangeiras na perseguição dos criminosos internacionais” (artigo 7º);
- E, por último, na área da prevenção criminal, a vigilância tanto das fronteiras, de cidadãos estrangeiros como de terroristas e todos “os suspeitos de actividades contra a segurança exterior ou interior do Estado” a que se juntava o impedimento da “passagem de indivíduos indocumentados, assim como a entrada de estrangeiros indesejáveis” (e caso falhasse, a sua posterior expulsão), a fiscalização das “agências de emigração e de passagens e passaportes” ou a proposta de “aplicação das medidas de defesa previstas (...) e vigiar os indivíduos a elas sujeitos” (artigo 8º).

Note-se que apesar de ser uma extensa lista de competências, estas não foram apresentadas na sua plenitude, o que nos permite desde logo compreender a abrangência da centralização de tarefas com que introduzimos a presente questão. Nesse sentido, Rui Pereira (1998: 9-10) afirma que “aquilo que torna uma polícia política um instrumento perigoso é a confusão destas competências, a par da possibilidade de perseguir delitos políticos – delitos que não se confundem com os crimes contra o Estado presentemente previstos na nossa lei penal, mas resultam antes da denegação de direitos cívicos como os de expressão, reunião, manifestação ou associação”. E foi a partir deste passado, claramente motivador de históricos e acessos receios em relação aos vulgarmente conhecidos “serviços secretos”, que o sistema de informações português teve de ser construído no período pós-25 de Abril, sendo ainda actualmente sob esse pano de fundo que os serviços de *intelligence* funcionam em Portugal.

Isto porque, ao contrário do que acontecia nos Decretos-Lei fundadores da Polícia Judiciária e da PIDE onde as respectivas competências eram positivamente enumeradas, a Lei Quadro do SIRP, Lei n.º 30/84 de 05 de Setembro que estabelece as bases gerais da *intelligence* nacional, discrimina, no essencial, negativamente as “linhas vermelhas” do funcionamento dos serviços de informações. Não obstante constar, no artigo 2º, que “aos serviços de informações

incumbe assegurar, no respeito da Constituição e da lei, a produção de informações necessárias à preservação da segurança interna e externa, bem como à independência e interesses nacionais e à unidade e integridade do Estado”, os 3º e 4º artigos instituem de seguida, e respectivamente, o “limite das atividades dos serviços de informações” e a “delimitação do âmbito de actuação”.

Quanto ao limite das actividades da *intelligence* portuguesa, destaca-se o facto de não poderem “ser desenvolvidas atividades de pesquisa, processamento e difusão de informações que envolvam ameaça ou ofensa aos direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição e na lei” (LQSIRP, artigo 3º, nº 1). Já no que diz respeito à balizagem do seu campo de acção, encontra-se acautelado que “os funcionários ou agentes, civis ou militares, dos serviços de informações previstos na presente lei não podem exercer poderes, praticar atos ou desenvolver atividades do âmbito ou competência específica dos tribunais ou das entidades com funções policiais” (LQSIRP, artigo 4º, nº 1), estando explicitamente vedada a esses mesmos elementos a faculdade de “proceder à detenção de qualquer indivíduo ou instruir processos penais” (*ibidem*, nº 2). Deste modo, parece ficar claro que existiu uma intenção objectiva do legislador em demarcar da melhor maneira possível aquilo que é o trabalho dos serviços de *intelligence* portugueses nos dias de hoje, contrariando o que acontecera durante largos anos com a polícia política do anterior regime.

Podemos então concluir que a PIDE gozava de uma vasta centralização de competências securitárias incompatível com a separação de poderes proclamada pelos modelos democráticos que, nos tempos que correm, predominam internacionalmente e, depois da Revolução de 1974, também em Portugal. Posto isso, consideramos ser essa a principal razão para, tal como Fernando Soares (s.d.) intitulou o seu livro, a PIDE/DGS ter sido apelidada de “um Estado dentro do Estado”. Neste ponto, não podemos deixar de destacar que se trata de um conceito que já antes Hannah Arendt (2010: 563) havia defendido, ainda que não especificamente para o caso português, na análise que fez à denominada “polícia secreta” na sua obra “As Origens do Totalitarismo” (frisando aliás que consistia numa realidade não restrita aos regimes despóticos e extensível aos semi-constitucionais ou inclusivamente constitucionais).

As seguintes palavras de Marcello Caetano indicavam convergir com essa mesma linha de pensamento ao salientarem que “o perigo está na importância que essas polícias ocupam na vida política daqueles países [referindo-se aos que detinham sistemas totalitários]⁶, tornando-

⁶ O sublinhado é nosso.



se um novo poder, ao lado ou acima dos demais poderes do Estado [ou seja, um Estado dentro do Estado]⁷”, negando porém que a polícia política portuguesa encaixasse nos moldes que o próprio definira (Baptista, 1973: 143). Essa visão não era partilhada por Fernando Soares (s.d.: 63), conforme fica perceptível quando descreve que

a PIDE-DGS introduziu-se nas fábricas e nas empresas, nos campos, portos e aeroportos, nas famílias e nas escolas, nas associações e sindicatos (pseudo-sindicatos), nos quartéis, repartições e nas ruas. Os seus ouvidos, a escuta traiçoeira dos informadores, os espiões acústicos (íá-se ao ponto de haver no gabinete do Silva Pais um gravador encoberto na madeira de uma janela e um microfone accionado por um pedal colocado sob a secretária deste «director-geral»), todas as pessoas e máquinas desta engrenagem degradaram por completo as relações sociais baseadas nos vínculos morais, nas relações de confiança e no respeito mútuo. Os informadores vendiam tudo, segundo várias cotações ou retribuições mensais, pois alimentavam a repressão e nutriam-se dela.

Hannah Arendt (2010: 571) discorre acerca disso mesmo, ou seja, acerca de um “sistema de espionagem ubíqua, onde todos podem ser agentes policiais e onde cada indivíduo se sente sob constante vigilância”, afirmando inclusivamente que esse tipo de redes de informadores chegam a alcançar níveis tão elevados de organização que tendem a dispensar a actuação especializada dos elementos dos serviços de informações. E os dados estatísticos referentes ao exemplo de Portugal parecem comprovar, genericamente, essas conclusões de Arendt, uma vez que alguns dos números que vão sendo conhecidos remetem-nos para ordens de grandeza desproporcionais entre as cifras de efectivos policiais e de informadores. Concretizando, a Comissão de Extinção da PIDE/DGS apontou para um total de funcionários daquele serviço, em 1974, inferior a 3000 elementos, enquanto que, em idêntico espaço temporal, a mencionada comissão estimou que trabalhassem para a DGS cerca de 20 000 informadores, isto é, uma porção mais de seis vezes superior à dos pertencentes aos quadros da polícia.

Estes números ajudam-nos, portanto, a compreender a onnipresença da PIDE/DGS no quotidiano da sociedade portuguesa durante perto de 30 anos e na qual os informadores foram uma peça-chave, visto que, à imagem de Fernando Soares, Irene Pimentel (2011: 315) evidencia igualmente que “os informadores estavam nas cidades e nos campos, nas pequenas aldeias e vilas da província, nas empresas, nos sindicatos, nas escolas e nos cafés. Havia-os entre os trabalhadores, por exemplo, desiludidos com uma última greve, antigos criminosos de delito

⁷ O sublinhado é nosso.

comum, moradores de bairros de lata, engraxadores, empregados de café, barbeiros, alcoólicos frequentadores de taberna, mas também entre funcionários e intelectuais”. Este fenómeno inculcou-se de tal maneira no Portugal de então que a PIDE/DGS chegou ao ponto de ter de seleccionar as características dos indivíduos que podiam desempenhar as funções de informador, pois eram inúmeras as candidaturas recebidas pela polícia de pessoas a disponibilizarem os seus préstimos.

É de notar que o recurso a informadores não se trata de um meio de actuação exclusivo dos regimes ditatoriais, actualmente a *intelligence* da maioria dos Estados democráticos recorre a essa ferramenta para obter informações privilegiadas e em tempo útil de matérias sensíveis para os interesses nacionais. E os serviços de informações portugueses não fogem à regra, no entanto torna-se importante ressaltar as diferenças que no geral se colocam entre o papel dos informadores no passado e, por oposição, no seio do paradigma democrático prevalecente nos dias de hoje. Assim, as principais diferenças que destacamos prendem-se, efectivamente, com a frequência e os objectivos com que se recorre a informadores nos tempos que correm, porque ao contrário do que foi enunciado no caso da PIDE-DGS, presentemente não existe uma rede de informadores disseminada pelos vários sectores do país pelo que a *intelligence* de Portugal apenas se socorre desse tipo de expedientes quando confrontada com especiais dificuldades de obtenção de informações e, não obstante, dentro de parâmetros previamente estruturados pelas hierarquias superiores.

Contundo, e apesar de dissecado com particular pormenorização em virtude da sua relevância histórica, os meios de actuação dos serviços de *intelligence* não se cingem ao recurso a informadores. Retomando aquilo que foi brevemente abordado no ponto 2.5 referente à evolução da DGS, esta polícia tinha ao seu dispor um conjunto de instrumentos como a tortura, as escutas telefónicas, o arquivo de fichas cadastrais, a vigilância, as buscas e detenções para interrogatório ou a interceptação postal, entre outros, que lhe permitiam reter, quase por completo, o monopólio das informações ao longo do território nacional. Resultado dos extensos poderes que lhe eram facultados, a PIDE-DGS utilizava esses meios de forma arbitrária na sua acção diária, tendo muitas vezes por base as constantes denúncias que sucessivamente chegavam aos serviços daquela polícia.

Era a partir dessas denúncias que os agentes policiais davam início às mais variadas operações de vigilância, que tanto podiam ser estáticas, fixando-se em pontos considerados nevralgicos onde eram monitorizadas todas as actividades dos suspeitos, ou móveis, isto é,

acompanhando de perto todos os movimentos dos suspeitos de modo a estabelecer pontes em função dos locais frequentados e das pessoas com quem se relacionavam. Concomitantemente, a PIDE-DGS encetava mecanismos adicionais de vigilância, como os eram a interceptação postal e as escutas telefónicas. Quanto ao primeiro, devemos começar por assinalar a existência de um núcleo de funcionários dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT) que participavam nesse processo, encarregues da primeira etapa do mesmo ao separar o correio dos indivíduos considerados suspeitos pela PIDE-DGS que, após ser reencaminhado para esta última, ficava a seu cargo até ser devidamente escrutinado. Apesar de na maioria das vezes a correspondência seguir, posteriormente, o seu circuito normal, essa prática policial era sobejamente conhecida da população portuguesa, tendo sido alvo, segundo Irene Pimentel (2011: 339), de formação providenciada pela norte-americana *Central Intelligence Agency* (CIA).

No que tocava às escutas telefónicas, e mantendo presente que se tratava de um instrumento longe de ser despiciente para a PIDE-DGS, parece-nos importante destacar o fraco desenvolvimento tecnológico que, à época, imperava no país e, por conseguinte, no seio das forças de segurança. Esse facto remete-nos para duas ordens de questões, já que, por um lado, o recurso da população a chamadas telefónicas ainda era bastante circunscrito, reduzindo desse jeito o raio de escutas passíveis de serem encetadas; e, por outro, aquela polícia dispunha de meios técnicos deveras limitados, pontificando uma gama de equipamentos obsoletos apenas suficientes face à escassa dispersão de contactos telefónicos. Somente nos anos 60 é que essa realidade se foi alterando gradualmente com a aquisição de novos aparelhos a serviços congéneres como a francesa *Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage* (SDECE) e a CIA, possibilitando progredir de uma capacidade de fazer entre 60 e 80 escutas simultâneas para a possibilidade de rastrear perto de 500 telefones.

E reproduzindo uma síntese da autoria de Irene Pimentel (2011: 341), esses rastreios visavam captar quatro categorias de informações, nomeadamente “de confirmação (ou não) dos motivos da escuta; de complementaridade relativamente aos motivos da escuta; de definição do perfil humano, social e psicológico do escutado; finalmente, de fornecimento de elementos para chantagem”. O procedimento passava, então, por gravar as conversas de determinados cidadãos, transcrevê-las para papel e juntá-las às respectivas fichas cadastrais que a PIDE-DGS fomentava nos seus arquivos. Para além disso, as escutas serviram frequentemente para captar informações sobre a localização dos suspeitos, permitindo detectar algumas das suas residências que eram, de seguida, alvo de buscas por parte daquela polícia. Buscas essas que



não encontravam quaisquer obstáculos legais, dado que a PIDE-DGS tinha autonomia para as realizar não carecendo nem de permissão judicial nem de se fazer acompanhar por mandatos de captura. No decorrer das buscas a polícia procedia então às detenções dos suspeitos e, não menos determinante, revistava minuciosamente as habitações, apreendendo tudo aquilo que contivesse informações possivelmente relevantes e que viriam a incrementar os seus detalhados arquivos.

Em relação à detenção dos suspeitos, esta era, naturalmente, crucial para a PIDE-DGS pelos diversos significados de que se revestia. Um deles consubstanciava-se na possibilidade que proporcionava aquela polícia de obter informações adicionais, na posse unicamente dos intervenientes directos implicados pela PIDE-DGS no cometimento de delitos por si reprimidos. Para conseguir essas informações, esta polícia servia-se comumente da tortura como prática preponderante na recolha de depoimentos que servissem os seus propósitos. Dois aspectos que, a juntarem-se aos poderes pouco limitados da PIDE-DGS, facilitaram a duradoura prossecução de torturas foram o facto daquela polícia ter a faculdade de manter em prisão preventiva os detidos por períodos de seis meses e de, nesse tempo, proceder a interrogatórios sem a presença de advogados que assegurassem as prerrogativas de defesa. E uma das causas imediatas geralmente associada a esse uso persistente da tortura baseia-se no grau de impreparação que pendia sob os agentes da PIDE-DGS, acabando por cristalizar uma cultura de tortura no seu funcionamento que perdura intimamente ligada à história daquela polícia.

Pelo contrário, depois da Revolução a 25 de Abril de 1974 essa situação transformou-se, por completo, ficando desde logo acautelada no texto da Constituição da República Portuguesa (CRP) aprovada em 1976. No nº 8 do seu artigo 32º, relativo às garantias de processo criminal, está plasmado que “são nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações”. Consoante explicita Rui Pereira (2004: 47), embora se encontrem contempladas no artigo da Constituição denominado “garantias de processo criminal”, a abrangência daquelas interdições de prova não cessa no âmbito dessas garantias de processo criminal, materializando, isso sim, direitos fundamentais como os direitos à liberdade, à integridade pessoal ou à reserva da intimidade da vida privada e familiar.

Examinando a aplicação desses preceitos ao sistema de informações vigente em Portugal, depreendemos que, no essencial, os meios outrora utilizados pela PIDE-DGS

deixaram de ser alternativas para os actuais serviços. E encontramos duas linhas de motivos que justificam isso, uma fundamentalmente teórica e outra, no seguimento do parágrafo anterior, iminentemente prática. A teórica diz respeito à natureza intrínseca da democracia, uma vez que a tortura, a invasão do domicílio ou a devassa da vida privada não são compatíveis com os princípios democráticos postulados por Estados de Direito nos quais se insere o português. A outra, de carácter prático, situa-se no campo das restrições legais, inerentemente secundadas pelas disposições constitucionais supra referidas, a que se soma a Lei Quadro do SIRP que, a despeito de não aludir às ferramentas que os serviços de informações podem empregar no cumprimento das suas atribuições, delimita pela negativa as competências fixadas para a *intelligence* nacional.

Nesse capítulo, Rui Pereira termina o seu artigo “O «agente encoberto» na ordem jurídica portuguesa” escrevendo acerca do “recurso a «acções encobertas» pelos serviços de informações”, numa referência às condições de materialização de meios como, por exemplo, as interceptações telefónicas. Dessa forma, começa por lembrar que, atendendo à Lei nº 101/2001, essas acções encobertas estão adstritas à prevenção e investigação criminal que é do domínio da Polícia Judiciária, pelo que está a cargo dos seus inspectores e exclusivamente mediante autorização prévia da entidade judicial indicada para o efeito. Porém, confrontando-se com a consequente impossibilidade da *intelligence* de Portugal levar a cabo acções encobertas, Rui Pereira discorda desse raciocínio tendo em conta as missões quer do SIS (produção de informações tendentes à salvaguarda da segurança interna através da prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem, da criminalidade organizada e de actos que coloquem em causa o Estado de Direito constitucionalmente estabelecido) quer do SIED (produção de informações estratégicas de defesa conducentes à salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado português).

Não obstante os serviços de informações não terem competência para empreenderem esse tipo de acções no que concerne à investigação criminal, no entender do autor os mesmos “podem, obviamente, com estas [isto é, com tais]⁸ limitações acrescidas, empreender “acções encobertas”. O material recolhido nessas acções não pode ser usado como meio de prova no processo penal, mas os eventuais indícios da prática de crimes podem – e devem – ser transmitidos às autoridades competentes” (Pereira, 2004: 82). Quanto a esta questão interessa realçar que estamos perante uma leitura que não é unânime, existindo autores que fazem uma

⁸ O sublinhado é nosso.

interpretação *stricto sensu* das normas legislativas e, por isso, consideram que as acções em apreço se cingem à actuação da Polícia Judiciária pelo que estão vedadas aos serviços de *intelligence*. Mas regressando à ideia defendida por Rui Pereira, que neste ponto introduz a próxima matéria a ser analisada, mais adiante o autor acrescenta a centralidade que assume a discussão referente a definir, inequivocamente, os mecanismos de fiscalização das acções encobertas encetadas pelos serviços de informações.

Contudo, antes de apresentar conclusões no que toca ao controlo concreto dessas acções torna-se indispensável discorrer sobre o modelo de fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa enquanto um todo. Posto isto, a Lei Quadro do SIRP, logo a seguir ao primeiro capítulo onde estão plasmados os princípios gerais do sistema, contempla um capítulo autónomo e exclusivamente destinado à temática da fiscalização que, no seu nº 1, começa por assinalar que “o controlo do Sistema de Informações da República Portuguesa é assegurado pelo Conselho de Fiscalização, eleito pela Assembleia da República, sem prejuízo dos poderes de fiscalização deste órgão de soberania”. Assim, e tal como explicita Jorge Bacelar Gouveia (2013: 77), a Assembleia da República assume um papel chave nesta vertente do sistema de informações, pois concentra em si dois tipos de fiscalização diferenciáveis. O primeiro, de ordem mais específica, está a cargo do supra mencionado Conselho de Fiscalização que é constituído por três parlamentares eleitos no seu seio por maioria qualificada de dois terços dos deputados para mandatos de quatro anos. Consoante refere o autor, trata-se de uma fiscalização político-parlamentar que tem por base uma legitimidade emanada do “órgão maximamente representativo da democracia portuguesa”, órgão esse que, para além dessa fiscalização de ordem específica, exerce um segundo tipo de fiscalização de âmbito mais genérico e puramente político a que Bacelar Gouveia (2013: 77–78) denomina de “fiscalização externa geral”.

Desse modo, não só o Parlamento de Portugal é a instituição com maior poder de fiscalização sobre o sistema de informações nacional, como também o seu Conselho de Fiscalização do SIRP é o organismo superior no que à fiscalização dos serviços de informações portugueses diz respeito. Conforme se encontra descrito na LQSIRP (artigo 9º, nº 1), é competência do Conselho de Fiscalização acompanhar e fiscalizar “a atividade do Secretário-Geral e dos serviços de informações, velando pelo cumprimento da Constituição e da lei, com particular incidência em matéria de preservação de direitos, liberdades e garantias”. O peso e a importância postulados nesta competência são de tamanha abrangência que, por si só, revelam o papel central que cabe ao Conselho de Fiscalização desempenhar, facto que é de seguida



transposto, no nº 2 do artigo 9º, para o conjunto de faculdades que lhe estão atribuídas e das quais destacamos:

- “Receber do Secretário-Geral, com regularidade mínima bimensal, lista integral dos processos em curso, podendo solicitar e obter os esclarecimentos e informações complementares que considere necessários e adequados ao exercício das funções de fiscalização” (alínea b);
- “Efetuar visitas de inspeção, com ou sem aviso prévio, com regularidade mínima trimestral, destinadas a recolher elementos sobre o modo de funcionamento e a atividade do Secretário-Geral e dos serviços de informações” (alínea d);
- “Promover audições e inquéritos que entenda necessários e adequados ao pleno exercício das funções de fiscalização” (alínea i);
- “Emitir pareceres com regularidade mínima semestral sobre o funcionamento do Sistema de Informações da República Portuguesa a apresentar à Assembleia da República” (alínea j);
- “Propor ao Governo a realização de procedimentos inspetivos, de inquéritos ou sancionatórios em razão de indícios de ocorrências cuja gravidade o determine” (alínea k).

Não obstante esta preponderância do Conselho de Fiscalização, o sistema de fiscalização específica inclui ainda a existência de uma segunda entidade que é a Comissão de Fiscalização de Dados do Sistema de Informações da República Portuguesa (CFDSIRP). Face à natureza das actividades que desenvolvem, a criação de bases de dados tornou-se indispensável para a *intelligence* de qualquer Estado. Consequentemente, também em Portugal foi preciso acautelar essa situação, consagrando na LQSIRP todas as considerações que se determinou serem particularmente relevantes para balizar o funcionamento das mesmas. Dessa forma, no seu artigo 23º, nº 1, está previsto que “os serviços de informações poderão dispor de centros de dados, compatíveis com a natureza do serviço, aos quais competirá processar e conservar em arquivo magnético os dados e informações recolhidos no âmbito da sua atividade”.

Porém, o legislador acautela no artigo 26º, nº 1, que “a atividade dos centros de dados é exclusivamente fiscalizada pela Comissão de Fiscalização de Dados...”, sendo que “das irregularidades ou violações verificadas deverá a Comissão de Fiscalização de Dados dar conhecimento, através de relatório, ao Conselho de Fiscalização” (artigo 27º, nº3). Essa incumbência é efectivada quer “através de verificações periódicas dos programas, dados e informações por amostragem, fornecidos sem referência nominativa” (artigo 27º, nº 4), quer “pelo acesso a dados e informações com referência nominativa, particularmente quando a Comissão de Fiscalização de Dados entenda estar perante denúncia ou suspeita fundamentada da sua recolha ilegítima ou infundada” (artigo 27º, nº 5). Esta comissão compreende aquilo que Jorge Bacelar Gouveia (2013: 77) apelida de “fiscalização jurisdicionalizada” em virtude “de uma legitimidade conferida pelo Ministério Público”, já que é composta por três magistrados escolhidos pelo Procurador-Geral da República e que exercem funções durante o período do seu mandato.

Por último, mas não menos significativo da responsabilidade inerente, é igualmente dever da Comissão de Fiscalização “ordenar o cancelamento ou retificação de dados recolhidos que envolvam violação dos direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição e na lei e, se for caso disso, exercer a correspondente ação penal” (artigo 26º, nº 6). Ademais, Bacelar Gouveia (2013: 77–78) salienta que, apesar de consubstanciarem campos de actuação distintos, a fiscalização do sistema prolonga-se para um nível interno, comportando duas dimensões: tanto “através do auto-controlo a que a atividade de informações se submete dentro da organização do SIRP”, como do “controlo que se pode exercer, ao mais alto nível, a partir do próprio Governo e do Primeiro-Ministro”. E retomando o tópico da fiscalização externa geral enunciada anteriormente, este autor não limita essa fiscalização aos decisores políticos, aludindo ser extensível ao poder judicial nos casos em que se recorrem aos tribunais para julgar possíveis infrações das normas legalmente instituídas.

Após este enquadramento teórico acerca dos mecanismos de fiscalização do sistema de informações nacional, podemos então apresentar a resposta de Rui Pereira (2004: 83) à questão que concerne ao controlo das acções encobertas incrementadas pelos serviços de informações. No entender do autor, a estrutura que detém os instrumentos adequados a esse controlo é, claramente, o Conselho de Fiscalização, visto que “a Comissão de Fiscalização dos Centros de Dados apenas pode avaliar a legalidade dos dados que porventura hajam sido colhidos nessas acções” (Pereira, 2004: 84). Aproveitando para fazer uma referência paralela a um

acontecimento, relativamente recente, relacionado com as ferramentas de que dispõe a *intelligence* em Portugal, foi aprovada no Parlamento, a 22 de Julho de 2015, uma proposta de revisão do regime jurídico do SIRP. Nesse diploma, Decreto n° 426/XII da Assembleia da República, constava uma das alterações bastante controversas sempre que são debatidos quais os meios necessários ao cumprimento das missões dos serviços de informações portuguesas, nomeadamente a possibilidade dos elementos do SIED e do SIS terem acesso “a informação bancária, a informação fiscal, a dados de tráfego, de localização ou outros dados conexos das comunicações, necessários para identificar o assinante ou utilizador ou para encontrar e identificar a fonte, o destino, a data, a hora, a duração e o tipo de comunicação, bem como para identificar o equipamento de telecomunicações ou a sua localização...” (artigo 78º, n° 2)

Perante isso, o Presidente da República decidiu enviar o documento para o Tribunal Constitucional, solicitando a fiscalização preventiva da constitucionalidade do ponto acima transcrito, concretamente quanto ao referido acesso aquilo que é comumente conhecido por “metadados”. Na fundamentação entregue junto do Tribunal, Aníbal Cavaco Silva requeria que fosse apreciada a conformidade desse acesso com o artigo 34º da Constituição onde, no n° 4, está estabelecido ser “proibida toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência, nas telecomunicações e nos demais meios de comunicação, salvo os casos previstos na lei em matéria de processo criminal”. Analisado o pedido, e embora o Decreto precavesse “a autorização prévia e obrigatória da Comissão de Controlo Prévio” (artigo 78º, n° 2) formada “por três magistrados judiciais, designados pelo Conselho Superior da Magistratura, de entre juízes conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, com pelo menos três anos de serviço nessa qualidade” (artigo 35º), o Constitucional pronunciou-se pela inconstitucionalidade do preceito em apreço devido à iminente violação do direito à protecção da vida privada.

Como fica perceptível, os Estados de Direito, como Portugal, que se regem pela concepção de democracia prevalecente no mundo ocidental tendem a edificar sistemas de informações robustos e dotados de capacidades operacionais adequadas aos seus fins, criando, simultaneamente, as respectivas condições para que seja assegurada uma fiscalização forte e transparente suportada por edifícios legais consistentes e impermeáveis a comportamentos contrários à prática democrática. Segundo Jorge Bacelar Gouveia (2013: 76), somente implementando métodos de fiscalização credíveis se evitará que paire “sobre esta melindrosa atividade administrativa do Estado qualquer sombra ou obscuridade antidemocrática”. Isto porque, foi debaixo desse duradouro nevoeiro perpetuado pelo Estado Novo que as forças de



segurança nacionais, e em especial a PIDE-DGS, encontraram espaço para agir impunemente, deixando marcas na maneira como a sociedade portuguesa encara, por exemplo, os seus serviços de informações.

E recuperando as teses de Marcello Caetano, é de ressaltar que o mesmo considera a falta de fiscalização política à actividade dos sistemas de *intelligence* propícia ao seu progressivo desenvolvimento “na maior arbitrariedade e, muitas vezes, com capacidade de pressão e de actuação sobre os próprios poderes do Estado” (Baptista, 1973: 143). Foi nestes moldes precisos que a PIDE-DGS actuou permanentemente ao longo de quase trinta anos, sendo inclusivamente transposta a tutela que, na teoria, estava a cargo do Ministério do Interior e havendo passado a responder directamente perante o Presidente do Conselho. Essa estreita proximidade ao responsável máximo do regime isentava aquela polícia de qualquer espécie de fiscalização, não estando sujeita ao respeito de normas legalmente estabelecidas que limitassem as suas acções. Assim, a PIDE-DGS gozava de extensos poderes que lhe concediam uma grande discricionariedade, podendo socorrer-se de todo o tipo de práticas que, a cada momento, determinasse serem apropriadas.

Não obstante o conhecimento generalizado, quer em Portugal quer no estrangeiro, da existência daquela polícia, Manuel Meirinho Martins (entrevista pessoal, anexo 2.1) menciona que os serviços de informações “tradicionalmente eram muito encapotados, ainda que se soubesse que o regime tinha os seus sistemas de informação que, basicamente, sustentavam o funcionamento do Estado em função do cumprimento de um determinado interesse”, assinalando que se tratavam de “uma espécie de caixa de segredos, muito bem guardada”. Decorrente disso, “no Estado Novo e na evolução histórica os serviços eram mais autónomos e mais fechados”, o que permitiu à PIDE-DGS desenrolar uma acção pautada pela arbitrariedade constante. Nesse sentido, a partir das palavras de Jorge Silva Carvalho (2009: 12) podemos sintetizar que “a dimensão e profundidade com que o espectro da PIDE-DGS tem pairado sobre o sistema de informações português, mesmo numa fase de plena consolidação do Estado de Direito democrático, é algo que não tem paralelo em outros países que também conheceram regimes totalitários de longa duração”.

V. Conclusões

As seguintes conclusões são o culminar de um longo e exigente processo de investigação académica que, no nosso entender, parece sempre incompleto e passível de intermináveis melhoramentos. Sabendo, porém, que tal desígnio não se afigura possível, foi preciso delimitar o alcance da presente dissertação e avançar com as suas principais conclusões. E é de realçar a opção tomada por não designar este derradeiro capítulo de “conclusão” mas antes de “conclusões”, isto porque consideramos não existir uma conclusão única, ou capital, a extrair do estudo que nos propusemos desenvolver. Assim, as primeiras conclusões que apresentamos dizem respeito às forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que, por um lado, pendiam sobre a antiga PIDE-DGS e que, por outro, recaem actualmente sobre o SIRP.

Nesse sentido, e apesar de se ter tratado da primeira incursão autónoma no campo desta ferramenta de trabalho, recorreremos à análise S.W.O.T, ainda que numa óptica de “principiante”, para comparar os serviços de informações do Estado Novo e os de hoje. Estando conscientes do facto da análise das oportunidades e ameaças se basear na projecção de futuríveis quanto a potenciais eventualidades e problemas que se venham a colocar à estratégia e ao funcionamento das organizações, no caso da PIDE-DGS procurou-se fazer o exercício de nos colocarmos no lugar da História para, a partir dessa posição, conjecturarmos as respectivas oportunidades e ameaças. Posto isso, estas foram as conclusões mais consistentes a que chegámos:

PIDE-DGS

Forças:

- Amplas competências legais como polícia criminal, serviço de fronteiras, serviço de informações e até autoridade judiciária;
- Extensa rede de informadores disseminada pelo território nacional;
- Proximidade com o poder político;

Fraquezas:

- Baixos níveis de formação dos seus agentes;
- Falta de recursos humanos, materiais e logísticos;
- Pouca solidez do modelo de informações obtidas em troca de dinheiro;



-Missão ligada aos interesses vitais do regime.

Oportunidades:

- Suporte político do governo;
- Legislação atribuída vastos poderes para o cumprimento das suas funções;
- Contexto económico e social do país.

-Confusão de missões entre produção de informações e investigação criminal.

Ameaças:

- Constrangimentos no plano da cooperação internacional devido ao isolamento externo de Portugal;
- Ausência de solução política para a Guerra de África;
- Reprovação do seu modo de actuação por diferentes sectores da sociedade.

SIRP

Forças:

- Meios tecnológicos;
- Nível de formação dos seus efectivos;
- Cooperação com serviços estrangeiros congéneres;
- Existência de mecanismos de fiscalização.

Fraquezas:

- Dificuldade de cooperação interna com as demais forças de segurança;
- Carência de recursos humanos e materiais;
- Procedimentos adoptados por alguns elementos e que ressaltam para o exterior.

Oportunidades:

- Permanente evolução da tecnologia;
- Aumento dos índices nacionais de escolaridade;
- Diligências no sentido de maior cooperação internacional entre serviços de informações;
- Percepção pública da existência de mecanismos de fiscalização institucional.

Ameaças:

- Limites legais à utilização de determinadas ferramentas;
- Elevado número de alterações legislativas à orgânica do sistema;
- Persistente desconfiança por parte de franjas da sociedade portuguesa;
- Sucessão de casos mediáticos conhecidos pela opinião pública;



- Acompanhamento jornalístico especulativo e desprovido de conhecimento técnico-teórico na matéria;
- Livre circulação de pessoas e bens com a abertura das fronteiras;
- Escalada do clima de insegurança decorrente do fenómeno terrorista.

Desta análise retiramos um conjunto de outras conclusões, a começar pelas competências imputadas à PIDE-DGS e ao SIRP. Como vimos, cabia à primeira, para além das faculdades de serviço de informações, tarefas de polícia criminal, serviço de fronteiras e, inclusivamente, de autoridade judiciária. As suas funções iam desde a instrução de processos, à vigilância de fronteiras, passando pela investigação à prática de crimes, até à produção de informações que, por exemplo, aquando da assumpção de Marcello Caetano a Presidente do Conselho, foi definida como atribuição nuclear da então DGS. Numa situação diametralmente oposta, o SIRP sempre conheceu uma discriminação negativa das suas competências.

Não obstante a LQSIRP conferir aos serviços de informações “no respeito da Constituição e da lei, a produção de informações necessárias à preservação da segurança interna e externa, bem como à independência e interesses nacionais e à unidade e integridade do Estado” (artigo 2º, nº 2), esta estabelece nos seus artigos 3º e 4º as “linhas vermelhas” de actuação dos mesmos, nomeadamente o respeito pelos direitos, liberdades e garantias inscritos na Constituição bem como a impossibilidade dos seus efectivos praticarem actos ou desenvolverem actividades “do âmbito ou competência específica dos tribunais ou das entidades com funções policiais” (artigo 4º, nº1).

Esta diferença substantiva permite-nos concluir duas questões centrais na evolução das informações em Portugal, a primeira prende-se com a discrepância de competências atribuídas a cada uma das duas estruturas. Enquanto no Estado Novo existiu uma centralização deliberada de poderes na PIDE-DGS por ser esta a polícia umbilicalmente comprometida com a defesa do regime, no Portugal pós-25 de Abril tem-se assistido a uma preocupação incessante de balizar, de forma objectiva, a actividade das informações ao delimitar negativamente o âmbito de actuação dos serviços de *intelligence* portugueses. Tal preocupação deriva da segunda

conclusão que tirámos, isto é, emana da memória de um passado, em termos históricos ainda bastante recente, marcado pelas práticas discricionárias da PIDE-DGS que continua a influenciar contraproducentemente o desenvolvimento nacional no que toca a informações.

E essas práticas arbitrárias levadas a cabo durante o Estado Novo remetem-nos para uma outra conclusão, a de que os meios colocados ao dispor daquela polícia não são sequer comparáveis com os que o SIRP possui hoje. Neste ponto partilhamos da reflexão feita por António de Sousa Lara (entrevista pessoal, anexo 2.2) quanto à existência de uma diferença de métodos, já que “numa sociedade totalitária os fins justificam os meios”, ou seja, “qualquer meio é lícito para atingir o fim estratégico da defesa do regime/Estado/maioria/elite dominante. Numa sociedade pluralista isto não é assim, pois nem todos os meios são lícitos”. Acrescenta de seguida o exemplo da Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes que proíbe o recurso a esse tipo de métodos para obtenção de informações, frisando, apesar disso, “que **não há nem em Estado de Direito serviços de informação que nunca violem a lei**” (Lara, *ibidem*).

Porém, salienta que há “uma diferença em relação às ditaduras: é casual e mesmo que se repita várias vezes, não é uma atitude consentida”, sendo “diferente da arbitrariedade total do totalitarismo, em que, consentido ou não, faz-se” (*idem, ibidem*). Estas considerações de António de Sousa Lara encaixam-se, na sua plenitude, nas conclusões que retiramos da comparação dos meios que eram vulgarmente empregues pela PIDE-DGS e dos que são actualmente utilizados pelo SIRP, comparação essa que é geralmente inquinada, em especial, pelas práticas de tortura que ficaram intrinsecamente ligadas à história daquela polícia do Estado Novo.

Aproveitando para estabelecer uma relação dessas práticas com o tema da fiscalização, torna-se importante referir que a fiscalização à actuação da PIDE-DGS era residual. Aliás, a tendência costuma ser a de afirmar-se que não havia, de todo, qualquer fiscalização às acções dessa polícia, no entanto tanto a tutela da PIDE-DGS como o próprio Presidente do Conselho, a quem se acabou por institucionalizar que reportava directamente, teriam condições para o fazer caso o entendessem. Pelo contrário, a LQSIRP sempre previu a fiscalização do sistema de informações, criando até entidades responsáveis por exercer esse controlo democrático. Conforme pudemos concluir a partir do estudo das sucessivas reformas legislativas de que foi alvo o SIRP desde a sua fundação em 1984, a fiscalização tem ocupado um lugar de destaque

nas mesmas, merecendo constantes tentativas de aperfeiçoamento dos seus mecanismos de monitorização.

Nesta matéria, Manuel Meirinho Martins (entrevista pessoal, anexo 2.1) faz alusão ao facto da natureza do regime autoritário ser, tendencialmente, mais centralizadora e controladora, enquanto que os sistemas mais abertos e plurais inclinam-se, maioritariamente, para a edificação de estruturas legais de controlo e fiscalização de um modo muito mais transparente. Isto influi, igualmente, na disseminação da *intelligence*, visto que no caso dos “regimes mais centralizados essa disseminação é menor e portanto tende a haver um maior controlo global” resultando na centralização estatal da actividade das informações, fenómeno mitigado pelos regimes democráticos pluralistas onde “os serviços de informações, os serviços de *intelligence*, tendem a ter uma disseminação maior, ou seja, tendem a desmultiplicarem-se para além daquilo que é a função iminentemente ligada á acção do Estado” (Meirinho, *ibidem*).

Acerca dessa disseminação, José Adelino Maltez alvitrou que a mesma tarda em chegar às universidades, isto é, em Portugal não existe uma cultura de colaboração entre os serviços de informações e a comunidade académica que aproveitasse o conhecimento gerado pela Universidade e o incorporasse na produção de *intelligence*. Adelino Maltez (entrevista pessoal, anexo 2.3) assinala que nunca viu “grandes pedidos de cooperação em termos de produção de informação numa área [Relações Internacionais e Ciência Política]⁹ em que somos [ISCSP]¹⁰ fortíssimos, nomeadamente, em análise antropológicas, em análises politológicas”, desconfiando também que os elementos dos serviços de informações portugueses “sejam capazes de ler, sequer, as teses de mestrado e de doutoramento produzidas pela universidade portuguesa nestas áreas e em áreas afins”.

Não contrariando esta visão, Pedro Borges Graça (2009) sustenta que num mundo hipercompetitivo como aquele em que vivemos não basta recolher informações do meio envolvente, porque se as actividades de *intelligence* consistissem unicamente na recolha e compilação de informação, então não seriam necessários serviços de informações especializados nessa matéria pois esse trabalho poderia ser assegurado por equipas de investigadores universitários. Assim, da fusão das duas ideias podemos construir uma conclusão: o incremento da cooperação entre serviços de *intelligence* e grupos de investigação universitária pode-se revelar extremamente proveitoso para a prossecução dos interesses dos

^{9/10} O sublinhado é nosso.



Estados, que, contundo, preservam na posse dos seus serviços de informações argumentos de outra ordem, donde sobressai a HUMINT, capazes de garantir a especificidade da recolha de informações inatingíveis às fontes abertas da Universidade.

A linha de pensamento de André Beaufre (2004: 59) parece seguir, genericamente, o sentido das teses anteriores, defendendo que “hoje em dia, estas duas necessidades [estar informado e prever]¹¹ mandam pôr a tónica (e a despesa) em poderosos órgãos de informação e de estudos, capazes de seguir a conjuntura e de conduzir a manobra de evolução dos sistemas de forças através de decisões calculadas, tomadas a tempo”. Situação que se tornou numa realidade concreta dos orçamentos de vários países e que é possível constatar pelas palavras de Michael Herman (2001: 31) quando corrobora que “Britain now spends rather more on intelligence than on diplomacy, and about a twentieth of the cost of defence”, pelo que, na sequência disso, “a preparação torna-se mais importante que a execução” (Beaufre, 2004: 59).

Esta preparação a que Beaufre faz referência passa, essencialmente, pela Estratégia e por tudo o que a envolve, permitindo-nos concluir da inexorável conexão entre a temática da *intelligence* e a área da Estratégia. Dessa forma, temos a firme convicção de que é fundamental prosseguir os estudos tanto, por um lado, num tema (o das informações) que continua a ser do desconhecimento de muitos mas que, ainda assim, não deixa de levantar inúmeras desconfianças à generalidade da opinião pública mundial, como, por outro lado, num período recente da História portuguesa (o do Estado Novo) que nos ajuda a compreender parte dos motivos que estão na origem de tamanhas incertezas quanto aos serviços de informações em Portugal.

Em síntese, André Beaufre (2004: 148) explicita que “não há estratégia moderna sem organismos de estudo poderosamente apetrechados, sem um óptimo método de análise das situações, sem um perfeito conhecimento da evolução e das possibilidades de invenções de toda a espécie, susceptíveis de serem utilizadas”. Segundo os objectivos traçados para um mestrando do curso de Estratégia, consideramos tratar-se da maneira ideal de concluir a presente dissertação que, a começar pelo tratamento historiográfico e a acabar no ensaio de um esboço de análise S.W.O.T, deixa a porta aberta a futuras investigações dentro desta área.

¹¹ O sublinhado é nosso.



VI. Bibliografia

Andrew, Christopher & Dilks, David (1984) – *The Missing Dimension: Governments and Intelligence Communities in the Twentieth Century*. London: Palgrave Macmillan.

Arendt, Hannah (2010) – *As Origens do Totalitarismo* (4ª edição). Alfragide: Publicações Dom Quixote.

Baptista, António Alçada (1973) – *Conversas com Marcello Caetano*. Lisboa: Moraes Editores.

Beaufre, André (2004) – *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Sílabo.

Cardoso, Pedro (2004) – *As Informações em Portugal*. Lisboa: Gradiva / Instituto da Defesa Nacional.

Cardoso, Vizela (2015) – “As Informações em Portugal (Resenha Histórica)” in Gouveia, Jorge Bacelar & Pereira, Rui (Coords.) (2015) – *Estudos de Direito e Segurança* (Volume I, pp. 489-513). Coimbra: Edições Almedina.

Carvalho, Jorge (2009) – “Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas”. Intervenção proferida em 28 de Maio, na Faculdade de Letras de Lisboa. Disponível em http://www.segurancaedefesa.pt/noticias/009/intervencao_jorge_silva_carvalho_20090528.pdf. Data de acesso 3 de Janeiro de 2015.

Couto, Abel Cabral (2005) – “Raymond Aaron e a Teoria da Estratégia”. Nação e Defesa, Nº 111, Verão 2005, 3ª Série. Instituto da Defesa Nacional, disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD111.pdf>. Data de acesso 2 de Janeiro de 2015.

Dalfovo, M. & Lana, R. & Silveira, A. (2008) – “Métodos quantitativos e qualitativos: Um resgate teórico”. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, v. 2, n. 4, pp. 01–13. Disponível em



http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf. Data de acesso 29 de Janeiro de 2015.

Derian, James Der (1992) – *Antidiplomacy: Spies, Terror, Speed and War*. Oxford: Blackwell Publishers.

Dulles, Allen (1963) – *The Craft of Intelligence*. New York: Harper & Row.

Esteves, Pedro (2004) – “Estado e Informações: uma perspectiva sistémica” in Moreira, Adriano (Coord.) (2004) – *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 439-458). Lisboa: Prefácio.

Garcia, Francisco Proença (2004) – “A importância das Informações na condução da guerra em Moçambique (1964-1974)” in Moreira, Adriano (Coord.) (2004) – *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 233-255). Lisboa: Prefácio.

Gill, Peter (1994) – *Policing Politics: Security Intelligence and the Liberal Democratic State*. London: Frank Class Publishers.

Gouveia, Jorge Bacelar (2013) – “Os Serviços de Informações de Portugal: Organização e Fiscalização”. *Revista de Direito e Segurança* (pp. 63-85), Nº 1, Janeiro/Junho. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/15164/1/JBG_RDDeS_2013.pdf. Data de acesso 4 de Agosto de 2016.

Graça, Pedro Borges (2009) – “Os Estudos de Informações e de Segurança na Universidade” in *Urbanismo, Segurança e Lei* (Tomo II, pp. 15-29). Coimbra: ISCPSI / Livraria Almedina.

Graça, Pedro Borges (Coord.) (2011) – *Estudos de Intelligence*. Lisboa: Centro de Administração e Políticas Públicas / Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Herman, Michael (1996) – *Intelligence Power in Peace and War*. Cambridge: Cambridge University Press.

Herman, Michael (2001) – *Intelligence Services in the Information Age: Theory and Practice*. London: Frank Cass Publishers.



Jesus, José Manuel Duarte de (2015) – *Espionagem e Contraespionagem em Portugal: Vicissitudes e Mistérios*. Lisboa: Edições 70.

Johnson, Loch (Ed.) (2010) – *The Oxford Handbook of National Security Intelligence*. Oxford: Oxford University Press.

Kvale, Steinar (1996) – *Interviews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing*. Thousand Oaks, California: Sage Publications. Disponível em http://www.inside-installations.org/OCMT/mydocs/Microsoft%20Word%20-%20Booksummary_Interviews_SMAK_2.pdf. Data de acesso 31 de Janeiro de 2015.

Laqueur, Walter (1985) – *A World of Secrets: The Uses and Limits of Intelligence*. New York: Basic Books.

Lowenthal, Mark (2000) – *Intelligence: From Secrets to Policy*. Washington, DC: CQ Press.

Lucena, José (2011) – “Tipologia e hierarquização das ameaças. A importância das informações. Tipos de sistemas de informações”. Conferência integrada no Curso de Defesa Nacional 1991/92 do Instituto de Defesa Nacional. Disponível em http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1749/1/NeD61_JoseNSousaLucena.pdf. Data de acesso 2 de Janeiro de 2015.

Lustgarten, Laurence & Leigh, Ian (1994) – *In From the Cold: National Security and Parliamentary Democracy*. Oxford: Clarendon Press.

McGovern, William (1961) – *Strategic Intelligence and the Shape of Tomorrow*. Chicago: Henry Regnery Company.

Neves, José (1996) – “Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades”. *Caderno de Pesquisas em Administração*, V. 1, Nº 3, 2º Sem. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>. Data de acesso 30 de Janeiro de 2015.



Pereira, Rui (1998) – “A produção de informações de Segurança no Estado de direito democrático”. *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura, Série Especial (Informações e Segurança Interna)*, pp. 31 e ss.

Pereira, Rui (2004) – “O «agente encoberto» na Ordem Jurídica portuguesa” in Valente, Manuel Guedes (Coord.) (2005), *I Congresso de Processo Penal*. Coimbra: Almedina.

Pimentel, Irene Flunser (2011) – *A História da PIDE*. Maia: Temas e Debates.

Pinto, L., Cardoso, M., Teixeira, N., Ramos, A., Yastrebov, V., Kahati, Y.,... Monteiro, A. (2009) – *Terrorismo Transnacional: Estratégias de Prevenção e Resposta*. Instituto de Estudos Superiores Militares / Prefácio.

Pinto, Renato Marques (2001) – “As Informações na Idade da Informação” in *Revista Militar*, II Século, 53º Volume, Nº 4 – Abril 2001, pp. 287–316.

Pinto, Renato Marques (2004) – “Os militares e as Informações (Em memória do General Pedro Cardoso)” in Moreira, Adriano (Coord.) (2004) – *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 471-489). Lisboa: Prefácio.

Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc (2008) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Reis, Sónia & Silva, Manuel Botelho da (2007) – “O sistema de informações da República Portuguesa”. *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 67, Vol. III – Dezembro 2007, Doutrina. Disponível em <http://portal.oa.pt/comunicacao/publicacoes/revista/ano-2007/ano-67-vol-iii-dez-2007/doutrina/sonia-reis-e-manuel-botelho-da-silva-o-sistema-de-informacoes-da-republica-portuguesa/>. Data de acesso 3 de Agosto de 2016.

Ribeiro, António Silva (2009) – *Teoria Geral da Estratégia: O Essencial ao Processo Estratégico*. Coimbra: Almedina.

Ribeiro, Maria da Conceição (2000) – *A Polícia Política no Estado Novo: 1926 - 1945*. Lisboa: Editorial Estampa.



Rogeiro, Nuno (2002) – *Guerra em Paz: A Defesa Nacional na Nova Desordem Mundial* (pp. 861-988). Lisboa: Hugin.

Romana, Heitor (2008) – “Informações: Uma reflexão teórica”. *Segurança e Defesa, Revista Trimestral de Grande Informação*. Abril – Junho, pp. 98–101.

Romana, Heitor (2014) – “Informações Estratégicas: Conceptualização e Objectivos” in Lara, António de Sousa (Coord.) – *Crise, Estado e Segurança* (pp. 115-125). Lisboa: Edições MGI.

Serra, Paula (1998) – *DINFO – Histórias Secretas do Serviço de Informações Militares*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Serviço de Informações de Segurança (2010) – “História do SIS”. Disponível em <http://www.sis.pt/hsis.html>. Data de acesso 17 de Novembro de 2014.

Simões, Pedro (2002) – *Os Serviços Secretos em Portugal: Os Serviços de Informação e a Comunicação Social*. Lisboa: Prefácio.

Soares, Fernando Luso (s.d.) – *PIDE/DGS – Um Estado Dentro do Estado*. Lisboa: Portugália Editora.

The 9/11 Commission Report: Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States. (2004). New York and London: W. W. Norton & Company.

Treverton, Gregory F. (2003) – *Reshaping National Intelligence for an Age of Information*. New York: Cambridge University Press.

Tzu, Sun (2007) – *A Arte da Guerra*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Valente, Manuel Monteiro Guedes (Coord.) (2005) – *I Colóquio de Segurança Interna*. Coimbra: Almedina.

Vegar, José (2007) – *Serviços Secretos Portugueses: História e Poder da Espionagem Nacional* (2ª edição). Lisboa: A Esfera dos Livros.



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



VII. Anexos

1. Guião das Entrevistas

- a) De que forma relaciona a temática da *intelligence* com a área científica da Estratégia?
- b) Em que medida a natureza do regime político de um Estado influi no funcionamento e na eficácia dos seus serviços de informações?
- c) Centrando-nos num passado ainda recente da nossa História, que análise faz da evolução das informações em Portugal desde o Estado Novo até aos dias de hoje?

2. Transcrição das Entrevistas

2.1 Professor Doutor Manuel Meirinho Martins

- a) Os estudos estratégicos, nas múltiplas variações que têm tido em várias universidades, sempre incorporaram desde a sua origem uma vertente de *intelligence*, de informações, dado que é uma subsecção que demorou bastante tempo a entrar formalmente, por exemplo, no ensino universitário, mas que entrou agora já mais recentemente, não só cá mas em todos os países que têm esta área. E portanto, a designação de *intelligence* é que tem variado, mas digamos que é uma subsecção até dos estudos que tradicionalmente estavam mais na área da Ciência Política, e ainda se mantêm, englobando várias dimensões dada a importância que elas têm, que a *intelligence* tem, não só na organização mas sobretudo no funcionamento do Estado. Trata-se de uma matéria extraordinariamente importante, ainda que as fronteiras e a sua definição tenham sido e ainda são objecto de muita indefinição, mas ela é nuclear no âmbito da ciência do poder.

Recentemente a *intelligence*, com a designação de *intelligence* porque ela também varia muito de país para país, tem sido uma secção bastante autónoma, pelo menos falo até aqui mais no âmbito da Universidade de Lisboa e aqui do Instituto [ISCSP]¹², portanto está a ocupar cada vez mais um espaço, já mais claro e mais definido, no âmbito dos estudos estratégicos. A área científica da Estratégia ou dos estudos estratégicos, por si só não é uma área muito autónoma. Por exemplo, no nosso caso, criámos a área de estudos estratégicos, mas a matriz originária é da Ciência Política. Mas independentemente a área da *intelligence* ou das informações, da análise e gestão estratégica das informações sempre foi e será uma matéria nuclear na área. Relembro que a base genética desta área é a da Ciência Política, dada a relevância dos temas da organização do Estado, da sua estrutura interna, bem como da sua dimensão externa em face de fenómenos como a globalização, ainda que hoje tenha vindo a ganhar espaço noutras áreas científicas. A área da *intelligence* esteve muito associada a aspectos de natureza militar, de segurança, etc. Mas, hoje, tem outras dimensões que vão desde as clássicas até à dimensão da projecção dos interesses económicos do Estado, dos interesses sociais, políticos e financeiros. Portanto ela é fundamental não só na sua raiz mas nas suas múltiplas utilizações actuais. Sendo que hoje até a forma como a oferta formativa tem surgido em todo o mundo nestas áreas significa que havia campos que não estavam a ser tratados e incorporados nesta dimensão da *intelligence*. Hoje fala-se em *intelligence* económica, *intelligence* financeira, que sempre existiu, como nós sabemos, embora a concepção que se tinha era um pouco diferente. Em síntese, de forma integrada, os estudos de *intelligence* ou a *intelligence* são absolutamente fundamentais em quase todas as dimensões da acção e da organização dos Estados modernos, daí a sua importância.

- b) Globalmente, todos os regimes, independentemente da sua natureza, precisam de sistemas de informações, de *intelligence*. O que varia é, de certa maneira, o seu grau e o modelo de organização, o grau de dependência e de proximidade e de centralização de quem governa, coexistindo vários modelos que já espelham a especificidade de cada país. Mas, quanto à natureza intrínseca do regime, eu diria que nos regimes mais centralistas, nos regimes mais autoritários, é uma estrutura muito mais controlada, mais centralizada e mais próxima da elite governante, como é evidente, e muito mais

¹² O sublinhado é nosso.

controlada, naturalmente. Os regimes democráticos tendem a disseminar mais as várias vertentes da *intelligence*, até porque muitas delas estão incorporadas em muitas outras dimensões (ex.: economia, indústria, etc.) que escapam à esfera do Estado. Há uma dimensão que, a meu ver, é importante quanto a esta questão da natureza do regime. Tendencialmente, os sistemas de *intelligence* em regimes democráticos consolidados e institucionalizados tendem a ser muito mais transparentes, mais fiscalizados e, mais abertos apesar de tudo. Mais pressionados pela sociedade e pelo aparelho mediático, enquanto que a natureza do regime autoritário, por si só, tende a ser mais centralizadora, mais controladora. Os sistemas mais abertos e mais plurais tendem a ter outros mecanismos, até constitucionais e legais, de controlo e fiscalização de forma muito mais aberta, como é o caso do nosso. Contudo, em ambos os casos os sistemas de *intelligence*, os serviços de informações, são absolutamente vitais e determinantes. O que varia é o grau, sobretudo em duas dimensões, em que o poder os controla, tal como varia o grau de disseminação e de aproveitamento que esses serviços podem ter. Enquanto que nos regimes democráticos tende a haver uma disseminação mais diversificada de serviços de *intelligence* que são aplicados por actores privados e por instituições não políticas ou governamentais, nos regimes mais centralizados essa disseminação é menor e portanto tende a haver um maior controlo global, ainda que os regimes políticos mais centralizados não deixem de disponibilizar muita da *intelligence* para a projecção de interesses económicos, militares e de defesa. Mas, tendencialmente, nos regimes democráticos pluralistas os serviços de informações, os serviços de *intelligence*, tendem a ter uma disseminação maior, ou seja, tendem a desmultiplicarem-se para além daquilo que é a função iminentemente ligada à acção do Estado. Um exemplo é o facto de hoje os grandes grupos empresariais usarem sistemas de *intelligence* como instrumentos vitais à projecção e defesa dos seus interesses à escala global;

- c) Eu não sou um especialista nisso, mas em termos genéricos o que me parece é que evoluíram na profissionalização. São serviços mais profissionalizados e evoluíram também na institucionalização. Digamos, se eu pudesse caracterizar alguns dos elementos matriciais dessa evolução, diria que a dimensão da profissionalização é claramente evidente. Os serviços evoluíram até porque, separando o Estado Novo até agora, temos alterações significativas na substância do regime. Deixando de lado a natureza do regime, são sistemas mais profissionais, são sistemas mais institucionalizados, são sistemas mais abertos. Portanto, evoluíram de menos abertos

para sistemas mais abertos: os mecanismos e instrumentos de fiscalização de hoje tornam os serviços muito mais abertos. São sistemas também mais fiscalizados no sentido institucional, mas também por uma opinião pública que as sociedades mediáticas impuseram. São também sistemas mais sujeitos à erosão porque, naturalmente, por decorrência da transformação de uma sociedade muito fechada para uma sociedade aberta, ficam mais expostos. Voltando à dimensão da institucionalização, essa é uma das mais importantes. Isto porque são assumidos de uma forma aberta pelo Estado, enquanto que tradicionalmente eram muito encapotados, ainda que se soubesse que o regime tinha os seus sistemas de informação que, basicamente, sustentavam o funcionamento do Estado em função do cumprimento de um determinado interesse. A profissionalização é mais do que evidente, porque hoje com a interacção e com a cooperação internacional os serviços tiveram que se profissionalizar em face da complexidade dos fenómenos que têm que enfrentar. Essa é também outra característica dessa evolução, que é uma espécie de internacionalização dos serviços. Isto não quer dizer que antes os serviços não cooperassem, que a *intelligence* não cooperasse, mas as exigências de cooperação eram menos imediatas e portanto hoje uma das características que os serviços têm, se nós olharmos para a evolução longitudinal nesse pressuposto, é também a sua dimensão de internacionalização. E de certa maneira há uma outra característica, que é o facto de os serviços serem também mais interdependentes. Enquanto que no Estado Novo e na evolução histórica os serviços eram mais autónomos e mais fechados, hoje no Estado moderno, uma das vertentes que marca a evolução é a sua dimensão de partilha ou de internacionalização até porque estando num espaço de integração como a União Europeia a ideia de um serviço fechado, autónomo, bastado a si próprio, não tem sentido. Nas dimensões políticas, o que há a destacar, a meu ver, é a institucionalização, a dimensão de padronização da fiscalização, por vias legais, que é um traço muito significativo da evolução. Na dimensão social, creio que há a destacar nesta trajectória histórica sistemas também mais fiscalizados pelos cidadãos e portanto mais abertos naturalmente a uma sociedade mais aberta, que também exige mais e que está mais atenta, ela própria mais fiscalizadora fora do regime de fiscalização legal. E isso tem muito a ver com a própria evolução da sociedade, já que as sociedades mediáticas, abertas, são muito mais exigentes. E na dimensão internacional, sistemas mais isolados para sistemas mais abertos, mais interdependentes e até mais internacionalizados. Na dimensão da organização interna dos serviços, eu creio que a

variável que há a destacar será a *expertise*, digamos, a dimensão de evolução técnica, do domínio técnico, porque também evoluiu largamente e a questão da cooperação que traz activos significativos ao nível técnico. Eu creio que criando aqui quatro categorias, uma dimensão política, uma dimensão internacional ou externa, uma dimensão interna e uma dimensão social, estas variáveis para mim são, ainda que com o seu devido aprofundamento e mais afinamento, características marcantes desta trajectória evolutiva. É a minha perspectiva, que criando aqui esta bateria analítica a dimensão política marca claramente a variável de institucionalização e de fiscalização, e de certa maneira de assumpção por parte do poder político da importância que têm os serviços. A dimensão interna que é muito menos conhecida porque, naturalmente, os serviços de *intelligence* têm que se proteger nessa dimensão, mas isso é evidente que a profissionalização e a *expertise* são características que marcaram essa evolução. E quanto às dimensões externas, uma coisa que ganhou valor acrescentado, creio eu, é assumir como natural o facto de haver serviços de informações, de *intelligence*, quando há umas décadas se achava que era uma coisa que devia ser guardada no segredo dos deuses e portanto era estranha ao cidadão, era estranha às instituições. Hoje as sociedades tornaram isso mais mitigado e dessacralizaram um pouco um dos aspectos com que os serviços de informações, até à escala mundial, mais sofreram, ou seja, esta relação com a sociedade e com os cidadãos. Deixarem de ser uma espécie de caixa de segredos, muito bem guardada, para uma relação muito mais aberta, muito mais plural e muito mais dinâmica e, aliás, muito mais pressionante. Creio que muitos Estados e muitas instituições demoraram a perceber, e tem a ver até com aspectos de comunicação e de interacção com a sociedade, esse reposicionamento na dimensão social, e a aceitar como natural este desafio. Demorou algum tempo, por exemplo no nosso caso, a ultrapassar a barreira do secretismo, daquele excessivo secretismo. Sabia-se do seu funcionamento, mas sabia-se muito pouco. Uma das características que os serviços de *intelligence* hoje têm, no nosso caso, é que gradualmente, a meu ver, também estão a vencer essa parte, estão mais abertos, estão mais interactivos até com as instituições;

- d) Tirei aqui duas notas do que o Professor disse que saliento de alguma forma, quanto à questão da cooperação o Professor considera que existe efectivamente cooperação entre os serviços de informações dos diferentes Estados? A outra questão prende-se com a fiscalização levada a cabo pela sociedade, ou seja, o que é que lhe parece acerca do

papel dos *media*, dos meios de comunicação social, nessa, se quisermos dizer, fiscalização, nesse controlo da sociedade aos serviços de informações?

Na verdade, estamos um pouco na fronteira entre uma dimensão de cooperação que obrigatoriamente tem que ser menos visível e que, portanto, tem de ser obrigatoriamente protegida. Mas quando se fala em cooperação, eu não duvido que hoje haja cooperação. Há e é obrigatória. Agora a cooperação é um conceito muito abstracto. O que eu posso discutir é a eficácia da cooperação e o grau em que essa cooperação é útil ou não ao funcionamento concreto dos serviços. Claro que não me posso prenunciar de forma abalizada porque entraríamos numa dimensão muito interna. Do ponto de vista jurídico há, porque há instrumentos jurídicos de cooperação; do ponto de vista institucional há, porque são criadas as instituições, as agências e os mecanismos institucionais de cooperação. Não se duvida que haja hoje mais informação disponível e mais rica. Agora a questão que se coloca nessa dimensão da cooperação, interna e externa, é quais são os níveis de eficácia e quais são os interesses dos cooperantes nessa cooperação – muitas vezes são até contraditórios, outras vezes os cooperantes têm interesses aparentemente convergentes. Depois há outras dimensões da cooperação que são muito importantes, porque a escala dos acontecimentos importa; o tempo; a diferença entre a capacidade de processar muitas dimensões da cooperação, porque uma coisa é disponibilizar informação, outra coisa é depois também ter recursos e capacidade para que essa informação seja considerada um activo importante. A informação (os dados), por si só, não tem grande valor. Cooperar, por exemplo, só através da troca de informações não é cooperação: é uma mera disponibilização de dados. Imaginemos que trocamos informação com um serviço de *intelligence*, mas esse serviço tem recursos tecnológicos e humanos sofisticados para aproveitar, para incorporar essa informação na sua acção e nós não temos. Portanto, quando se discute a cooperação em abstracto ou nas dimensões política, jurídica ou institucional, não podemos dizer que não haja cooperação porque os instrumentos existem. Agora em termos de eficácia, em termos substantivos, tenho mais dúvidas.

Quanto à questão da comunicação social ter ou não capacidade para fiscalizar, diria que a função da comunicação social não é bem fiscalizar, no sentido legal ou jurídico. Parece-me que há aqui duas questões a este propósito que importa referir: uma é a chamada “fome voraz” que a comunicação social tem por matérias desta natureza, que

envolvam espionagem, interesses secretos dos países, etc. Isso cria uma espécie de uma atracção, algo esquizofrénica às vezes, da comunicação social. Não se pode misturar isto com fiscalização. A comunicação social assume hoje nas sociedades modernas, plurais e abertas uma função importante, no sentido de estar mais activa e de através do poder mediático pressionar, estar mais atenta ao funcionamento e organização dos serviços de *intelligence*. Que daí resulte fiscalização eu já tenho muitas dúvidas. Podemos falar que daí resulta uma espécie de fiscalização social, uma espécie de pressão social. Creio que a dimensão de fiscalização tem que ser muito bem clarificada nas vertentes institucional, jurídica e social. Pensar que a comunicação social tem capacidade para fiscalizar, do ponto de vista objectivo, do ponto de vista legal, do ponto de vista institucional, creio que não. A comunicação social poderá cumprir uma função de pressão social sobre os serviços de *intelligence* mas não uma fiscalização em sentido legal. Podemos usar o termo do ponto de vista de uma fiscalização social, mas penso que é avisado distingui-la da dimensão de fiscalização de base institucional e política, através dos órgãos e das estruturas que são criadas para o efeito, devendo estas ser preservadas como tal. É evidente que a pressão social da comunicação social serve para tornar público um conjunto de situações, muitas delas servindo interesses da própria *intelligence*. Neste sentido, os *media* são agentes nos dois sentidos, e muitas vezes a *intelligence* usa-os bem. Em suma, a comunicação social tem um papel importante mas importa reflectir sobre esta dupla vertente: em que medida é que não se confunde a dimensão de escrutínio democrático, plural e aberto com outras dimensões mais difusas que a comunicação social também cumpre, na medida em que também é instrumento de acção dos próprios serviços e dos próprios Estados. A este propósito, falando até da dimensão informativa dos *media*, no nosso caso, creio que ela é cumprida de forma muito deficiente.

2.2 Professor Doutor António de Sousa Lara

- a) É uma área *core* e não há estratégia sem *intelligence*, pura e simplesmente. A melhor definição de estratégia que vi até hoje é “a ciência do general”, ou seja, é o culminar da arte militar, que é uma arte que parte de uma grande análise sobre a conjuntura, sobre a

situação concreta, sobre as condições reais, sobre o terreno, sobre os adversários. Todas as informações são fundamentais para se poder definir um plano estratégico e, por cima de tudo isto, há uma parte que não se consegue prever, por isso é que há Napoleões e há outros que não são tão bons. Todos estudam o mesmo, aprendem pelos mesmos manuais tudo o que é técnico. Tudo o que não é técnico é arte, a estratégia tem uma parte que é artística. Na música há compositores melhores que os outros, também eles aprenderam pelas mesmas pautas as mesmas composições. Ora, as informações têm uma função infraestrutural na estratégia. Na maioria dos casos são informações abertas a maioria, há informações sobre as condições orográficas, geográficas, sobre a própria população, sobre a antropologia das situações. Hoje em dia uma das ciências auxiliares da guerra, da Estratégia, é a Antropologia. Não apenas numa lógica de análise das condições, mas numa lógica até de disposição. Responder a questões prévias como: O que é que estas pessoas querem? O que é que esta gente pensa? Qual é a diferença entre *xiita* e *sunita*? Como é que eles reagem diferentemente? O que é que têm como objectivos prioritários? Como é que consideram o ramadão em fase de guerra? Está a ver, tudo isto pressupõe a Antropologia e é fundamental para definir uma estratégia, por exemplo, no Médio Oriente, onde o que acabei de referir se cruza com a realidade da guerra e da Estratégia. Portanto, informações desde esse nível até à capacidade de prever, que é fundamental, o *early warning*. O *early warning* como o saber antes, ou o saber ao mesmo tempo, é condição da vitória. Não há estratégia sem *early warning*, não há estratégia sem prospetiva, no melhor sentido da palavra. Sem informações não há Estratégia.

- b) De muitas maneiras, não é só uma. Vamos por partes: primeiro, os objectivos. O objectivo do serviço de informações, por exemplo, da PIDE em Portugal, era, como a própria palavra indicava, ser Polícia Internacional e de Defesa do Estado. O objectivo era defender o Estado, leia-se, defender o regime. Porque o regime e o Estado confundiam-se. Nos Estados totalitários não há uma distinção entre o Estado e o regime. O Estado Soviético, o partido e o regime confundiam-se e confundem-se. Em Cuba, qual é a diferença entre Partido Comunista Cubano, o regime cubano e o Estado cubano? Não há, é uma confusão. É uma confusão deliberada, não é uma anarquia. Trata-se de um propósito fundir estas naturezas todas. E portanto, defender o Estado significa defender o governo, defender o Estado significa defender o poder político, defender a elite dominante. Esta é uma prioridade estratégica nas ditaduras. Nas democracias a defesa do Estado não é isso. A defesa do Estado significa a defesa da sociedade política

como tal, da constituição, do Estado de Direito, mas não a defesa da elite política que o próprio Estado de Direito pode perseguir em caso de crime, como tem acontecido. É a defesa do sistema que foi sufragado e que é entendido como o sistema melhor possível. A defesa do Estado tem a ver com a defesa da constitucionalidade, das leis, dos tratados em vigor, da ordem jurídica. Esta é uma diferença abissal, pois não interessa quem é que está no poder mas o sistema jurídico-constitucional. Em segundo lugar, há uma diferença de métodos e de meios. Numa sociedade totalitária os fins justificam os meios, numa lógica maquiavélica. O que é que é preciso fazer para defender a permanência do regime norte-coreano? Não há nada que se anteponha aos fins. Os fins justificam os meios, qualquer meio é lícito para atingir o fim estratégico da defesa do regime/Estado/maioria/governo/elite dominante. Numa sociedade pluralista isto não é assim, pois nem todos os meios são lícitos. Por exemplo, há uma convenção contra a tortura, que impede esse meio de obter informações. A Coreia do Norte não está preocupada com a Convenção contra a Tortura, torturam quem for preciso. Num Estado de Direito não é teoricamente possível fazê-lo. Quando acontece têm que se inventar subterfúgios como se arranjou em Guantánamo. Nos Estados Unidos não se pode torturar, mas se for em Cuba... Enfim, mas isso é, digamos, um subterfúgio que não dura muito tempo, a mentira tem perna curta. A discussão anda sempre em torno da questão dos limites: até onde é que é lícito e necessário actuar. Há um Estado que é auto-fiscalizado por dentro, mas também o é por fora. Mas por fora é-o por vontade interna. Por exemplo, nós aderimos ao Tribunal Penal Internacional livremente, mas o Tribunal Penal Internacional actua sobre nós. Nós aderimos a organizações internacionais que nos fiscalizam, mas por vontade nossa. Aquilo que é crucial neste consentimento é a vontade interna e por vontade interna criámos uma sociedade auto-fiscalizada. Esse controlo é sistemático, quer pelos tribunais comuns, pelas próprias instituições políticas como a Assembleia da República e pela sociedade civil. Todavia é possível afirmar que **não há nem em Estado de Direito serviços de informação que nunca violem a lei.** Porque não é possível, sempre e em todo o momento, cumprir, escrupulosamente, as leis que defendem a privacidade, os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos desempenhando cabalmente os objectivos cometidos a essas instituições. Lá haverá um dia, lá haverá um momento, em que uma ou outra lei são violadas. O direito ao sigilo da correspondência, o direito à intimidade, por exemplo, são violados. São violados sem mandato judicial, são violados pela natureza das coisas. Mas há uma diferença em

relação às ditaduras: é casual e mesmo que se repita várias vezes, não é uma atitude consentida. É diferente da arbitrariedade total do totalitarismo, em que, consentido ou não, faz-se. Há uma espécie de Direito paralelo, ou um quase Direito paralelo. Um Direito para as pessoas normais e depois há um Direito para as pessoas que estão dentro do sistema. Tudo se passa em nome dos interesses supremos da pátria, ou da nação, ou do partido, ou da causa, ou do socialismo, ou da raça. Há sempre uma justificação, os interesses supremos de qualquer coisa que é o topo da escala de valores dominante. Não há *accountability*, não há responsabilidade política e os abusos são feitos em nome dos interesses supremos da dita causa. De maneira que esta diferença, que é uma diferença abissal, obviamente cria, por si só, dois tipos de serviços completamente diferentes. É um pouco como a economia actual. Isto é, a economia de um Estado fechado tem *n* mecanismos para poder funcionar, a desvalorização do dinheiro por emissão, ou a valorização, enquanto que um Estado integrado numa economia aberta como é a nossa, já não tem esses meios. Só tem mecanismos que têm a ver com estímulos, mas perdemos mecanismos ligados à moeda soberana, própria. Aqui é parecido. É muito difícil fazer a *intelligence* numa sociedade pluralista, democrática, com direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, porque é consabido que estamos sempre nos limites da lei. Dir-me-á, “e então”? E então funciona um princípio que eu aprendi nesta escola, que era uma escola realista porque administrar um império colonial não era uma filosofia, nem uma fantasia. Consiste no princípio da força normativa dos factos, que se traduz pela lógica que diz que o que é tem muita força e o que tem de ser tem muita força. Veja o que está a acontecer neste momento na Alemanha. Há excelentes argumentos sociais, morais, para deixar entrar todos os refugiados da Síria? Há. Pobre gente, está a ser perseguida, crianças que morrem, gente que faz viagens horríveis para salvar a vida, famílias destroçadas. Cada caso é um argumento. Quantos milhões de argumentos haverá? Agora o problema é este: a Alemanha aguenta psicologicamente este fluxo? O povo alemão que vota, as populações alemãs que estão a viver na Alemanha são compatíveis com esta política? Não! Portanto, quanto mais adiarem a alteração das políticas, mais pressão vão criar para as vitórias da extrema-direita, como acaba de acontecer em Berlim. O que é justo não interessa nada em termos políticos. A força normativa dos factos impõe que a política se desvie do coração e se não for assim vai ser pior. Voltemos à pergunta que me fez de início. Ou é um sistema em que os fins justificam os meios e o que interessa é a eficácia dos meios (e lembre-se do regime nazi), ou temos um regime de Direito e a

questão é os limites do mesmo. E aí temos uma equação entre, por um lado, o Direito, a moral e o limite da eficácia do meio e, por outro, a força normativa dos factos.

- c) Eu sou uma pessoa meia suspeita porque considero a PIDE, tirando o aspecto terrível da violação dos direitos, uma organização arcaica mas, numa relação preço-qualidade, muito boa. Com poucos meios conseguia saber tudo o que se passava em Portugal. Com poucos meios, sem informáticas, sem grande tecnologia, conseguia saber tudo o que se passava em Portugal em tempo real. Consequia ser polícia de informações militares em Angola, na Guiné, em Moçambique e polícia política cá, tudo com poucos meios. Portanto, diria que dificilmente se consegue igualar uma relação preço-resultados. Não estou a falar de questões morais e hoje em dia é politicamente incorrecto reflectir nestes termos. Daqui a mais uma geração ou duas já se começa a poder falar sem complexos. Não estou a discutir a bondade da polícia política. Eu acho qualquer polícia política tenebrosa. Mas, por exemplo, a KGB era muitíssimo boa, era uma extraordinária polícia política. Porquê? Porque tinha uma rede de informadores espalhados por todo o lado, em todas as classes sociais e profissionais. Havia sempre um comissário político metido em qualquer meio que depois ia reportar. Desde bispos e padres da igreja Ortodoxa, até à maioria dos guias turísticos, a dispersão da rede de informações era de tal maneira grande que permitia ser duplicada, ou triplicada, facilitando *checkar* a bondade das informações de uns e outros e, quando convergiam, eram boas e actuava-se. Eu não gostava do mundo soviético, mas isso não interessa nada. O que eu estou a sublinhar é a eficácia do sistema, a relação custo-resultados. Em Portugal houve uma revolução e deitou-se fora a água do banho e o bebé, fenómeno que é normal acontecer. Só que foi tudo pela janela, quando se substituiu este sistema criou-se um sistema que eu acho que é deficitário. Primeiro, porque não se percebe bem, no mundo actual, qual é a diferença entre informações internas e informações internacionais. Onde é que acaba o internacional? O que é que é interno e é internacional, ou é internacionalmente relevante? O que é que é internacional e é internamente relevante? Há hoje uma zona enorme de convergência, a tradição ocidental, designadamente no Reino Unido e nos Estados Unidos, é uma tradição de divisão dos serviços de informação. Isto corresponde a um paradigma antigo e foi feito numa outra época, numa época de soberanias e não numa sociedade globalizada. E portanto consiste num arqueísmo que resulta da época em que foi feito concebido. Em pleno século XXI fará sentido manter esta dicotomia? Tenho alguma dúvida. Faz mais sentido ter informações de polícia e informações

estratégicas. As informações de polícia têm que estar ligadas aquilo que é a gestão da ordem pública (*safety*). E aí, por exemplo, sou a favor de uma muito maior integração dos bombeiros com o sistema de tipo policial, desde a formação ao desempenho. A GNR faz muito bem o serviço de informações de polícia. Houve um incêndio, as polícias conhecem toda a gente e apanham o incendiário no dia seguinte. A PJ faz o mesmo na sua área de competências. São informações de polícia, que são necessariamente cruzáveis com as informações estratégicas, porque, como se sabe, por exemplo, as operações de terrorismo são financiadas a nível local, com tráficos de estupefacientes, com contrabando, com produtos contrafeitos que se vendem localmente. Portanto as informações de polícia são cruciais para uma acção estratégica. Mas vou-lhe dar uma opinião adicional que não é pacífica, nada pacífica. O sistema que aparece, aquilo que é o sistema de informações oficial, funciona também, conforme dizem os espanhóis, como *una tapadera*, que se podia traduzir por um biombo ou *decoy*. Tem funções de recolha e análise de informações, além de outras funções, mas também tem a função de *decoy*, e se for assim até não está mal. Há um princípio na política, tal como na física, que é o princípio do horror ao vazio, ou seja, quando não há uma instituição para uma função, ela é preenchida imediatamente por outra ou por alguma realidade que vai preencher o seu lugar. É o princípio da física levado para a política, o princípio do horror ao vazio. Portanto, se a PIDE é extinta, a seguir vai aparecer qualquer coisa a preencher a função. Foi a 5ª Divisão, dos marxistas. Depois a seguir acaba-se com a 5ª Divisão, vai aparecer a DINFO. Ora, actualmente o que funciona, de facto, como informações estratégicas são as informações oficiosas dos ramos das Forças Armadas. Essas é que são as verdadeiras informações estratégicas, porque são feitas por militares qualificados e não existem, o que é uma vantagem muito grande. Não existir é uma vantagem muito grande, pois ninguém quer reformar ou extinguir uma coisa que não existe e que não cria problemas. E essas sim são as verdadeiras informações. Então e o que é que substitui de Direito? Tem que haver qualquer coisa que preencha, formalmente, o espaço exigível. É o sistema. E do que me lembro, tem gente do melhor. Não é por falta de qualidade dos recursos humanos que o sistema não é bom, isso pode ter a certeza absoluta. Tem gente do melhor, mas do melhor. Então porque é que não tem o *output* que podia ter? Eu costumo dizer, quando um avião falha a culpa é do piloto, quando um navio falha a culpa é do comandante, quando uma universidade falha a culpa é do reitor ou dos directores, logo se o sistema falha a culpa é de quem manda, a começar pela chefia



política. Alguma culpa está nas chefias directas, por omissão, isto é, por não contrariarem o sistema. E hoje em dia nós temos excesso de gente promovida ao topo pela circunstância de não criar ondas e de não criar problemas. Não estou a falar apenas nestes serviços, mas em tudo o que é país. Muitos dos dirigentes de topo são escolhidos porque não criam chatices, cinzentos. Cinzento é não mostrar ideias próprias, não querer inovar, não querer criar problemas. Esta falta de visão, esta falta de rasgo, é normalmente a causa da decadência das instituições, dos países e das conjunturas. Nós, Europa, estamos a viver disso. A União Europeia está a falir por causa disso, porque só temos gente cinzenta em chefias estratégicas. Portanto, este sistema não é diferente do resto. A culpa principal, já disse, não é atribuível às pessoas que lá estão. Não podem ser melhores, porque a política dominante não aprecia nem escolhe. Os políticos são os primeiros medíocres do sistema. Por conseguinte, acho que este sistema tem uma vantagem única que é a de permitir o desenvolvimento, insuspeito, daquilo que são as informações de polícia, por um lado, e as informações nos ramos, por outro, que são essas as informações que fazem falta. Porquê que há uma desconfiança tão grande e uma rivalidade tão grande entre os ramos, os serviços e as instituições policiais, entre si? Porque não há vantagem no contrário. Qual é a vantagem de criar um sistema muito articulado? O que é que eu, PJ, ganho com isso? O que é que eu, GNR ou PSP, ganho com isso? A política não premeia a economia de escala. E assim, está cada um na sua capelinha a gerir as suas funções dentro de uma determinada normalidade. Às vezes resvala e são repreendidos. E depois, não esqueçamos, isto é o país dos brandos costumes, não há dúvida nenhuma. Toda a gente sabia, por exemplo, que a ETA andava em Portugal e que a ETA tinha ali para a zona do Oeste, Óbidos, umas casas. A PSP, que sabe de tudo, sabia. A PJ, que também sabe de tudo, também sabia. Toda a gente sabia mas ninguém fazia ondas, porque eu não faço, tu não fazes, ele não faz. O que é que se ganha com o contrário? Nada. Então deixa-te andar. Portanto, este sistema vive com esta desvantagem, da qual não tem a culpa: no fim, as informações são inúteis porque toda a gente tem informações e depois acabam por não ter eficácia. Os Estados Unidos estão na mesma, aliás, os Estados Unidos são o exemplo acabado disto. E eles ainda por cima fazem um erro adicional de país rico que é, quanto mais falham as agências tradicionais, mais agências novas criam. É uma loucura completa de competências sobrepostas e cruzadas umas com as outras. Atenção: deve haver uma certa competição entre agências, serviços. Deve haver uma saudável competição para

não se resvalar para um Estado totalitário, é evidente. Porque nós sabemos, por exemplo, que a Guarda Republicana sempre cumpriu o papel de guarda pretoriana do regime. Por isso é que está em Lisboa, sendo Lisboa zona da PSP. Mas como é, desde a república, desde aliás a monarquia porque era a Guarda Real, a guarda pretoriana do regime, e isto foi aceite pela classe política ao longo dos tempos, manteve-se aqui [Alto da Ajuda, Lisboa]¹³ junto à sede do poder político. Como é que se dá a volta a este impasse? Eu estou convencido que é através de relações pessoais. Aliás, uma das primeiras fórmulas de articulação de informações heterogéneas, de serviços heterogéneos, foi feita numa sala com terminais diferentes e com pessoas destacadas uma de cada instituição. Ainda que pareça uma fantasia, a ideia subjacente está certa; o *output* está errado e a ideia está certa. As relações pessoais assentavam em veteranos, em “generais” uns com estrelas e outros equivalentes. Por isso é que eu digo que não concordo que se reformem generais (com e sem estrelas) aos 50 anos. O investimento num bom general é tão caro e tão raro (general ou almirante e equiparados) que essa gente tinha que ser aproveitada até ao fim da vida. Portanto, devia haver um mecanismo legal que permita que estas pessoas continuem a servir, pagando-lhes e autorizando-os. No entanto o sistema não está virado para aqui, tanto pela burocracia que impede as excepções e impõe as normas como por uma classe política fraca. É como nos clubes de futebol: não se pode tratar todos por igual. Mas é claro, está a ver isto na Assembleia da República? “O povo, unido”, “salário igual, trabalho igual”, “não pode ser”. Isto está montado numa base mesquinha, sem sentido estratégico, e por isso está condenado ao fracasso. Para já arranjámos este equilíbrio. Menos mal.

- d) Como é que isto vai seguir? Última pergunta que o senhor não me fez e que eu acho que devia ter feito, como é que isto muda? Muda da seguinte maneira: nós estamos no limiar de uma catástrofe gigantesca. Cá está, não é preciso ser especialista em informações para se perceber que quando a senhora Merkel diz “armazenem água, comida e luz, lanternas, fósforos, velas, para dez dias” e depois é secundada, no dia seguinte, pela República Checa, pela Finlândia, pela Inglaterra e estão-me a faltar dois, não estão a brincar; não estão a brincar. Estão a dizer-nos qualquer coisa que não querem dizer, que é atenção que vem aí complicação da grossa. O que é? Eu tenho vários futuríveis que não vou agora estar aqui a dissecar, já coordenei 5 ou 6 livros sobre o assunto. Aplicando

¹³ O sublinhado é nosso.

a Lei de Murphy, há 3 ou 4 dossiês e 1 deles rebenta. E este sistema vai ser testado da pior maneira, porque vai ser posto à prova numa época de caos. Uma época de caos significa, e eu já vivi uma que foi o PREC, significa ausência de ordem, significa colapso das instituições quase todas, ao mesmo tempo, e significa voluntarismo extremo. Em Portugal não é pior porque nós somos um país comedido. No PREC, apesar de tudo, não se via ninguém, não havia um polícia no meio da rua, desapareceu tudo. Havia patrulhas feitas pelo MFA e pelo COPCON com uns indivíduos fardados, mas com *t-shirts* do Che Guevara e a farda por cima, mais uns elementos do PC com umas braçadeiras que faziam bloqueios e *auto-stops* todos os dias na marginal (não havia auto-estrada para Cascais), na zona do aeroporto, nas portagens da A1 e pelo país fora. O país estava dividido, a Norte funcionavam forças da velha guarda, o ELP, o Exército de Libertação de Portugal, da extrema-direita, depois mais a norte o MDLP do comandante Alpoim Calvão. Havia o embrião de um Estado alternativo, a começar pelas instituições de informações e segurança. Estavam logo lá, porque o estado era de emergência portanto tinha que haver (lei do horror ao vazio). O país esteve à beira de uma guerra civil tenebrosa. O que é curioso é que manteve-se a normalidade, havia gasolina, mal ou bem, os restaurantes funcionavam. Era uma anarquia simpática e quem não fosse muito atento passava por isto sem perceber. A próxima já não será assim. A próxima vai ser uma anarquia convulsiva e o sistema vai ser testado aí. Este sistema está por pouco tempo, está por um fio. E porque não vai conseguir funcionar, o que vai acontecer é que as forças vão-se fechar sobre si próprias, qualquer uma, os ramos, as próprias forças de segurança vão-se fechar sobre si. Vai haver deserções em massa porque não vai haver dinheiro. Eu disse isto já várias vezes formalmente. Ainda para mais, nós sendo um país de emigrantes, calcule o tempo que vai levar até as pessoas começarem a ir embora. O que é que vai sobrar? Vão sobrar partes de forças especiais, meia dúzia de núcleos duros de pessoas que estão treinadas a sobreviver, portanto, as operações especiais vão ficar. Grupos de elite da Marinha e do Exército, a Guarda Republicana antiga, da PSP menos, porque a PSP desapareceu no PREC. Por conseguinte, são esses núcleos duros que vão aguentar mais tempo, mas não muito tempo. Se a crise se prolongar muito tempo, nem esses ficam. E depois? Depois vem o novo feudalismo. Qual é a reacção a seguir? O feudalismo, era o que se estava a preparar em Portugal no norte e no sul. É o feudalismo, é a balcanização do país num ponto mais pequeno. E o serviço de informações, e as informações? Acabaram. Isto é numa perspectiva de uma certa continuidade, agora

vamos pôr um cenário extremo que pode parecer uma teoria da conspiração. Nunca deite fora todas as teorias da conspiração, porque uma delas está certa. Portanto, uma das coisas que é um futurível que eu espero que não aconteça, mas que é um futurível, é a escalada de uma terceira guerra mundial. Suponha que usam bombas nucleares electro-magnéticas. Aviões, automóveis, telemóveis, comunicações, esgoto, água, gás, acaba-se tudo. Aí como é que há informações? Num universo que está totalmente dependente disso? Bem tenho insistido que se devia manter a tecnologia arcaica, manter em *stand-by*, manter viva. Deviam ter inventários de grupos que têm a ver com comunicação, e que nem sonham que têm, os columbófilos, os ciclistas BTT e similares, rádio de ondas curtas, médias, ou seja, tudo o que é arcaico. Pois, e quando acontecer isto o que se vai suceder é que os únicos carros do Estado que vão funcionar são os antigos (tipo UMM com motor Peugeot, ao qual basta tirar o êmbolo da bomba eléctrica, pô-lo numa rampa e ele pega de empurrão, não precisa de bateria e funciona com óleo vegetal). E o resto? O resto não anda, não anda pura e simplesmente. A explosão “pifou” todas as centralinas. Portanto, o sistema vai ser testado pela força normativa dos factos, em breve. Qual é que vai ser a conclusão? A conclusão vai ser que não vai funcionar. O Estado desaparece, o Estado vai-se desmoronar porque o Estado não vai ter sustentabilidade material, por um lado, nem amímica, por outro. A seiva do Estado que são as informações vão desaparecer, a segurança vai ficar reduzida a pó. Se for um ataque catastrófico acaba-se o Estado. Quanto tempo é que leva? Muito pouco, o desabamento do Estado Novo, depois do 25 de Abril, demorou um mês. Em Maio, fim de Maio, era a revolução em vez do Estado, portanto, levou um mês. Leva um mês na melhor das hipóteses, levou um mês sem existirem telemóveis e computadores por isso agora leva menos. O que é que vai sobrar? Vai sobrar um feudalismo primário. Algumas câmaras que têm um dirigente melhor e que monte uma estrutura alternativa. A Idade Média, caiu o Império Romano e isto não acabou. No colapso do Império Romano, Roma deixou de ter informações que vinham através das legiões. Roma sabia o que estava a acontecer na Palestina, tinha informações. Caíram as legiões caiu a segurança, caiu o sistema de informações caiu o Império. Em Portugal, e não só, deitámos tudo fora, o que estava desactualizado. Curiosamente quem é que não deitou? A Marinha. A Marinha continua a ensinar Morse. Continua a ter um grupo que aprende Morse, continua a formar militares nisto. O resto não, o resto não porque confiou excessivamente na tecnologia que passou a ser uma indispensabilidade. A tendência foi

acreditar no “*take it for granted*”, é garantido. Haverá sempre satélites, haverá sempre *internet*, haverá sempre um progresso. E de repente quando não houver? Quem é que pensou que a mobilidade pode estar entregue a carros da geração dos anos 80 e antes (porque funcionam sem bateria, os de gasóleo funcionam com qualquer tipo de gordura líquida e os de gasolina funcionam com álcool), ou a bicicletas? Eu queria uma reserva estratégica da tecnologia arcaica existente.

- e) Uma questão adicional que tenho para lhe colocar prende-se com a cooperação, o Professor abordou-a internamente mas eu refiro-me até a nível externo. Porque fala-se muito numa cooperação, cooperação entre serviços de países aliados, que, na minha opinião e a partir do que vou percebendo, não existe.

Não existe nem vai existir, porque o problema é este: as grandes potências defendem que é proibido o nacionalismo, excepto o delas. É o que dizem os Estados Unidos, é proibido o nacionalismo, o nacionalismo é mau, excepto o meu. E os ingleses agora acabaram de dizer que todo o nacionalismo é péssimo, sobretudo o alemão então que é péssimo e o russo, à excepção do deles. A característica de grande potência é defender interesses estratégicos próprios, interesses subjectivos e objectivos. Segundo ponto, o que é o G7? O G7 é o sindicato das grandes potências. Eles amam-se uns aos outros? Não, tal como na Santa Aliança onde se odiavam uns aos outros. E o G20? O G20 é uma espécie de andar de baixo do sindicato das grandes potências, está ali 89% da riqueza mundial. Ou seja, é como que um sindicato ou uma ordem profissional, por exemplo, a ordem dos engenheiros ou dos médicos. Eles não se amam uns aos outros. Os engenheiros amam-se uns aos outros? Os médicos amam-se uns aos outros? Não. Mas reconhecem que são iguais, que têm interesses corporativos. Todos eles competem uns contra os outros. Muitos deles odeiam-se. Mas porque é que se reconhecem? Porque reconhecem que têm os mesmos interesses. É isto que forma a corporação. Ora, Portugal não está em nenhuma corporação. Portanto, a lógica que estes senhores têm é que nós estamos muito abaixo na cadeia alimentar. Cooperação pode haver entre Inglaterra e os Estados Unidos e o Canadá porque esses estão no topo da cadeia alimentar, têm interesses comuns. Agora connosco? Só se for no interesse deles, aí há cooperação. Durão Barroso foi chamado a cooperar com os Estados Unidos para invadir o Iraque, contra “as armas de destruição maciça”. E depois leva um prémio, quer dizer, ainda não deixou de ser premiado. Mas é uma lógica absurda, querer cooperação permanente entre

o topo da cadeia alimentar e a base. Não há cooperação possível nem nunca haverá, a não ser que seja no interesse do predador alfa lá de cima. Agora entre iguais há e por isso é que estão sempre num ajustamento constante entre Rússia, Estados Unidos e China, por exemplo. Mas isto é prenúncio de câmbio, vai haver aqui uma mudança grande. É uma questão de tempo, muito pouco tempo em termos cronológicos, históricos, até o sistema desabar. Nós apanhamos pelo desmoronamento do sistema, quando acontecer, seja por uma razão financeira, seja por um razão militar. Vamos apanhar por tabela. Depois a seguir em vez de entrar o terrorismo (nós andamos a estudar uma coisa inútil que é o terrorismo), entra o caos. Eu coordenei um livro sobre o caos, ninguém ligou nenhuma. Ninguém está preparado para o caos, para aquela sequência de fases do caos. Devíamos estar a preparar qualquer alternativa. A Walmart tem uma rede de túneis por baixo dos Estados Unidos, túneis anti-nucleares, com milhares de quilómetros. Pergunte-se a si próprio, porque é que as camionetas da Walmart, que é a principal rede distribuidora de alimentos dos Estados Unidos, estão a empilhar alimentos, e armas ao mesmo tempo, para esses subterrâneos desde Janeiro. E na Rússia? Depois comece a juntar, informações é isto. Os países desenrascados são indestrutíveis. Por isso é que eu acredito que este país não vá acabar, em boa medida por essa razão: a capacidade regenerativa, imaginativa, do povo, e isso é uma questão de cultura. Agora não é por força da estrutura, pois as estruturas vão desabar. A começar, obviamente, pelas informações que vão falhar redondamente. E o problema é o que se vai perder por falta de previsão, de informações, de prospectiva e de capacidade política estratégica. Uma parte grande dos efeitos desastrosos podia ser evitada. Mas não querem. Não há debate sobre isto. Ninguém elabora sobre isto.

2.3 Professor Doutor José Adelino Maltez

- a) Eu posso responder em termos teóricos, mas é melhor responder em termos práticos. Ainda há pouco estávamos a falar da colecção e da revista “Estratégia”, organizada pelo General Pedro Cardoso, aqui na escola. Julgo que há aí uma matriz, e vi-a nascer com Pedro Cardoso, com Pinto Ramalho e com outros cultores, nomeadamente da Marinha, mas sobretudo desta equipa, toda ela *british* em termos de formação. A *intelligence* que



é um elemento importante, em competição mais ou menos com outras alternativas de formação em *intelligence* vindas de França, o General Cabral Couto, eu vi nascer mais ou menos isso. E portanto, a resposta aqui passa por estarmos num ambiente ainda de pré-história da emergência científica da disciplina universitária Estratégia, porque normalmente a universidade portuguesa tem sido uma espécie de transbordo de alguns militares que passaram depois para a Universidade e que a Universidade acolheu. Quer dizer, ainda não houve tempo de estruturar uma base científica livre da influência, em primeiro lugar, dos militares e em segundo lugar dos profissionais dos serviços de informação, dos chamados espões. Eu direi que ainda não nasceu uma verdadeira ciência em Portugal, porque há uma grande coincidência em todas as universidades. E depois como os militares vão mais cedo para casa, ainda estão em condições de trabalhar, e trabalham mais. E como os homens dos serviços de informação, os que sabem mais, nunca dizem nada e estão calados, e continuam na sua actividade, não obtemos deles o testemunho. Alguns até aqui da escola, alguns até foram meus assistentes mas ainda estão no pleno, nunca podem dar aulas sobre a matéria. Para além disso temos, e agora já estou a fazer uma crítica, os que saíram destas áreas, do activo, e que depois dão muitas aulas, sendo que às vezes estão um bocadinho mais atrasados do que estão no activo em termos quer de teoria quer, até, de um sistema informativo. Logo, o que é que estamos aqui a assistir? Estamos a assistir à emergência e vocês são um caso, os primeiros que cumprem uma tarefa totalmente civil, isto é, livre dos militares e não sei se livre dos serviços de informação, porque isso é secreto. Mas quer dizer, agora vou dizer coisas más, têm um espírito de seita, os que tratam disto, facciosos, desconfiados, encostam-se uns aos outros. Onde chegam criam a sua própria trupe, falta-lhes um bocado de sentido universitário porque citam-se uns aos outros, é uma espécie de sindicato de citações mútuas e que tem impedido a emergência do científico nesta área. Espero que chegue, portanto é o meu desejo, e acho que vocês contribuem com esses trabalhos para fugir até de alguma bibliografia muito marcada, de alguns pais da pátria. E não nos esqueçamos, eu não posso deixar de falar disso, acho que a escola deu aqui um grande exemplo com um senhor que era civil e que apresentou a primeira grande tese de Estratégia do último quartel do século XX em Portugal, Políbio Valente de Almeida. Com aquela teoria do pequeno Estado, por exemplo, aqui está o Políbio Valente de Almeida, o meu querido colega Políbio, foi muito mal tratado em vida. Porque os militares não o citavam, ainda hoje não o citam muito. Porquê? Porque

ainda não tinham estudado, só depois é que, lentamente, o Políbio teve alguma justiça. Lembro-me perfeitamente de um esforço que foi feito de reedição pelo falecido Luís Fontoura, aqui na casa, que também tinha grandes coincidências com esse tema, e estamos a falar de dois civis que trataram do tema. Portanto, enquanto não se verificar esta comunhão, de troca de informação, ainda estamos um bocado na fase do alvore da ciência desta área. É o que me apetece dizer, e saúdo todo o esforço nesse sentido. O que é que é uma ciência? Uma ciência é haver pessoas de várias ideologias e de várias crenças, que vivam livremente e através do processo, do rigor científico, produzam o que lhes apraz. Não é, como infelizmente os estudos de Estratégia têm, os traidores e os patriotas. Isto acontece tanto a nível dos estudos universitários de Estratégia como até de institutos que foram percussores destas actividades, como o Instituto de Defesa Nacional que, a certa altura, dividiu os natistas e os contra-natistas. Depois apareceram os ministros que sanearam todos os que tinham criticado a invasão do Iraque, eu estou-me a lembrar de mim que fui auditor de defesa nacional, e de repente como o senhor ministro da Defesa não queria só entraram os nateiros. Quer dizer, ficou a nata e a nata a certa altura coalhou, e deixámos de ter o vigor que tinha o Instituto de Defesa Nacional devido a esse hierarquismo. Numa universidade nós não podemos ser assim, exige-se que quem quer que seja não tenha que preencher a ficha que se preenche para poder ser credenciado de qualquer organização internacional, como é o meu caso que sou da NATO. E podendo vir a uma reunião da NATO e dizer que a invasão do Iraque era um erro histórico, por acaso disse-o no dia e sofri as consequências disso, fui saneado de todos estes círculos e ainda hoje acham que eu não sou assim muito fiel. É um erro, é um erro fazermos isso e eu tenho a honra de ser o mais antigo auditor de defesa nacional que é docente aqui na casa, na fase antes da Queda do Muro, portanto, até conheço alguma coisa desta área. Assim, olho com grande prazer para o nascimento de uma ciência da Estratégia, mas ainda falta um bocado.

- b) Há coisas básicas, que num regime de Estado de Direito e com a constituição que temos em vigor não se pode fazer o que se fazia num regime autoritário, ou numa ditadura. Portanto, há aqui uns mínimos, esses mínimos foram conseguidos face à Constituição de 1976. Até é um bocado incomparável, o que se passa hoje com o que se passava em regime ditatorial, não há comparação possível em termos de princípios. Está mais que previsto que num regime como o nosso é obrigatório seguir os parâmetros e não cair até na tentação securitária, que acontece a algumas democracias nossas irmãs. Este é um



ponto central, toda a gente sabe o que é um Estado de Direito e quais são os limites que têm, na recolha, no tratamento de informação, e até o controlo a que estão sujeitos esses modelos. Da parte de um governo que resulta do Parlamento e da cooperação com o Presidente da República, como temos hoje. Se fizéssemos esta pergunta há dez anos, alguns sujeitos achariam estranho estarem sujeitos a um governo que até tem o apoio do Bloco de Esquerda e dos comunistas do PCP. Mas tem e funciona, não é isso que impede o respectivo funcionamento. A pergunta tem outra coisa mais importante que não tem a ver com regimes na história portuguesa, tem a ver com as dependências face às alianças onde estamos inseridos, nomeadamente, processos da NATO e uma certa onda securitária que no caso de um médio Estado, eu não chamo pequeno Estado como aquilo que há eu bocado falei do Políbio Valente de Almeida, tem que gerir dependências. Sendo que nas zonas dos serviços de *intelligence* as dependências são muito maiores, e são muito maiores não só face ao neo-imperialismo dos comandantes da aliança, mas sobretudo face à nossa deficiência em produção de serviços de informação. Quer dizer, a nossa maior dependência nesta área é que não temos produção própria, temos muitas traduções em calão. E quando estamos aflitos temos que pedir ajuda a vizinhos, ou aliados, até vizinhos do Norte de África, veja-se o paradoxo, isso muitas vezes acontece. Não estou a dizer nenhum segredo de Estado mas sabemos que isto é assim, até porque não temos institutos de análise do fenómeno com o reino de Marrocos, com a Argélia e com este equilíbrio aqui nas bocas de Gibraltar. O que nós não temos é produção independente de informação, temos alguns *hackers* que recolhem informação na internet e fazem grandes flores sobre isso, às vezes até enchendo de palha os serviços de informação com sistemas destes. Isso acontece, eu por exemplo sou decano aqui da escola, por alguma razão, professor da área de Relações Internacionais e de Ciência Política que nunca se deviam ter separado, diga-se de passagem. Nunca vi grandes pedidos de cooperação em termos de produção de informação numa área em que somos fortíssimos, nomeadamente, em análise antropológicas, em análises politológicas. Não, sabem tudo. Um indivíduo que sabe de informação em Portugal sabe tudo, tudo. Eu não me aflijo muito porque normalmente quando vem o novo assessor político da embaixada dos Estados Unidos, como depois de amanhã vai acontecer, ele primeiro procura-me. Os meus não, os meus sabem de tudo, e portanto, eu dou mais informação aos americanos do que dou à República Portuguesa. Acho alguma coisa de estranho no meio disto tudo. Porquê? Porque os investimentos foram feitos e podemos fazer sínteses mais

rápidas do que a procura da síntese. O que revela algum provincianismo que é típico de Portugal, há muito provincianismo nesta matéria e quando alguém chega quer ser dono do seu dossiê. Não sou só eu, desconfio que eles sejam capazes de ler, sequer, as teses de mestrado e de doutoramento produzidas pela universidade portuguesa nestas áreas e em áreas afins. Há uma segmentação infantil, é a chamada doença infantil do lançamento de qualquer coisa. E portanto o que é que isso significa? Significa que Portugal fica menos seguro e menos defendido com estas barriguinhas de aluguer, eu não me queixo muito. Até já dei cursos, fiz debates com os principais serviços de informação portugueses, em pleno seio deles. Fiquei inclusivamente a saber quem são os espões todos, o que não tenho é memória, não reparo muito bem nisso. Mas sinto-me aflito quando surgem alguns casos, como o mais recente e eu não vou fazer comentários, que são de gargalhada e que revelam o sentido pouco cuidadoso na defesa dos interesses nacionais portugueses e o sentido de Estado. E vão acontecer mais enquanto continuarmos com algum primitivismo deste género, eu também posso dizer uma coisa dura, enquanto antigos espões continuarem a usar os métodos de espionagem em termos de carreirismo universitário. A fazerem verdadeiros golpes, normalmente não resultam mas já os vi, até nesta escola. Já os vi ao serviço de subidazinhas na carreira, mas não resultaram. Mas já vi fazerem blocos contra professores que só se podem servir de técnicas de operacionais, já vi. Por acaso a vítima fui eu, já vi campanhas de boatos operacionais. Já vi isso tudo, até já vi agentes da antiga PIDE a fazerem teses de mestrado. Fica esta porque esta é científica, também já vi. Reuniam-se todos num café, já foi há muitos anos, já prescreveu. Sim, agentes da PIDE que faziam teses de mestrado e até eram bem classificadas. Por isso é que eu disse que estamos na fase pré-científica, porque as heranças são tão pesadas que para vencê-las é preciso ter muito cuidado, até para defender a democracia e o Estado de Direito

- c) Estão mais democráticas, isso é inequívoco. Passaram pelos serviços, e por esta área, pessoas de grande capacidade de prestação de serviços à democracia e à República. Como cidadão você tem confiança nos seus serviços de informação? Tenho, embora julgo que há algumas deficiências estruturais. Conhece as pessoas? Conheço, e portanto, o problema é mais colectivo, em termos de organização. Ainda por cima tínhamos uma ditadura, onde haviam coincidências em algumas funções. Vencemos esse traumatismo? Vencemos, mas vencemos depois de um ataque terrorista. Inesperado, numa altura em que nem sequer tínhamos serviços de informação, que foi o Sartawi em Albufeira. Quer

dizer, foi tudo à posteriori, não houve tempo de maturação. Houve na altura um ou dois ministros de grande classe e uma compreensão consensual entre os grandes partidos que permitiram que tivéssemos recuperado algum tempo perdido nesse processo. Havia uma cultura da defesa nacional, nomeadamente pelo IDN, conselheiros da Revolução, houve aqui uma grande conspiração. E quem viu isto nascer, qual é a avaliação que faz? Extremamente positiva, apesar dos meios estritos, mas não nos esqueçamos que isto tem sido um problema de haver ministros e haver deputados, nomeadamente das comissões especializadas que têm intervenção nesta área, e antigos conselheiros da Revolução, e presidentes da República, que têm estado um passo adiante da opinião pública sobre esta matéria. E sobretudo da opinião comentarista, que eu julgo que neste momento falam demais, os que se intitulam especialistas no processo. Agrupam-se demais, em seitas e lojinhas, dizem muita asneira quando há qualquer problema. Eu fico colapsado quando vejo a fila dos indivíduos que vão ali para a televisão quando há um ataque terrorista em tal parte, quer dizer, sinto-me mal. Sinto-me mal porque temos um excesso de especialistas que sabem logo o que é que aconteceu, mesmo quando não é atentado terrorista nenhum, qualificam-no logo como tal só para aparecerem dois minutos na televisão, é melhor estarem calados. Eu acho que há falta de especialistas verdadeiros a nível desta matéria, e honra seja feita aos indivíduos que estão no activo nas Forças Armadas que são os únicos em cujos comentários eu me senti completamente identificado. Sinal que ali tenho confiança, apesar de tudo tenho confiança nos especialistas desta matéria que são das Forças Armadas. Naqueles que andam para aí em associações, isso não tenho nenhuma porque dizem asneiras demais para quem conhece o processo, deviam estar calados. Só que o problema é que vivem disso, vivem desses rendimentos, de uma fama extremamente fogaz, não estão actualizados, e portanto, isso é extremamente perigoso porque nós estamos numa zona onde não há fronteiras. Pode-nos acontecer uma ou duas coisas mas nós não temos culpa nenhuma, nem os nossos serviços de informação. Acho que devíamos guardar algum recato e sermos mais científicos nesta matéria, agora não faço nominalizações mas trata-se daquilo que eu comecei por dizer sobre um espírito de seita que invadiu alguns pretensos especialistas nesta matéria. Nesse sentido, nós precisamos de mais democratas e mais militares para porem ordem em certas casas, porque não estamos a falar do problema de incêndios. Nem estamos a falar de um problema de segurança num bairro periférico de Lisboa, estamos a falar de uma coisa muito mais complexa e que implica conhecimentos

de política internacional, conhecimentos de estrutura de Estado e amor à democracia. Portanto, pessimista, optimista. Apesar de tudo acho que há instrumentos que permitem chamar à atenção de alguns indivíduos para eles não se qualificarem como especialistas e não produzirem tanto papel de embrulho em forma de livros, há muito papel de embrulho que não interessa absolutamente nada. Não tem a ver com a máquina em si, a máquina tem sido discreta, e até eficaz, nalguns elementos de prevenção e em certas situações críticas, ao ponto de sabermos gerir dependências até agora nesta área.

- d) O Professor tocou em duas questões que me fazem aproveitar para acrescentar uma pergunta, que talvez se divida em duas. A questão dos especialistas, ou dos pseudo-especialistas, isto é, a pergunta que eu coloco prende-se com o papel da comunicação social, ou dos *media*, quando existem estes atentados, em falar das informações, dos serviços de informações, da *intelligence*, de forma por vezes, digo eu agora, leviana.

Não, não é leviana. É para venderem o produto, é a imprensa sensacionalista, vendem isso, mas que já vem desde o tempo da DINFO. Quer dizer, sempre existiu esse tipo de confusão, e até confusões ideológicas. A certa altura só os fascistas é que eram bons em serviços de informação, já existiu isso. E a fúria do KGB, essa história toda. Acabou isso, tem que ser outra a leitura. Depois metade das análises é saber se o Putin era do KGB e se os soviéticos ainda existem sob a forma de russos, essas teorias da conspiração que são habituais nesta matéria. Já chega, teorias da conspiração não são ciência da Estratégia. Mas para alguns jornais sensacionalistas continuam a ser. O que é que eu hei-de fazer? Gostava de saber quem é que matou o D. João VI, sabemos que ele morreu, sabemos que foi envenenado mas ainda ninguém sabe quem foi o autor. Gostava de saber quem é que mandou matar o rei D. Carlos e o príncipe real, ainda não sei. Gostava de saber quem mandou matar o Sidónio, também ainda não sei. Quem mandou matar o Humberto Delgado, também ainda não sei, nem o António Granjo. Mas como não sei por falta de informações, permite-me ter sempre uma teoria. Ou foram os liberais ou os absolutistas, ou os maçons ou os monárquicos. Nós temos uma forte tradição de explicação pela teoria da imaginação, pouco científica, que serve os interesses de seita, de grupo, e portanto esotérico, mas que não tem nada a ver com isso.

- e) E o que eu ainda ia acrescentar à questão dos especialistas que oiço muito falarem na cooperação, sempre que existe uma matéria destas fala-se muito na cooperação. Na cooperação tanto a nível interno, entre as polícias e os restantes serviços de segurança,

mas também a nível externo, entre a *intelligence* dos diferentes Estados. O que é que o Professor tem a dizer sobre isto, quando eu, pessoalmente, não consigo perceber a existência dessa cooperação?

Eu não sei, em matéria de cooperação de *intelligence* há consumo e há produção. Eu tenho consumo se produzir e portanto, acho que existe produção de informação porque temos tido algum consumo e não é de borla. Também não estou a ver os responsáveis aqui a engolirem tudo aquilo que o fabricante lhe interessa fazer passar, mas não sei avaliar porque isto é secreto. Sei avaliar asneiras e colheram aí nos jornais recentemente, quer dizer, coisas infantis. Isso sei avaliar, além disso sei analisar, é fácil de analisar. Quem é que pagou a defesa do advogado *x*? Quem foi a entidade que pagou, é tão fácil de saber. Quanto é que custou? Não sabem analisar desta maneira, eu por acaso sei e tenho informações suficientes que me permitem avaliar com toda a tranquilidade aquilo que estou a dizer. Porquê? Porque a primeira coisa que eu pergunto é isso, não sei se ensinam isto no mestrado mas é tão simples como saber quem é que pagou tal coisa. Portanto, a partir daí sei tirar as conclusões e tenho a certeza absoluta que a maior parte daquilo que é informação sobre este último caso não foi produzida por nós, foi consumida. Aparece o dossiê era assim, mas depois graças à cooperação o dossiê ficou assado. E neste assim e neste assado, que é para aí 80%, nós não víamos nada. Agora isso é falta de independência nacional, e este exemplo que eu dou um bocado caricatural se tivesse responsabilidades: O que é que vocês tinham sobre isto? O que é que vocês agora têm? De onde é que veio? 80% veio de fora, então não temos independência. Infelizmente nalguns casos, fora da rotina, revela-se isto, mas também não vou extrapolar desse caso para coisas mais concretas. De certeza que um bom especialista em informação vai ali ao Largo de São Domingos e olha para aqueles indivíduos que estão ao lado de um monumento que assinala o primeiro pogrom sobre os judeus, que são normalmente guineenses e outros indivíduos com um fato esquisito, recolhe logo informações. Apesar de não podermos ter informação à la minuta, um por um, e informação espontânea, produzida da mesma maneira como os franceses a produzem. Mas tenho quase a certeza que isso existe, para uma coisa que nos interessa particularmente que é não criar um conflito nestas áreas de minorias. Acho que aí produzimos de certeza absoluta, quer dizer, nota-se que há uma certa contenção. Nota-se que quando os políticos falam têm ali claramente um dossiê que lhes acederam e que revela uma coisa muito simples: os fundadores dos serviços de informação em Portugal,

nomeadamente o General Pedro Cardoso que eu vi porque ia ao gabinete dele e via como é que ele produzia a informação, era colega dele e até fizemos um Instituto Português da Conjuntura Estratégica, não nos esqueçamos que eles trabalharam no âmbito da Guerra Colonial em colocar o factor islâmico ao serviço do poder das Forças Armadas portuguesas. E conseguiram, quer no teatro de operações de Moçambique, quer no teatro de operações da Guiné. Essa tradição deve existir, existe de certeza. Agora, última coisa sobre aquilo que eu vi do General Pedro Cardoso, ele fazia tudo à mão. À mão, o essencial da informação é depois reduzir isso tudo a meia dúzia de páginas analíticas. Não é ter o segredo, é saber funcionar em termos de teoria de sistemas gerais que era o caso do General Pedro Cardoso. Fazia, e fazia com uma informação multi-disciplinar, portanto, o que ele tinha sobretudo era um sistema geral e uma capacidade de concentração da dispersão no sistema unitário, produzindo de uma forma racional e em termos precisos. Para além de uma capacidade de observação no terreno, brincando consigo, quer dizer, no meu gabinete, ali no Palácio da Junqueira, foi a questão da ponte. Vocês não se lembram disso, houve um boicote. Os camionistas na ponte [Ponte 25 de Abril]¹⁴ e eu lembro-me do Pedro Cardoso estar à minha frente assim, “isto não sei quantos camiões significa um determinado peso e ainda não temos uma grua”. Isto era serviços de informação, podia aquele boicote estar a atingir a ponte e sabia que não havia uma grua, tiveram que mandar vir uma do aeroporto porque não tínhamos uma grua na ponte. Isto são serviços de informação, ele não era analista em tráfego mas sabia que, embora não fosse um problema de atentado terrorista, era um problema do peso dos camiões que podia abalar a estrutura da ponte e ele tinha que ter essa informação. Acho que *intelligence* é sobretudo esta capacidade de poder perceber o que é uma operação de guerrilha na Guiné, eu lembro-me de ver os papéis dele a explicarem quais eram as épocas do arroz. Ele tinha tudo apontado com mapas, à mão, e sabia quando é que vinha a chuva, quando é que não vinha. Tinha que saber isso tudo, o que é uma tradição de pragmatismo da informação em Portugal, a informação *intelligence*, que julgo que não foi perdida de todo. E sobretudo os militares têm essa formação muito acentuada e eu gosto de ver alguns jovens, oficiais do exército, fiquei convencido. Fiquei muito satisfeito de ver alguns jovens, não vou dizer os nomes deles, que apesar da soledade com que apareceram, de propósito, eu disse “olha, ainda cá estão os nossos grandes especialistas em *intelligence*”. Portanto, nesse sentido tenho confiança.

¹⁴ O sublinhado é nosso.